

Adalson de Oliveira Nascimento

Sempre Alerta!

O Movimento Escoteiro no Brasil
e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil
1910–1945

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2004

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que contribuíram, de formas diversas, para a elaboração desta dissertação. Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Rodrigo Patto Sá Motta, orientador atencioso que, por meio de sugestões e comentários respeitosos, indicou problemas e acertos do texto, trazendo apoio e segurança.

Às Professoras Eliana de Freitas Dutra e Thais Nivia de Lima e Fonseca, agradeço a leitura atenta que fizeram do texto apresentado ao Exame de Qualificação. Muitas de suas valiosas críticas e indicações foram incorporadas à versão final do trabalho.

Agradeço também ao Professor Luciano Mendes de Faria Filho, que participou da avaliação de nossa monografia de bacharelado, cujas críticas e elogios foram motivação para a continuidade da pesquisa sobre o tema; e às Professoras Cynthia Greive Veiga e Ana Maria Casasanta Peixoto, que forneceram sugestões importantes em conversas informais.

Os colegas de curso propiciaram uma convivência prazerosa em todos os momentos, inclusive nas fases mais difíceis. Além disso, recebi amplo apoio sob a forma de indicações de leitura, disponibilização de material de pesquisa e conversas que me trouxeram novas idéias e me levaram a repensar outras tantas. Agradeço aos colegas de curso e amigos de profissão, em especial a Ana Luíza, Ana Maria, Françoise, Gilberto, Juniele, Leonardo, Marcus, Materson, Mateus, Mauro, Roberto, Tiago e Vitor. Ao Éder, sou grato pelo auxílio na leitura e pesquisa dos jornais diários utilizados no trabalho.

Devo lembrar, também, as instituições que disponibilizaram as fontes documentais para a realização da pesquisa. No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, encontrei, além do rico acervo documental, apoio incondicional dos colegas e amigos quando do início da pesquisa (2001). Agradeço a todos, em especial a Ivana Parrela, pelo grande incentivo ao desenvolvimento pesquisa.

No Centro Cultural do Movimento Escoteiro, acessei rica documentação, que guarda boa parte da memória do escotismo brasileiro. Sou grato aos militantes escoteiros ligados àquela instituição, em especial à Maria Cecília Matos Rodrigues, sempre atenciosa; ao Comandante Carlos Borba, diretor-presidente do Centro, que, em uma longa entrevista, revelou-me aspectos relevantes da história do escotismo; e a

Neemias Semensato da Silva, responsável pela organização do acervo documental do Centro, colega de profissão, pesquisador e profundo conhecedor da história do Movimento Escoteiro, que encurtou a distância aos documentos, fornecendo-me indicações precisas sobre o acervo.

Outros militantes escoteiros facultaram-me o acesso a seus acervos pessoais. Ainda que eu não fosse ligado ao Movimento, receberam-me com muita atenção e disposição para ajudar na pesquisa. Chefe Romero, chefe Vander e chefe Moacir Dutra, além de disponibilizarem material de pesquisa, foram incansáveis interlocutores em animadas conversas sobre a trajetória do Movimento. Também o chefe Garcia e o Dr. Wilson Veado relataram experiências vividas enquanto militantes. A todos eles, tenho um profundo sentimento de apreço. Sou gratíssimo pelo apoio incondicional.

A todos os colegas e amigos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, onde exerço atividades profissionais atualmente, agradeço. Em especial, às Professoras Raquel Santos e Bernardette de Castro Salles, pelo amplo apoio. Suas colaborações foram fundamentais. A convivência prazerosa com Heloísa, Roberto e Sâmara deu-me força para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Em família, agradeço à Ana Mônica, que, além de companheira presente em todos os momentos, é colega de profissão, e por isso deu-me apoio duplo, acompanhando-me nos momentos difíceis e mostrando-se sempre disposta a dar suporte afetivo e historiográfico. Meu pai, Adil, quando eu ainda estava no início do curso de mestrado, partiu e deixou muitas saudades e boas lembranças. Sempre preocupado em garantir boas condições de estudo aos filhos, ele é um dos principais responsáveis pela minha chegada até aqui. Minha mãe, Judith, sempre acreditou e apoiou os filhos. Não tenho palavras para agradecê-la. Meus irmãos, Ademir, Denise, Adilson e Adalton e Laura, são figuras importantes que, de forma direta e indireta, contribuíram. Ao Adalton, agradeço o envio dos livros publicados nos Estados Unidos que foram utilizados no trabalho e o auxílio na tradução de textos.

SUMÁRIO

Lista de instituições e acervos pesquisados

Lista de abreviaturas e siglas

Resumo

Introdução.....	09
I - Origens do escotismo, doutrina e imaginário.....	21
Gênese de uma idéia.....	22
<i>Fábrica de caráter: doutrina & pedagogia.....</i>	26
Cultura política nacionalista.....	33
Imaginário.....	41
II - Primórdios do Movimento Escoteiro no Brasil.....	59
Ligas Nacionalistas.....	61
Reformas da Instrução Pública.....	65
Instituições religiosas.....	82
III – Debate em torno da formação cívica pós-1930: o escotismo na arena.....	91
Ação Integralista Brasileira.....	93
Militares.....	98
O Projeto Estadonovista: Juventude Brasileira & Escotismo.....	107
Considerações Finais.....	128
Iconografia.....	134
Referências Bibliográficas e Fontes Documentais.....	159

Lista de instituições e acervos pesquisados

Acervos pessoais

- Sr. Moacir Dutra
- Sr. Romero Oswaldo Lourdes Machado
- Sr. Vander Veloso Pires

Arquivo Nacional

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Arquivo Público Mineiro

Biblioteca Central da UFMG

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Biblioteca Nacional

Centro Cultural do Movimento Escoteiro / Rio de Janeiro

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas

Hemeroteca Estadual de Minas Gerais

Museu da Escola de Minas Gerais

Museu Histórico Abílio Barreto / Belo Horizonte

União dos Escoteiros do Brasil / Rio de Janeiro

Lista de abreviaturas e siglas

- ABE - Associação Brasileira de Escoteiros
- AECB - Associação de Escoteiros Católicos do Brasil
- AIB - Ação Integralista Brasileira
- EIPM - Escolas de Instrução Pré-Militar
- FBB - Federação de Bandeirantes do Brasil
- FBEM - Federação Brasileira de Escoteiros do Mar
- FBET - Federação Brasileira de Escoteiros da Terra
- JB - Juventude Brasileira
- LDN - Liga de Defesa Nacional
- LNSP - Liga Nacionalista de São Paulo
- MES - Ministério da Educação e Saúde
- ONJ - Organização Nacional de Juventude
- UEB - União dos Escoteiros do Brasil

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar trajetória do Movimento Escoteiro no Brasil e suas relações com alguns projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil nas décadas de 1910 a 1940. O estudo buscou verificar as formas pelas quais o escotismo, Movimento educacional cívico-patriótico criado em 1907 pelo militar inglês Baden-Powell, se tornou um vetor de implantação do ideário político nacionalista no Brasil. No trabalho, demonstramos a inserção do movimento escoteiro nos projetos educacionais de grupos diversos: Ligas Nacionalistas, Forças Armadas, Igreja Católica, intelectuais da educação, integralistas e Poderes Públicos Estaduais e Federal. A pesquisa acompanhou a trajetória do escotismo entre os anos de 1910, data de surgimento do primeiro grupo no Brasil, e 1945, fim do Estado Novo Getulista e da Juventude Brasileira, órgão estatal encarregado da formação nacionalista da infância e juventude brasileira ao qual a União dos Escoteiros Brasil esteve vinculada desde 1940.

Introdução

Este estudo busca verificar as formas pelas quais o escotismo, Movimento educacional cívico-patriótico criado em 1907 por Baden-Powell, na Inglaterra, contribuiu para a implantação de um projeto nacionalista conservador no Brasil nos anos de 1910 a 1945.

A doutrina escoteira¹ objetivava formar crianças e jovens num ideário que valorizava, de forma acentuada, o sentimento de pertencimento à Nação. A integração do cidadão ao Estado era o cerne da doutrina, e durante as atividades cotidianas do Movimento propunham-se o enaltecimento dos símbolos nacionais e o respeito à ordem e à disciplina. No período compreendido entre o surgimento do Movimento e o final da Segunda Grande Guerra, marcado pela força do ideal nacionalista, o escotismo esteve presente na agenda política de diversos grupos políticos e Estados, tendo servido como vetor educacional da política de (re)construção nacional, tão importante naquele contexto.

Nosso objetivo neste trabalho é analisar a trajetória do escotismo no Brasil. O marco inicial é a década de 1910, quando surgiram os primeiros grupos e a primeira entidade coordenadora. Paulatinamente, o Movimento popularizou-se nos centros urbanos, e em 1924 nasceu a União dos Escoteiros do Brasil (UEB), entidade que passou a coordenar o escotismo brasileiro, tendo sido reconhecida oficialmente pelo Governo Federal em 1928. A pesquisa se encerra em 1945, data de extinção da Juventude Brasileira, órgão estatal responsável pela formação cívico-patriótica da infância e juventude brasileira ao qual a UEB esteve vinculada desde 1940. Também em

¹ A *doutrina escoteira* é entendida aqui como o conjunto de princípios que fundamentam os ensinamentos e as ações do Movimento. Embasamo-nos no conceito de *doutrina* proposto por Binetti (1994).

1945 terminam a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo, de Getúlio Vargas. Os acontecimentos de 1945 representam a crise dos regimes autoritários e a desmobilização dos grupos defensores do projeto nacionalista autoritário brasileiro, ao qual o escotismo esteve ligado.

Concordamos com os historiadores paulistas Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz (2002) que, ao estudarem o Movimento Escoteiro brasileiro das décadas de 1910 a 1940, afirmaram: *O escotismo é um fenômeno social que tem sido menosprezado pela historiografia brasileira, apesar de sua forte presença em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro*². Acrescentamos, ainda, que a *forte presença* do Movimento deu-se em diversos estados brasileiros, sendo, portanto, uma temática que carece de estudos monográficos que possam revelar a trajetória do escotismo nas diversas regiões.

Para entendermos o escotismo brasileiro no período estudado, é importante realizar um estudo mais amplo sobre a consolidação do Movimento na Europa e os pressupostos da doutrina badeniana. Assim sendo, apresentamos, inicialmente, no capítulo I, um rápido estudo sobre a doutrina escoteira, sua pedagogia e o contexto europeu de fins do século XIX e início do XX, demonstrando a estreita relação entre o ideário da cultura política nacionalista³ e a criação de organizações e movimentos infante-juvenis destinados à formação moral e física. O escotismo se destacou dentre os diversos movimentos educacionais surgidos naquele período. Cruzou fronteiras, estabelecendo-se em todo mundo. A partir dos anos de 1920, com a radicalização e popularização das propostas nacionalistas e a emergência dos regimes nazi-fascistas, a prática do escotismo foi proibida em diversas nações em que o Estado centralizado

² ZUQUIM; CYTRYNOWICZ. Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo, p. 44.

³ No primeiro capítulo do trabalho, explicitamos o nosso entendimento acerca do conceito *cultura política*.

controlava organizações oficiais de formação infanto-juvenil. É o caso de diversos países, como a Alemanha, onde a Juventude Hitlerista monopolizou a formação infanto-juvenil em prol do nazismo, e a Itália, onde a Ópera Nacional Balilla e a Juventude do Lictório direcionaram a educação fascista.

Ainda no primeiro capítulo, com o objetivo de entender as estratégias de mobilização do escotismo, estudamos aquilo que denominamos de *imaginário escoteiro*⁴, expresso num rico arcabouço de rituais e símbolos. O sucesso alcançado pelo Movimento e a sua capacidade de motivar militantes só podem ser explicados se levarmos em consideração este rico imaginário.

No segundo capítulo, analisamos a trajetória do Movimento Escoteiro no Brasil nas décadas de 1910 e 1920. Neste momento, os projetos nacionalistas de mobilização social se estruturaram mais concretamente, num contexto em que a idéia da educação como solução para os problemas nacionais esteve fortemente presente na sociedade brasileira. Acreditava-se que a educação seria um importante canal para a construção da identidade e da coesão nacional.

Na década de 1910, inicia-se a estruturação do Movimento Escoteiro no Brasil. Ainda de forma desorganizada e fragmentada, surgiram os primeiros grupos. A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, nascem os primeiros movimentos nacionalistas organizados e com ideário próprio. Dentre estes, a Liga de Defesa Nacional (LDN) e a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) deram amplo apoio ao escotismo. Em função da militância de nacionalistas, criou-se, em 1914, em São Paulo, a Associação Brasileira de Escoteiros (ABE), primeira entidade dirigente do escotismo nacional. Ainda na década

⁴ A discussão conceitual que embasa o estudo sobre o imaginário escoteiro está colocada no primeiro capítulo.

de 1910, o escotismo foi introduzido nas escolas públicas paulistas, graças à ação de militantes da ABE e da LNSP.

Na década de 1920, em vários estados brasileiros, ocorreram reformas da instrução pública, que objetivavam a introdução de modernas pedagogias e a expansão dos sistemas públicos educacionais. Este movimento de renovação educacional, conhecido a partir de fins dos anos 1920 como *Escola Nova*, expressava grande simpatia pelo escotismo. Neste sentido, em algumas destas reformas educacionais a prática do escotismo foi introduzida no cotidiano dos grupos escolares. Por intermédio deste apoio ao escotismo, expresso em sua inclusão nos sistemas educacionais, o Movimento consolidou-se e difundiu-se na sociedade brasileira. Esta vinculação entre o escotismo e os sistemas educacionais públicos também foi tema do capítulo II do trabalho. Ainda nesse capítulo, narramos a estruturação do movimento escoteiro religioso brasileiro, iniciada em fins da década de 1910. O ideário educacional proposto por Baden-Powell coincide com os valores e dogmas judaico-cristãos. Por todo o mundo, o escotismo foi praticado com o apoio de instituições religiosas.

No terceiro e último capítulo, analisamos a aproximação entre o Movimento Escoteiro e as diversas vertentes nacionalistas no Brasil no período entre 1930 e 1945. Com o golpe varguista, nota-se um grande esforço do Poder Público em prol da constituição de um Estado centralizado e de integração social das *massas populares*. No campo educacional, houve uma intensa disputa político-ideológica envolvendo grupos diversos que objetivavam impor seu ideário de construção nacional. Analisamos a relação entre o Movimento Escoteiro e os projetos educacionais conservadores. De formas diferentes, integralistas, Forças Armadas, católicos e o próprio Governo Federal incluíram o escotismo em suas propostas educacionais.

A criação da Juventude Brasileira, em 1940, e a incorporação da UEB àquele órgão estatal, no mesmo ano, efetivam a tutela e o controle do Estado sobre o Movimento e revelam o interesse dos nacionalistas pela doutrina escoteira. Em 1945, com a extinção da Juventude Brasileira, o Movimento se tornou novamente independente. Decreto Federal publicado no início de 1946 reconheceu a autonomia da UEB em relação ao Estado.

Os documentos pesquisados são heterogêneos e de variadas tipologias. As fontes primárias utilizadas foram: documentos oficiais – legislação, correspondências trocadas entre políticos e dirigentes do Movimento Escoteiro, discursos, relatórios e censos –, jornais diários, documentos produzidos por entidades coordenadoras do Movimento – livros de atas, imagens, correspondências trocadas entre dirigentes, informativos periódicos, relatórios, anais de eventos e, ainda, panfletos, folhetos, opúsculos, livros e manuais doutrinários, e informativos.

Dentre as fontes pesquisadas, a Legislação referente ao escotismo traz importantes contribuições para o entendimento da relação entre os poderes públicos (estaduais e federal) e o Movimento. Os atos legais, ainda que insuficientes isoladamente, quando cruzados com as demais fontes, revelam o apoio dos dirigentes políticos ao ideário de formação escoteiro. Procuramos comprovar a efetivação das políticas públicas de apoio ao escotismo previstas nos instrumentos legais e a sua efetiva aplicação. Ao longo da pesquisa, percebemos que em alguns momentos o apoio estatal legal se confirmou; em outros, não.

O conjunto documental utilizado na pesquisa foi encontrado em acervos pessoais e de instituições diversas. No Centro Cultural do Movimento Escoteiro (CCME), localizado na cidade do Rio de Janeiro, encontramos documentos produzidos pela União

dos Escoteiros do Brasil – correspondências, atas de reuniões, etc. –, livros e manuais escoteiros do período. Na Biblioteca Nacional, tivemos acesso a panfletos, periódicos, livros e obras diversas sobre o tema. No Arquivo Nacional, pesquisamos discursos de Afonso Pena Júnior no período em que ocupou a presidência da União dos Escoteiros do Brasil. Os jornais diários utilizados fazem parte do acervo da Hemeroteca Estadual de Minas Gerais. No Arquivo Público Mineiro, acessamos coletâneas de legislação e anuários estatísticos brasileiros da década de 1930 que contêm dados sobre o escotismo brasileiro. Na Fundação Getúlio Vargas (FGV), pesquisamos os acervos pessoais de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema que guardam documentos informativos sobre as relações entre o governo federal e o escotismo durante a primeira gestão varguista (1930-1945). Na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisamos exemplares da revista *Cultura Política*. A Biblioteca Central da UFMG possui exemplares das revistas escoteiras *Anaúê* e *O Escoteiro*, publicadas em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930, respectivamente. No Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e no Museu Histórico Abílio Barreto, encontramos uma volumosa coleção de documentos sobre o Movimento Escoteiro mineiro das décadas de 1920 e 1930. O Museu da Escola de Minas Gerais possui em seu acervo alguns cadernos escolares das décadas de 1930 e 1940 ilustrados com motivos escoteiros. Nos acervos pessoais de Moacir Dutra, militante e dirigente escoteiro desde a década de 1920, Romero Oswaldo Lourdes Machado, escoteiro desde a década de 1930, e Vander Veloso Pires, dirigente e chefe escoteiro desde a década de 1960, tivemos acesso a importantes documentos relacionados ao Movimento e a entidades dirigentes escoteiras.

As fontes trabalhadas permitiram analisar a doutrina e as representações construídas acerca do Movimento Escoteiro, por parte tanto dos militantes como de grupos diversos simpáticos à doutrina. Por intermédio das fontes, também pudemos perceber a organização do Movimento Escoteiro e a trajetória das entidades dirigentes em suas relações com os grupos nacionalistas brasileiros.

No período de estudo proposto, 1910 a 1945, notamos uma regularidade no que se refere aos diversos projetos nacionalistas e ao apoio ao Movimento Escoteiro, seja por meio de discursos ou da ajuda material. O que garantia este vínculo era a percepção dos nacionalistas de que o escotismo seria uma doutrina de formação extra-escolar que tornaria possível a difusão do ideário da cultura política nacionalista em direção à constituição de um Estado centralizado. Neste sentido, acreditamos que, por exemplo, tanto os teóricos da Escola Nova quanto Francisco Campos ou Gustavo Capanema, importantes figuras políticas do período estudado, enxergavam no Movimento Escoteiro uma escola de formação para o civismo e a construção da nacionalidade brasileira.

Ainda assim, os diversos grupos e entidades dirigentes do Movimento Escoteiro no Brasil possuíam particularidades em suas ações e cotidiano, sem prejuízo das questões centrais da doutrina. O desenvolvimento de atividades e exercícios militares, por exemplo, foi mais evidente em determinados momentos e locais, e portanto esta não pode ser considerada uma característica regular dos grupos escoteiros brasileiros.

Praticamente inexistem trabalhos historiográficos de análise mais ampla sobre o Movimento Escoteiro no Brasil da primeira metade do século XX. A falta de estudos encobre questões que podem revelar aspectos da cultura política nacionalista e da educação cívico-patriótica naqueles anos. O escotismo aparece constantemente em rápidas citações de estudiosos da história da educação, principalmente nos trabalhos de

análise das décadas de 1920 a 1940. Por ser um tema ainda pouco explorado, pela possibilidade de o estudo revelar aspectos importantes para o entendimento da história política do período, e, ainda, por existirem fontes numerosas e diversas à disposição para a pesquisa, optamos pela proposição deste estudo.

Apresentamos abaixo a curta bibliografia historiográfica já produzida sobre o Movimento Escoteiro brasileiro, cuja leitura revela análises superficiais e com marcos espaço-temporais curtos e bastante específicos. Neste sentido, acreditamos que nossa pesquisa poderá trazer contribuições para a historiografia da política e da educação brasileira do período.

Rosa Fátima de Souza, em artigo intitulado *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*, analisa a militarização infantil a partir da cultura escolar paulista no período de 1892 a 1968 e aponta, de forma sintética, algumas questões acerca do que ela chama de *escotismo escolar*, demonstrando que no Estado de São Paulo o governo incentivou o Movimento Escoteiro nas escolas a partir de 1917⁵. Souza comprova que a prática escoteira esteve presente no sistema escolar paulista até a década de 1940 e argumenta que esta política de incentivo fazia parte de um amplo projeto que visava *introduzir práticas de natureza patriótica e cívico-militar que predominaram no ensino primário, no início do século XX*⁶.

Yara Cristina Gabriel, assim como Souza, pesquisou a prática do escotismo nas escolas paulistas. Ela defendeu a dissertação *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*, cujo objetivo principal foi investigar as formas pelas quais as reformas de instrução pública em São Paulo adaptaram o escotismo à estrutura de funcionamento da

⁵ Segundo a autora, o trabalho apresenta os resultados iniciais de sua pesquisa. Cf. SOUZA, 2000.

⁶ SOUZA. *A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira*, p. 104.

escola primária. Seu trabalho deixa claro que o processo de institucionalização do escotismo naquele Estado foi sistemático. O Poder Público, em parceria com a Associação Brasileira de Escoteiros, entidade civil, promoveu uma política de apoio consistente ao movimento.⁷

A monografia de bacharelado do então graduando em história Alfredo Luis Nette, intitulada *História do movimento escoteiro em Curitiba, de 1915 a 1920*, versa sobre a estruturação inicial do escotismo no Estado do Paraná, de forma bem resumida. O autor relata o surgimento da Associação Paranaense de Escoteiros, em 1915, e demonstra que até 1920 diversos grupos instalados na capital e no interior do estado desenvolveram atividades regulares.⁸

Semensato da Silva também elaborou monografia de bacharelado sobre escotismo, intitulada *O escotismo no Brasil-Rio de Janeiro*, na qual faz uma análise, rica em fontes primárias, sobre o escotismo na capital federal dos anos de 1910 a 1940.⁹

Os historiadores paulistas Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz publicaram duas obras sobre escotismo. O livro *A construção de um projeto para juventude: 60 anos de escotismo e judaísmo: uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avandava* relata a trajetória do grupo escoteiro fundado por judeus alemães em 1938 com o intuito de permitir a reunião dos jovens judeus longe da vigilância da ditadura varguista.¹⁰ No artigo *Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937)*, os autores apresentam, em poucas páginas, questões acerca dos pressupostos psico-educacionais da

⁷ Cf. GABRIEL, 2003.

⁸ Cf. NETTE, 1989.

⁹ Cf. SILVA, 2002.

¹⁰ Cf. ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 1999.

doutrina de Baden-Powell e de sua chegada ao Brasil. Sem dúvida, o artigo contribui para o estudo acerca do pensamento badenino.¹¹

Por último, podemos citar a nossa monografia, intitulada *Sempre Alerta! O movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930)*, em que verificamos a consolidação do Movimento Escoteiro no Estado de Minas Gerais durante a gestão do presidente Antônio Carlos Andrada, quando a Reforma Educacional implementada por Francisco Campos trouxe um amplo apoio ao Movimento.¹² Aliás, diga-se de passagem, nosso envolvimento com a pesquisa acerca do tema escotismo surgiu a partir do desenvolvimento desta monografia. A motivação para a pesquisa durante a graduação deu-se em função de nossa vinculação profissional, à época, ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, onde realizamos o tratamento técnico de uma coleção de documentos sobre o escotismo mineiro, que hoje faz parte do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

Esta rápida revisão bibliográfica revela a carência de estudos acerca deste tema, tão importante para o entendimento da história brasileira da primeira metade do século XX. Ainda que a produção historiográfica sobre o tema seja pequena – se pensarmos no amplo potencial que o tema oferece –, os estudos já realizados foram importantes e contribuíram em muito para nossa pesquisa.

Nosso estudo objetiva demonstrar a trajetória do Movimento Escoteiro no Brasil e sua proximidade com o ideal nacionalista. A simpatia dos nacionalistas pelo escotismo permitiu a estruturação e a difusão do Movimento na sociedade brasileira no período em estudo. Ao propormos uma análise que explicita as origens do escotismo brasileiro na

¹¹ Cf. ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 2002.

¹² Cf. NASCIMENTO, 2002.

década de 1910, objetivamos demonstrar de que forma o Movimento conquistou espaço até sua incorporação ao aparelho estatal durante o Estado Novo.

O período entre-guerras foi marcado pelos discursos a favor do fortalecimento nacional por meio de Estados centralizados e contra os valores liberais. Neste sentido, a educação ganhou espaço no projeto nacionalista de mobilização das massas e de constituição de laços de identificação nacional. Surgiram na Europa diversas organizações infanto-juvenis ligadas ao Estado encarregadas de formar crianças e jovens capazes de realizar o ideal de Nação forte e de aceitar as limitações de organização político-social fora da esfera estatal.

Defendemos a hipótese de que o escotismo no Brasil, por já contar com uma estrutura administrativa e por ter encarnar a idéia de formação infanto-juvenil em prol do ideal nacionalista, serviu aos interesses do Governo Federal e dos grupos políticos antiliberais empenhados na construção um Estado forte durante as décadas de 1930 e 1940.

Essa hipótese se comprova quando do surgimento da organização infanto-juvenil oficial brasileira encarregada da educação cívico-patriótica em 1940: a Juventude Brasileira (JB). As dificuldades de consolidação e estruturação da JB¹³ levaram a discussões no âmbito do Governo Federal sobre a possibilidade de incorporação do Movimento Escoteiro àquele órgão estatal. Percebemos, então, uma tentativa de vinculação da estrutura organizacional já montada pela União dos Escoteiros do Brasil. As discussões sobre o lugar do escotismo no projeto político-educacional do Estado

¹³ A estruturação da Juventude Brasileira não se deu como o previsto no Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, que criou a organização estatal. Já na fase de tramitação do projeto de criação da JB, não houve consenso entre as diversas instâncias governamentais envolvidas na discussão. Durante sua existência, a entidade se limitou a promover desfiles cívicos em datas de comemorações nacionais. Segundo Horta, a JB foi *uma tentativa frustrada de implantação no Brasil de um movimento de juventude nos moldes fascista* (1994: 274). Sobre a trajetória da organização, ver: HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Novo, ocorridas no início da década de 1940, expressam a preocupação de controle em todas as esferas político-sociais, característica dos governos organizados em bases autoritárias.

Ao concluirmos o curso de mestrado, no prazo de pouco mais de dois anos, temos a clareza de que esta dissertação abre muitas perspectivas de estudos, que não puderam ser mais aprofundadas em função da impossibilidade de busca de novas fontes e leituras.

Por último, gostaríamos de enfatizar nossa opção em manter as análises sobre o objeto estritamente no período em que nos propusemos a estudá-lo (1910-1945). Ao entrarmos em contato com dirigentes e militantes escoteiros atuais, percebemos que parte do ideal de formação infanto-juvenil existente no período entre-guerras subsiste até hoje. Ainda assim, houve mudanças, e o movimento daquele período guarda algumas especificidades em relação ao presente. Enfim, o escotismo é um movimento social amplamente praticado até os dias atuais, mas, em função de nossos objetivos e das características de uma pesquisa realizada junto a um curso de pós-graduação em História, abstinemo-nos de quaisquer comparações entre a situação atual e o passado.

Capítulo I

Origens do escotismo, doutrina e imaginário

Neste primeiro capítulo, fizemos uma análise que demonstra a proximidade entre o ideário nacionalista, presente em grande parte do mundo do século XIX até o período entre-guerras, e a educação escoteira. Defendemos a hipótese de que o escotismo foi um vetor educacional de formação de indivíduos patriotas e integrados à nação moderna naquele momento.

Apresentamos um estudo sobre a doutrina do Movimento Escoteiro, criado em 1907 pelo general inglês Baden-Powell, e suas ligações com a cultura política nacionalista, que mobilizou grupos políticos por todo o mundo. Analisamos também, além da doutrina, a pedagogia do Movimento, estratégia de organização e desenvolvimento das atividades, que, influenciada pelo *ativismo*, em voga no início do século XX, propiciou a popularização da prática escoteira.

Por último, elaboramos uma análise acerca do imaginário escoteiro no Brasil. O estudo da dinâmica cotidiana do Movimento, seus ritos e símbolos, aponta o caráter mobilizador rumo ao ideário nacionalista. O trabalho demonstra de que forma a doutrina escoteira era inculcada na mente das crianças e jovens por meio das diversas atividades do Movimento; como acampamentos, jogos, desfiles cívicos, exercícios físicos e pregação moral.

A avaliação mais ampla sobre o nacionalismo europeu e as origens do Movimento Escoteiro faz-se necessária, ainda que nosso objeto de estudo seja o escotismo brasileiro. As bases lançadas por Baden-Powell na Inglaterra tornaram-se universais no ideário escoteiro. Portanto, para entendermos a estruturação e difusão do Movimento no

Brasil, algumas considerações sobre o nascimento da doutrina na Europa tornam-se essenciais. Assim como em todo Velho Continente, o desenvolvimento do escotismo no Brasil preservou o cerne da doutrina: a formação cívico-patriótica.

Gênese de uma idéia

Para avaliar a doutrina escoteira, é essencial compreender a biografia de seu iniciador: Baden-Powell. A visão de mundo e as preocupações com o destino do Império Britânico justificaram o esquema elaborado pelo militar inglês, que visava à formação física e moral de seus compatriotas.

Segundo Hobsbawm (1997b), a doutrina escoteira, por ter sido elaborada e implementada por Baden-Powell, faz do Movimento um exemplo de *tradição inventada* e estruturada por um único iniciador. Sendo uma *tradição inventada*, de acordo com o entendimento do autor,¹ o escotismo caracteriza-se como um conjunto de práticas rituais e simbólicas que objetivam *inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.*² É essencial, portanto, que se façam algumas considerações que articulem a trajetória de Baden-Powell com a gênese do escotismo.

Robert Stephenson Smyth Baden-Powell nasceu em 1857. Em 1876, ingressou no exército britânico, onde fez carreira. Já em 1877, aos 19 anos, foi enviado para juntar-se a um regimento inglês na Índia. A partir daí, *subiu* na hierarquia militar. Integrou

¹ Interessante notar que o próprio historiador marxista inglês foi escoteiro. Ele relata em sua autobiografia: *inicie-me na vida pública aos catorze anos não sob auspícios revolucionários, mas em uma parada de escoteiros, composta principalmente por meninos judeus vienenses da classe média, formalmente passados em revista pelo então presidente da Áustria, um político pouco relevante e sem dúvida católico anti-semite chamado Miklas.* HOBBSAWM, Eric J. *Tempos Interessantes: uma vida no século XX.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.

² HOBBSAWM. Introdução: A invenção das tradições, p. 9.

grupamentos diversos em países dominados pela Inglaterra. Esteve no Afeganistão, na Índia, na África do Sul, na Ilha de Malta (Mediterrâneo) e na Costa do Ouro (hoje Gana). Em 1907, entrou para a reserva e fixou residência na Inglaterra.³

Durante o período em que esteve no Exército, Baden-Powell não passou longas temporadas na Inglaterra. Em momentos de férias ou licenças, preferia viajar pela Europa, tendo conhecido boa parte daquele continente. No desenvolvimento de suas atividades junto no Exército Imperial, lutou contra levantes nas diversas colônias e defendeu os interesses da Coroa Britânica em suas possessões.

A carreira de Baden-Powell foi marcada por uma rápida ascensão, tendo alcançado posições de destaque no comando de tropas em curto espaço de tempo. Renomado estrategista, escreveu alguns livros sobre táticas militares. Seu primeiro livro, lançado em 1884, *Reconnaissance and Scouting*, fala sobre técnicas militares de avanço em terreno inimigo.

Em outubro de 1899, após participar de vários conflitos envolvendo revoltas anticolonialistas, Baden-Powell foi enviado para a cidade de Mafeking, na África do Sul, para impedir uma invasão do exército Boêr. As tropas comandadas por Baden-Powell resistiram na cidade sitiada até maio de 1900, quando chegaram novos reforços, que garantiram o domínio inglês. O militar foi aclamado herói na Inglaterra, e isto se explica pelo fato de Mafeking ser, naquela época, uma cidade importante em termos estratégicos.

Em 1900, o militar lançou a obra *Aids to scouting for non-commissioned officer and men*, em que sugeriu a *formação de pequenos grupos de treinamento, possibilitando-os desenvolver suas próprias dinâmicas. Introduziu a idéia de jogos – na*

³ Para mais informações sobre a biografia de Baden-Powell, ver: JEAL, 2001 e NAGY, 1987.

maioria deles, idealizados por ele mesmo – como método educacional⁴. O livro foi bem recebido na Inglaterra, onde passou a circular também fora dos meios militares, devido ao prestígio alcançado pelo autor após o episódio de Mafeking.

Também no ano de 1900, Baden-Powell organizou e dirigiu a *South African Constabulary*, força policial encarregada de restaurar a ordem no cone sul do continente africano. O treinamento recebido pelos integrantes desta tropa, baseado na obra *Aids to scouting for non-commissioned officer and men*, incluía jogos educativos. Segundo Nagy (1987), apoiava-se no desenvolvimento do senso de iniciativa do soldado, desenvolvendo-lhe a confiança em si mesmo, a perspicácia, a astúcia, a adaptabilidade, a bravura, a lealdade e o senso de dever. O Movimento Escoteiro herdou da *South African Constabulary* o uniforme, o emblema (flor de liz) e o lema (Be Prepared). A atuação da *South African Constabulary* era menos militar em relação às tropas regulares. Suas funções iam desde a procura de ladrões e assaltantes, passando pela reconstrução de prédios destruídos por conflitos, até a vacinação de crianças.

Tendo deixado o comando da *South African Constabulary*, Baden-Powell foi, em 1903, nomeado inspetor geral da Cavalaria Britânica, posto que lhe permitiu viajar por todo mundo visitando instalações militares de diversos países. Em 1907, entrou para a reserva, tendo fixado residência na Inglaterra. A partir daí, começa a história do Movimento Escoteiro enquanto proposta educacional para crianças e jovens britânicos.

Após sua vivência no exército, preocupado com a formação da juventude inglesa, Baden-Powell passou a interessar-se pelos diversos movimentos infanto-juvenis daquele país. O militar tornou-se, em 1903, *consultor* de uma das organizações educacionais de maior sucesso na Inglaterra, a Brigada de Rapazes, fundada em 1883 por William

⁴ NAGY, 250 milhões de escoteiros, p. 42.

Alexander Smith, em Glasgow, inspirada em princípios cristãos. Os militantes se aproximavam de soldados mirins com armas de madeira e uniformes militares. Baden-Powell tinha críticas em relação ao radicalismo religioso e às rígidas práticas de caserna existentes no treinamento oferecido pelo movimento criado por Smith (Nagy, 1987).

A partir de sua experiência militar e da reflexão crítica sobre os movimentos cívico-nacionalistas educacionais na Inglaterra, Baden-Powell iniciou estudos sistemáticos sobre a formação infanto-juvenil de seus compatriotas. Em abril de 1906, divulgou seu *plano para formação de rapazes, que seguia de perto o programa dos exploradores militares*, como revela em sua autobiografia.⁵ Cópias deste *plano* foram enviadas para diversos colegas militares, inclusive Smith, responsável pela Brigada de Rapazes. O programa diferia daquele da Brigada, sugerindo jogos e atividades, individuais ou em pequenos grupos, numa dinâmica menos militarizada.

Ao elaborar seu projeto educacional, o militar inglês foi extremamente influenciado, também, por Ernest Thompson Seton, cidadão inglês residente nos Estados Unidos, que criou o movimento infanto-juvenil Woodcraft Indians. Seton, que manteve contatos sistemáticos com Baden-Powell, propunha atividades no campo e jogos que estimulassem o autodesenvolvimento. Sua prática educativa aproximava-se das modernas pedagogias ativistas. O escotismo guarda semelhanças com o movimento norte-americano dos Woodcraft Indians.

Em 1907, Baden-Powell colocou em prática suas idéias de educação escoteira. Reunindo um grupo de 20 garotos, realizou um acampamento, que serviu como *teste piloto*. Naquele mesmo ano, assinou um contrato com uma grande editora, cujo acordo previa a publicação de um manual sobre a doutrina escoteira. A obra, intitulada

⁵ BADEN-POWELL, *Lições da escola da vida*, p. 51.

Scouting for Boys, foi publicada em fascículos durante o ano de 1908. Para promover o escotismo, o autor viajou por todo Reino Unido. Os custos foram cobertos pela editora que publicou ainda um semanário, o órgão oficial dos *Boy Scouts*. No final do primeiro ano de circulação, o semanário escoteiro *The Scout* tinha mantido uma média de venda de 110 mil exemplares por edição.

Fábrica de caráter: doutrina & pedagogia

O surgimento do Movimento Escoteiro ocorreu num momento de grande preocupação com a educação física e moral infanto-juvenil em todo o mundo. A criação de sistemas públicos escolares e de organizações extra-escolares era tema recorrente nos jovens estados nacionais, que, ao constituir sistemas amplos de ensino, procuravam *regenerar* a sociedade, criando e difundindo laços de coesão, integração e pertencimento nacionais.

O escotismo é, em boa medida, um Movimento nacionalista e particularista, mas estas características não impediram sua expansão para além das fronteiras inglesas. No Brasil, o cerne da doutrina foi mantido, e é preciso, portanto, realizar uma análise capaz de revelar os fatores intrínsecos à doutrina que propiciaram aqui sua consolidação e estruturação.

Para o estudo da doutrina e da pedagogia do Movimento, existem fontes numerosas. Talvez as principais sejam os manuais e livros editados por entidades dirigentes e destinados aos chefes e aos militantes em geral. Desenvolvemos um breve estudo em que apresentamos os princípios do escotismo.

Ao se referir aos objetivos e finalidades do Movimento, Baden-Powell diz:

*...procurar melhorar o padrão dos futuros cidadãos, especialmente seu caráter e sua saúde. Era preciso descobrir os pontos fracos do caráter nacional e esforçar-se por erradicá-los, substituindo-os por virtudes equivalentes que os programas escolares não mencionavam.*⁶

O trecho acima expõe a principal preocupação de Baden-Powell: o desenvolvimento do *caráter* e da *saúde* dos cidadãos e, conseqüentemente, da nação inglesa, por meio de virtudes não contempladas no sistema escolar.

A preocupação com a formação do caráter, tema importantíssimo na doutrina badeniana, era freqüente nos movimentos infanto-juvenis do início do século XX. Zuquim e Cytrynowicz (2002) afirmam que estes movimentos buscaram idéias em uma corrente da psicologia que, naquele momento, afirmava que o *caráter* poderia ser formado por meio da manipulação e do controle dos *instintos*. Este método de formação do caráter era inspirado, fundamentalmente, na psicologia de G. Stanley Hall, para quem a adolescência era o momento da vida pessoal correspondente à época entre a selvageria e a civilização da história humana.

Esta escola da psicologia propunha que o desenvolvimento correto da infância seria alcançado por meio de uma série de procedimentos pertinentes em cada diferente estágio, os quais iriam estimular novos *instintos*. Assim, Stanley Hall propõe três estágios básicos de desenvolvimento: a criança de seis a sete anos; de oito a doze anos; e o adolescente. O primeiro estágio seria um período de crise. No segundo, a criança seria pouco imaginativa e menos emocional. Por último, o adolescente, comparável ao homem antigo e medieval, seria *imaginativo, emocional, capaz de idealismo e participação na vida em comunidade*.⁷

⁶ BADEN-POWELL, *Lições da escola da vida*, p. 53.

⁷ ZUQUIM; CYTRYNOWICZ. Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937), p. 46.

A influência desta psicologia do desenvolvimento sobre o escotismo torna-se facilmente percebida ao folharmos manuais escoteiros que traziam atividades específicas para os lobinhos (crianças mais novas) e para os escoteiros (adolescentes e pré-adolescentes).

O poeta Coelho Neto, prefaciando o *Manual do Escoteiro Brasileiro*, do início da década de 1920, fala da importância da formação do caráter na infância:

*É na infância que se prepara o homem. O que se obtém com brandura na idade tenra dificilmente se consegue, ainda mesmo com violência, na maturidade. Dá-se ao novédio a posição que se deseja, o tronco é inflexível e, como cresceu assim fica; apollega-se o barro enquanto humido e dúctil, endurecido ao sol já se lhe não modifica a fôrma. Assim o carácter.*⁸

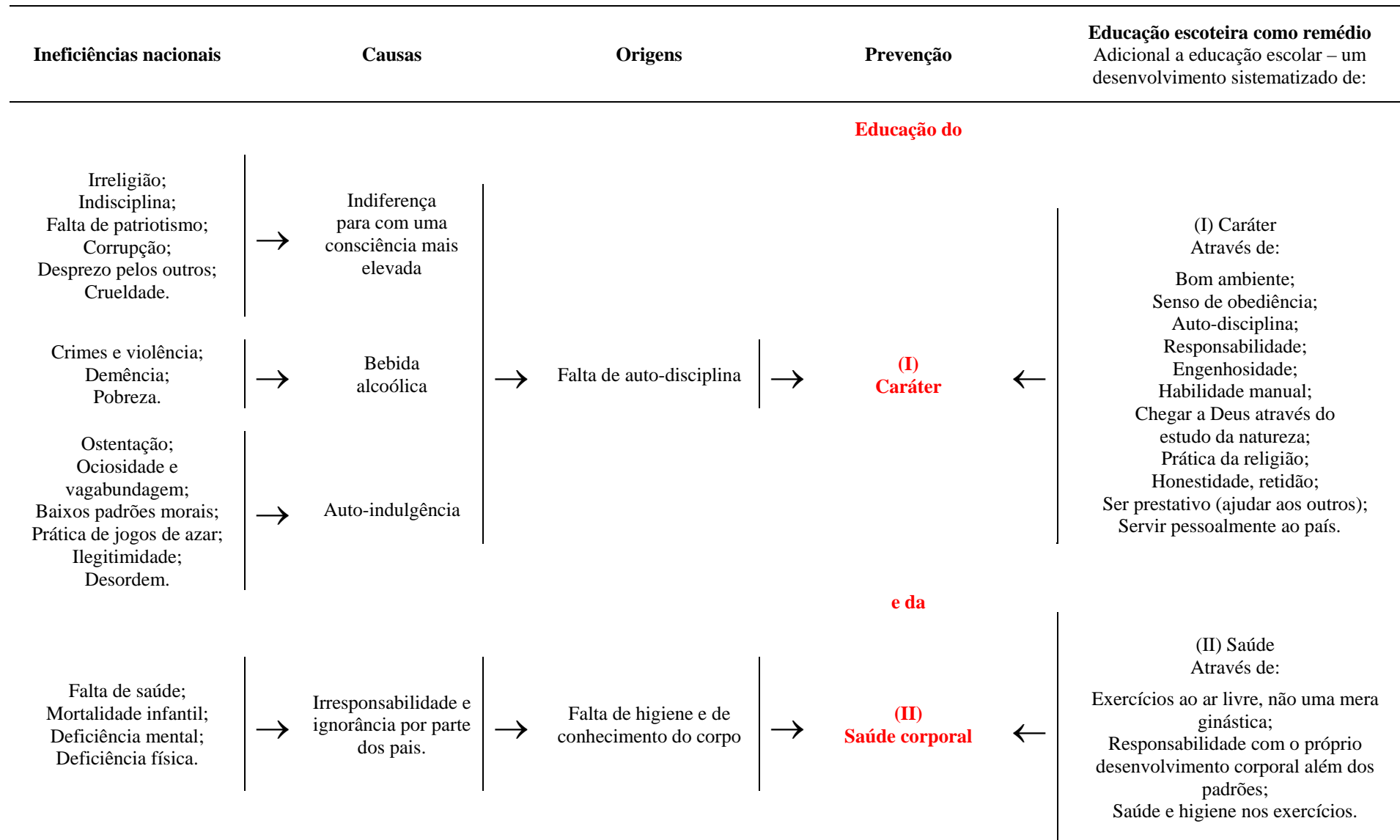
As condições necessárias e as atividades pensadas por Baden-Powell para formar o caráter das crianças e adolescentes, e, conseqüentemente, para permitir a passagem do estado de selvageria para o de civilização eram: bom ambiente, senso de obediência, autodisciplina, responsabilidade, engenhosidade, habilidade manual, chegar a Deus por meio do estudo da natureza, prática da religião, honestidade, retidão, ser prestativo (ajudar aos outros) e servir pessoalmente ao país.⁹

Outra preocupação básica da doutrina era a saúde corporal. Baden-Powell acreditava que a prática controlada de exercícios ao ar livre e a criação de um senso de responsabilidade com o autodesenvolvimento da saúde corporal levariam a uma queda nos índices de mortalidade infantil e de deficiência mental e física, e, conseqüentemente, ao robustecimento de crianças e jovens britânicos. As virtudes

⁸ GUINLE; POLLO. *O livro do escoteiro, manual do escoteiro brasileiro*, p. 03.

⁹ O quadro disponível na próxima página (29), intitulado *Prevenção é a melhor cura*, aponta, de forma esquemática, as bases da doutrina e da pedagogia escoteira.

Prevenção é a melhor cura



Educação do

e da

morais e o caráter estavam também ligados intrinsecamente à saúde corporal, e para desenvolvê-los os exercícios físicos seriam essenciais. Os exercícios físicos, além de contribuírem para o desenvolvimento da moral individual, eram fundamentais para a constituição de um Estado forte.¹⁰

Em termos pedagógicos, o escotismo é fruto do *ativismo*. A pedagogia ativista influenciou educadores de todo o mundo. Seus pressupostos embasavam-se em estudos psicológicos caracterizados pela idéia de que a psique infantil era radicalmente diferente da adulta. A pedagogia ativa rompe com alguns pressupostos da pedagogia *tradicional* e insere-se no amplo movimento educacional denominado *Escola Nova* do início do século XX. Cambi (1999) enumera as principais características da pedagogia ativa: a percepção de que a criança está no centro do processo educacional, considerando-se, portanto, suas necessidades e suas capacidades; o fazer deve preceder o conhecer; e na base da aprendizagem está o ambiente, e não o saber codificado e sistemático. O autor teoriza, ainda, que o ativismo rompia com *uma instituição escolar formalista, disciplinar e verbalista e com uma pedagogia deontológica abstrata e geralmente metafísica, alheia ao espírito da demonstração e da teorização interdisciplinar e antropologicamente centralizada*.¹¹ O escotismo aproxima-se dessa forma de educar, pois, libera a criança dos vínculos da educação familiar e escolar, permite que ela entre em contato direto com a natureza e propõe o aprender fazendo.

¹⁰ Castro (1997) explica que a derrota da França na guerra contra a Prússia, em 1870, levou os franceses a se interessarem pela educação física como garantia de melhor preparação dos cidadãos para guerra. Esta preocupação não se restringiu aos franceses. O autor argumenta que *há uma estreita relação entre o surgimento dos estados nacionais, a criação de exércitos nacionais e o desenvolvimento da educação física. A idéia subjacente sempre foi a de que a ginástica poderia afetar positivamente o estado-nação*. CASTRO, Celso. In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997. Baden-Powell foi, sem dúvida, tributário deste pensamento.

¹¹ CAMBI. *História da pedagogia*, p. 513.

Outra premissa da pedagogia era a idéia de que a escola deveria ser afastada do ambiente artificial da cidade. A aprendizagem ocorreria no ambiente externo, garantindo a manipulação além da teorização intelectual e o aprendizado global, com teoria e prática. *As características ativistas do escotismo devem ser destacadas no seu vínculo com o ambiente natural, na valorização da vida em grupo e num entusiasmo para aquilo que é selvagem, típico da idade juvenil, no desenvolvimento do espírito de iniciativa e capacidade manual.*¹²

Essa rápida exposição da pedagogia ativista, componente de um quadro mais amplo de idéias que formaram a *Escola Nova*, aponta aspectos educacionais caros à pedagogia escoteira. Certamente Baden-Powell foi influenciado pelo debate educacional no momento em que elaborava os métodos educacionais do escotismo. Tanto a psicologia do desenvolvimento do caráter quanto a pedagogia ativista influenciaram seu pensamento. Boulanger (2000) diz que entre as leituras básicas¹³ do general inglês estavam os livros da *Escola Suíça Reformadora*,¹⁴ que congregava importantes educadores da *Escola Nova*.

Vários educadores pertencentes ao chamado *movimento escolanovista* interessaram-se pelo escotismo na primeira metade do século XX. Entre eles, Pierre

¹² CAMBI. *História da pedagogia*, p. 521.

¹³ Boulanger aponta outras *bases filosóficas* que influenciam Baden-Powell ao criar o Movimento Escoteiro: a filosofia de formação do caráter, de Epicteto; e as idéias de Livy sobre as associações voluntárias para desenvolver o caráter e o patriotismo dos jovens. Para conhecer os métodos de treinamento dos povos primitivos, leu Frazer; consultou livros sobre a educação de jovens em Esparta, Japão, antiga Inglaterra e Irlanda; pesquisou sobre a Idade Média e a cavalaria; estudou métodos de ginástica; e consultou as associações infanto-juvenis existentes no Reino Unido: Brigada de Rapazes, Cadetes de Lorde Rodney e os Cavaleiros do Rei Arthur. BOULANGER, Antonio Uchoa Ribeiro. *O chapelão, histórias da vida de Baden-Powell*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2000, p. 103.

¹⁴ A *Escola Suíça Reformadora* reuniu educadores importantes e foi um dos principais bastiões da pedagogia ativista e do escolanovismo. A chamada *Escola de Genebra* surgiu em torno do Instituto Jean Jaques Rousseau, criado em 1912. A instituição reunia pesquisadores da psicologia e educação, entre eles Edouard Claparède (1873-1940) Pierre Bovet (1878-1944), Adolphe Ferrière, Henri Wallon (1879-1962) e Jean Piaget. Ver CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 529.

Bovet, um dos principais expoentes do escolanovismo, dedicou-se à causa escoteira. O pedagogo escreveu o livreto *O gênio de Baden-Powell: o que é preciso compreender do escotismo, suas bases psicológicas, seu valor educativo, o instinto combativo e o ideal da juventude*. Na obra, em que faz um elogio ao Movimento criado pelo general inglês, explica que a educação cívica só se efetiva pela formação do caráter, *se quisermos que um homem tenha o sentimento do dever, é preciso que procedamos de forma que êle, na sua infância ou na sua adolescência, receba consinhas [diretrizes] morais.*¹⁵

A proposta do militar inglês, que tanto agradou aos educadores e à sociedade em geral, organizava-se em torno de uma pedagogia moderna, que, como já dito, objetivava modelar crianças e jovens a partir de uma matriz de pensamento nacionalista de valorização da ordem e da moral cristã.

O objetivo do Movimento seria alcançado a partir do aprendizado da *arte mateira* (técnicas de sobrevivência na natureza em condições adversas). Durante os acampamentos, os jovens participavam de jogos e atividades recreativas, e ouviam palestras sobre questões morais. Outras atividades eram realizadas nas cidades, tais como trabalhos assistenciais e encontros de estudo sobre temas morais e de técnicas relacionadas à sobrevivência no campo.

Sem dúvida, nas atividades de campo é que se formava o escoteiro. Ali, praticava-se o *self-government*. Crianças e jovens, embalados pelo espírito de aventura e de iniciativa, aprendiam técnicas de sobrevivência no ambiente natural, onde se valorizavam a vida em grupo e os trabalhos manuais.

Um dos grandes trunfos do escotismo era a forma de organização dos militantes. As patrulhas, formadas por cerca de seis escoteiros com a mesma idade,

¹⁵ BOVET. *O gênio de Baden-Powell: o que é preciso compreender do escotismo, suas bases psicológicas, seu valor educativo, o instinto combativo e o ideal da juventude*, p. 12.

aproximadamente, tinham um monitor e um submonitor, responsáveis pelo grupo. Várias patrulhas formavam uma tropa, que tinha no máximo 32 integrantes e era comandada pelo chefe escoteiro.

O agrupamento de crianças e jovens, divididas em patrulhas, unidade básica das atividades escoteiras, criava laços de amizade e pertencimento ao grupo. No dia-a-dia, os garotos eram incentivados a fazer acordos e a administrar suas atividades diárias. As disputas de jogos entre patrulhas aumentavam o grau de ligação entre seus membros.

Os jogos eram também importantes na pedagogia escoteira. Estimulando o *instinto combativo* das crianças e jovens, conseguia-se direcionar seu interesse para competições que sempre tinham uma *lição moral*. Bovet registra: *os escoteiros fazem muito o uso dos concursos, mas conservam o caráter de jogo e evitam atribuir prêmios distintivos aos ganhadores. O resultado também nunca deve determinar o lugar do escoteiro no grupo.*¹⁶ Importante registrar que as *promoções* no grupo eram antecedidas de provas diversas, mas, neste caso, o escoteiro concorria consigo mesmo e era *promovido* somente a partir do seu próprio empenho.

Cultura política nacionalista

Para além da pedagogia do escotismo, sua doutrina tinha objetivos de formação política estritamente relacionados ao ideário nacionalista de fins do século XIX e início do século XX. Os garotos e rapazes aprendiam a respeitar e valorizar os símbolos nacionais e as autoridades políticas constituídas. Esse ideário civilizatório era dirigido aos futuros cidadãos, a quem cabia a missão de levar a Nação ao seu pleno desenvolvimento, interno e externo. Nesse sentido, o escotismo formava sujeitos que,

¹⁶ BOVET. *O gênio de Baden-Powell: o que é preciso compreender do escotismo, suas bases psicológicas, seu valor educativo, o instinto combativo e o ideal da juventude*, p. 31.

em muitos pontos, aproximavam-se do cidadão ideal pensado pelos movimentos nacionalistas surgidos em fins do século XIX.

Os primeiros movimentos e teóricos do *princípio da nacionalidade* defendiam um nacionalismo literário e romântico, principalmente em países onde não havia indústrias e predominava a vida no campo. Já no início do século XIX, o *princípio da nacionalidade* levou à criação de vários estados na Europa. Este *princípio* considerava a tradição cultural dos povos como determinante na criação de Estados Nacionais. A recuperação da tradição *folclórica* não contava com grande apoio social, e os primeiros movimentos nacionais propunham a formação de grandes nações. Não se acreditava que pequenos povos em pequenos territórios fossem capazes de construir um Estado próprio.

O final do século XIX foi marcado pela reformulação do ideário nacionalista¹⁷ na Europa. Desse momento em diante, a possibilidade de autodeterminação nacional passou a ser admitida não apenas para as nações que pudessem demonstrar sua viabilidade econômica, cultural e política, mas a todo e qualquer grupo político que reivindicasse o título de *nação*.

Surgiram grupos e movimentos políticos de direita que defendiam, de forma radical, a mobilização social contra os *inimigos* internos e externos da nação. A principal característica deste discurso nacionalista foi o ataque a estrangeiros, liberais e socialistas, assim como a proposição de uma expansão agressiva do Estado Nacional hierarquizado e autoritário. A luta contra a urbanização, o cosmopolitismo, o internacionalismo e os direitos naturais se tornou vigorosa nas doutrinas nacionalistas.

¹⁷ Diversos autores sustentam que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos, surgidos com a consolidação dos estados nacionais. Sobre este assunto, ver: ANDERSON, 1999; GELLNER 1993 e 1998; HOBSBAWM, 1992 e KOHN, 1973, entre outros.

As transformações por que passava o Velho Mundo e a depressão econômica e moral estão associadas a este novo momento do nacionalismo. No campo econômico, a dificuldades se agravaram, em fins do século XIX. A política de expansão imperialista dos estados nacionais funcionou como atenuante, mas não evitou o descontentamento que a insegurança econômica gerava. Para Hobsbawm (1988), o surgimento do nacionalismo e do patriotismo como ideologia encampada pela direita política foi uma resposta à sensação de crise vivida na Europa. Para combater os males nacionais, seria necessário contar com uma Nação forte, um Estado centralizado.

A formação das crianças e jovens, neste momento (fins do século XIX), passou a ser uma questão essencial para as nações européias. À infância e à juventude creditava-se um importante papel rumo à *reconstrução nacional*. Acreditava-se que a Nação estava se degenerando, física e moralmente, e que a educação dos corpos fortaleceria a moral e, conseqüentemente, o organismo social. A educação física e os esportes se desenvolveram, e surgiram movimentos educacionais infanto-juvenis apregoando os benefícios das atividades no campo, perto da natureza e longe da decadência urbana.¹⁸

O nacionalismo político justificava este novo ideal de constituição da infância e da juventude, percebidas como o *germe de nova riqueza para o futuro, força capaz de aniquilar a miséria do passado, prometendo uma regeneração tanto individual quanto coletiva*.¹⁹

Imbuídos do ideal de constituição de uma nação forte e coesa, os movimentos e as organizações educacionais se popularizaram na Europa. O escotismo surgiu neste contexto, e rapidamente se expandiu por todo o mundo. Acreditamos que, assim como o

¹⁸ Um estudo sobre a fundação de movimentos destinados a combater a degenerescência física e moral por meio dos esportes e da ginástica na França foi realizado por WEBER, 1988, p. 259-283.

¹⁹ PASSERINI. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, p. 319.

escotismo, os demais movimentos infanto-juvenis funcionaram como vetores dos projetos políticos nacionalistas naquele momento.

O conceito de *cultura política*,²⁰ reelaborado na França a partir dos novos estudos da história política nas últimas décadas, é essencial para o entendimento das questões estudadas aqui. Sirinelli sustenta que, *cultura política é uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.*²¹

Esse conceito²² permite-nos compreender melhor a força de atração dos valores nacionalistas e de sua divulgação ocorrida inicialmente na Europa e posteriormente no restante do mundo. Ao estudar o referido conceito e as possibilidades de sua aplicação ao estudo do nacionalismo, Bestein afirma: *a cultura política nacionalista preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais.*²³

Toda cultura política (nacionalista, socialista, republicana ou qualquer outra) é elaborada e difundida a partir das instituições de formação e informação social. A família, a escola, o local de trabalho, a universidade, os partidos políticos e o Exército são espaços de formação cultural e política dos indivíduos. A mídia, sobretudo a partir do século XX, também se tornou um meio importante de difusão das culturas políticas (BERSTEIN, 1998).

²⁰ G. Almond, Sidney Verba e Lucian W. Pye criaram na década de 1960 uma definição conceitual de *cultura política*. Os autores consideram o sistema político democrático como a forma mais apurada de *cultura política* e fim último da organização das sociedades contemporâneas. Esta definição de *cultura política* não nos interessa neste trabalho. Sobre este assunto, ver: KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999.

²¹ SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des droites*. Paris: Gallimard, 1992, pp. III-IV *apud* BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.

²² Um balanço sobre os usos, definições e história do conceito pode ser encontrado em: DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas, definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, nº 28, dez., 2002.

²³ BERSTEIN. A Cultura Política, p. 354.

Acreditamos que o escotismo foi, no período estudado, um vetor da cultura política nacionalista; ou seja, tornou-se um dos espaços de reprodução do nacionalismo. Como veremos mais adiante, o escotismo objetiva, em primeiro lugar, *fabricar* indivíduos imbuídos de valores cívico-patrióticos e, conseqüentemente, integrados na ordem social vigente. Neste sentido, o Movimento serviu aos interesses de constituição e fortalecimento dos Estados Nacionais.

Por lidar no âmbito das representações culturais, o conceito definido pelos historiadores franceses nos permite entender a existência de variadas culturas políticas em uma mesma nação. Permite também explicar as transformações e a mobilidade do ideário constituinte das culturas políticas que se adaptam constantemente à realidade objetiva. Para entendermos a trajetória dos movimentos infanto-juvenis associados à cultura política nacionalista – e, conseqüentemente, do escotismo –, é necessário considerar os diferentes momentos deste ideário.²⁴

O escotismo foi criado durante a fase em que o ideal nacionalista na Europa foi encampado pela direita política e se tornou xenófobo. O Movimento objetivava combater os males nacionais da Inglaterra num momento em que a escola e os demais movimentos extra-escolares infanto-juvenis se esforçavam para fornecer à Nação cidadãos fortes, moral e fisicamente capazes de manter e expandir o Império Britânico. As diversas organizações surgidas no período utilizavam-se, na maioria das vezes, da

²⁴ A demarcação do ideário nacionalista em três fases foi pensada por Miroslav Hroch e é utilizada por Hobsbawm em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1870*. Como já dissemos, o primeiro momento desenvolveu-se na Europa do século XIX e teria sido literário e folclórico. Na fase seguinte, cujo marco inicial é a década de 1870 – fim da guerra franco-prussiana e unificação alemã –, iniciam-se as campanhas e organizam-se os movimentos políticos militantes da *idéia nacional*. A última fase começa após a Primeira Grande Guerra; é quando os programas nacionalistas recebem sustentação de massa.

ginástica e dos esportes para treinar a juventude a ser *mais viril, mais apta a suportar a vida militar, mais preparada para enfrentar um longo conflito sem perder a coragem*.²⁵

O criador do Movimento Escoteiro reuniu num *programa* único, uma série de aspectos em voga naquele momento. Além das estratégias pedagógicas, já citadas, Baden-Powell preocupou-se com a formação nacionalista e com questões caras a moral cristã. O escotismo se destacou dentre os diversos movimentos educacionais surgidos naquele período, talvez por englobar temas e interesses até então pulverizados em várias organizações.

*O escotismo, enquanto pedagogia de civismo, condensou diversas vertentes de movimentos de intervenção extra-escolar na educação de crianças e jovens desde o século XIX, que enfatizavam a insuficiência da escola na formação de “caráter” e a necessidade de constituição de uma nacionalidade “forte”.*²⁶

Após a publicação dos primeiros manuais escoteiros, em 1908, o Movimento cruzou fronteiras, estabelecendo-se em todo o mundo. Foram organizados grupos em diversos países, como Canadá, Austrália, Noruega e Nova Zelândia. Em 1910, o Movimento já havia se espalhado pela Índia, Chile, Argentina, Bélgica, Holanda, França, Dinamarca, Noruega, Suécia, Estados Unidos e Rússia, entre outros países. Preocupado com a difusão internacional do Movimento, Baden-Powell requereu, no final do ano 1911, Carta Patente Real, na tentativa de assegurar a manutenção da identidade britânica do escotismo (Nagy, 1987).

A partir da Primeira Guerra Mundial, com a radicalização das propostas xenófobas e a emergência dos regimes nazi-fascistas, o ideário nacionalista adquiriu

²⁵ WEBER. *França fin-de-siècle*, p. 259.

²⁶ ZUQUIM; CYTRYNOWICZ. Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937), p. 45.

sustentação popular. Nesse contexto, o Movimento Escoteiro cedeu lugar as organizações infanto-juvenis estatais. A prática badeniana foi proibida em diversos países em que o Estado centralizado controlava organizações oficiais de educação extra-escolar. Na Itália, Alemanha, União Soviética e Portugal, por exemplo, as organizações oficiais levaram a cabo a educação infanto-juvenil em favor do Estado centralizado. A tendência da educação foi, naquele momento, produzir indivíduos conformistas. Perdeu-se o ideal de individualidade.

Na Alemanha, a Juventude Hitlerista²⁷ monopolizou a formação infanto-juvenil militarizada e racista em prol do nazismo, organizando competições de ginástica, acampamentos e reuniões de propaganda, bem como preparando para a guerra. Para a seleção da elite foram criadas as Escolas Adolf Hitler, os Institutos Políticos Nacionais para a Educação e os Castelos da Ordem, que operavam sobretudo uma manipulação ideológica.

Na Itália, a Ópera Nacional Balilla (1926) e a Juventude do Lictório (1937) direcionaram a educação fascista, de modo a operar uma conformação aos ideais do regime. Em festas, competições, reuniões de propaganda ou paradas paramilitares, exaltavam-se os princípios fascistas e a disciplina social.

²⁷ Na Alemanha, em fins do século XIX e início do XX, existiam dezenas de movimentos infanto-juvenis destinados ao fortalecimento físico e moral, e que praticavam atividades no campo. Koch explica que crianças e jovens *para fugir ao ambiente que consideravam opressivo, saíam de casa nos fins de semana, e durante os feriados escolares ou universitários, carregando tendas, mochilas e guitarras, excursionando, a pé, pela Alemanha, de norte a sul, leste a oeste, descobrindo sozinhos a beleza tranqüila da região campestre germânica que contrastava de maneira tão violenta com os centros urbanos, com suas fábricas a vomitar fumaça* (1973, p. 11). Dentre os diversos movimentos, havia os escoteiros alemães (Buendische-Pfadfinder-Jugend), bastante organizados no país. Em 1921, foi criada a Associação Juvenil da Grande Alemanha, vinculada ao Partido Nacional-Socialista, rebatizada em 1926 com o nome de Juventude Hitlerista (Hitler-Jugend), que se tornou o órgão juvenil oficial do partido. Koch afirma que de 1926 a 1933 a Juventude Hitlerista lutou para assegurar sua posição no Partido, já que alguns membros consideravam-na ser apenas apêndice das Tropas de Assalto e outros a viam como simples *escoteiros de uma geração nacional-socialista*. A partir de 1933, a Juventude Hitlerista foi integrando os demais movimentos juvenis nacionalistas e proibindo a realização de qualquer atividade juvenil fora dela. Os escoteiros alemães se dividiram: parte apoiou o novo regime e parte se opôs, continuando a desenvolver suas atividades na clandestinidade. KOCH, H. W. *A juventude Hitlerista, mocidade traída*. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1973.

Na União Soviética, segundo Cambi, a aproximação de um sistema educativo totalitário deu-se apenas com Stalin. A Juventude Comunista, órgão estatal articulado em diversos agrupamentos por classes de idade, reunia-se em locais onde programavam o tempo livre com competições, jogos, trabalhos de grupo e conferências, sempre fortemente impregnados de ideologia. O objetivo da educação extra-escolar era formar o cidadão comunista, *irreligioso e totalmente socializado, fiel intérprete da ideologia própria do Estado-comunidade.*²⁸

Outros países europeus que viveram a experiência de regimes autoritários no período entre-guerras se preocuparam com a arregimentação da infância e juventude. Em Portugal, a Organização Nacional Mocidade Portuguesa, criada em 1936, congregou toda a juventude objetivando *estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.*²⁹

Nestes países, as organizações infanto-juvenis perseguiram os movimentos não vinculados ao Estado e procuraram obter a exclusividade de doutrinação da infância e juventude. Nesse contexto, o Movimento Escoteiro perdeu força e deixou de existir ou manteve-se clandestinamente.

Autores como Guibernau (1997) e Hobsbawm (1992), por caminhos diferentes, afirmam que a criação de instituições e organizações sociais é importante num projeto de constituição e aceitação de estados centralizados. Estas instituições e organizações, como o escotismo ou as organizações de educação nacionalista, criadas ou apoiadas pelos governos nacionais, são espaços de convivência que objetivam despertar nos

²⁸ CAMBI. *História da pedagogia*, p. 581.

²⁹ MOCIDADE PORTUGUESA. *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 608.

indivíduos laços de solidariedade, pertencimento e conformação ideológica. Dutra (1997) aponta para a necessidade de levarmos em consideração as organizações e instituições sociais como espaço em que se constrói a identidade social.³⁰

No período estudado, em que se constituiu uma cultura política nacionalista forte e vigorosa, expressa em organizações estatais centralizadas e autoritárias, a educação infanto-juvenil escolar e extra-escolar tornou-se um veículo de inculcação dos valores então vigentes. O grande sucesso e difusão do escotismo naquele momento explica-se pelo fato de o Movimento corroborar com o tipo de educação que produzia indivíduos integrados e mobilizados diante dos ideais nacionais. A proibição da prática escoteira em países de maior radicalização do discurso nacionalista onde surgiram organizações estatais de educação apenas comprova nossa tese. Nestes países, o escotismo era encarado como concorrente das entidades paraestatais. Além disso, o Movimento tinha origem inglesa e, portanto, não era uma iniciativa nacional. Ainda que proibido em muitos países, o Movimento se firmou e serviu de vetor do nacionalismo político em diversas nações no período entre-guerras, como é o caso brasileiro.

Imaginário

A grande difusão alcançada pelo Movimento Escoteiro na primeira metade do século XX explica-se, em parte, por sua pedagogia, estreitamente vinculada ao que havia de mais moderno no pensamento educacional naquele momento, e, em parte, por sua potencial promoção dos ideais político-nacionalistas perante a infância e a juventude. Ao estudarmos estas questões, perguntamo-nos de que forma o Movimento atraía crianças, jovens e adultos, e como mobilizava-os em torno de sua doutrina. Em

³⁰ DUTRA. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30, p. 23.

nossas pesquisas, deparamo-nos com fontes documentais que respondem a nossas indagações, pois encontramos um grande volume de informações que denunciam a existência de um *imaginário escoteiro*. Diversificados tipos documentais apontam a grande riqueza de símbolos, ritos e mitos no cotidiano do Movimento, os quais convenceram, em alguma medida, os militantes a filiarem-se ao Movimento e a juntarem-se em prol de algo que os transcendia, algo místico. Neste sentido, propusemos um estudo acerca do imaginário escoteiro que nos permitisse interpretar a consolidação do escotismo, não só no Brasil, mas em boa parte do mundo ocidental e oriental.

A riqueza de símbolos e ritos fez com que muitas pessoas denominassem este movimento de *Maçonaria mirim*. Existe até um debate sobre o fato, ainda nebuloso, de Baden-Powell ter sido ou não maçom³¹ e de ele ter-se inspirado na Maçonaria ao criar o escotismo. Para *Boulanger*,

os princípios escoteiros são aproximadamente paralelos aos da maçonaria. [...] No escotismo e na maçonaria há sinais que somente são feitos pelos seus membros (embora os sinais escoteiros não possam ser considerados como secretos, apesar de Baden-Powell tê-los assim chamado nos primórdios do movimento, talvez para desenvolver uma mística, uma tradição, etc. ou até mesmo copiar esta idéia da maçonaria). Uma outra característica comum das duas instituições é a tolerância religiosa³².

A discussão sobre a similaridade entre o Movimento Escoteiro e a Maçonaria não nos interessa agora. Ao citarmos sua existência, cumpre-nos apenas registrá-la. A nossa

³¹ Baden-Powell começou sua carreira militar na Índia com 19 anos. Vários de seus contemporâneos, como o escritor Rudyard Kipling, autor do livro da Jângal e do Kim, obras utilizadas por Baden-Powell no escotismo, tornaram-se maçons na Índia.

³² BOULANGER. *O chapelão, histórias da vida de Baden-Powell*, p. 172.

tentativa é de perceber de que forma os escoteiros mobilizavam-se e como eles se uniam em torno de uma visão ideal de mundo.

As paradas com bandeiras e tambores, emblemas e flâmulas, os uniformes, os acampamentos e bivaques caracterizavam o Movimento Escoteiro e permitem entender as formas pelas quais se criava uma forte identidade entre os participantes. Hinos, *slogans* e saudações tinham o intuito de afirmar o sentimento de vínculo entre os escoteiros e de ganhar novos simpatizantes.

Acreditamos ser possível pensar num imaginário escoteiro, entendendo-se que

Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêm ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores / transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social³³.

As atividades escoteiras aconteciam no campo e nas cidades. Eram marcadas pela utilização de ritos e símbolos de extrema riqueza. Sua análise revela a capacidade de mobilização e integração de crianças e jovens em prol das finalidades do Movimento. Os ritos, símbolos e mitos do escotismo são importantes representações do fecundo imaginário que o cercava. Segungo Baczko (1985),

através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos

³³ CAPELATO; DUTRA. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira, p. 229.

formadores tais como o do “chefe, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc³⁴.

Existia no escotismo um juramento que marcava a identidade dos militantes e que revelava, de forma objetiva, a crença e a visão de mundo que deveria ser comum entre eles. Era feito logo no momento de ingresso no Movimento e acontecia durante um ritual chamado de *promessa*. Além do juramento, existia um conjunto de *leis* que o escoteiro deveria se comprometer a respeitar. Estes códigos de conduta explicitam a doutrina comungada entre os militantes:

O juramento escoteiro.

Pela minha honra eu prometo que:

I – Eu farei meu dever para com Deus e o Rei;

II – Eu farei o melhor de mim para ajudar os outros, não importa o que me custe;

III – Conheço a lei escoteira e vou obedecê-la.

A lei escoteira:

1 – A honra do escoteiro é para ser acreditada;

2 – O escoteiro é leal;

3 – O dever de um escoteiro é ser útil e ajudar os outros;

4 – O escoteiro é um amigo para todos, e um irmão para qualquer outro escoteiro, não importa a qual classe social o outro pertença;

5 – O escoteiro é cortês;

6 – O escoteiro é um amigo dos animais;

7 – O escoteiro obedece ordens;

8 – O escoteiro sorri e assobia;

9 – O escoteiro é econômico. (tradução nossa)³⁵

³⁴ BACZKO. Imaginação social, p. 309.

³⁵ Esta é a primeira versão do juramento e lei escoteiros publicada no livro *Scouting for boys* de 1908. Citado por ROSENTHAL, Michael. *Baden-Powell and the origins of the Boy Scout movement*. New York: Pantheon Books, 1986. pp. 109-110. *The Scout's Oath. On my honour I promise that: I - I will do my duty to God and the King; II - I will do my best to help others, whatever it costs me; III - I know the scout law, and will obey it. The scout law: 1 - A scout's honour is to be trusted; 2 - A scout is loyal; 3 - A scout's duty is to be useful and to help others; 4 - A scout is a friend to all, and a brother to every other scout, no matter to what social class the other belongs; 5 - A scout is courteous; 6 - A scout is a friend to animals; 7 - A scout obeys orders; 8 - A scout smiles and whistles; 9 - A scout is thrifty.*

O juramento revela as premissas do Movimento: o respeito a Deus e à Pátria, representada pela figura do rei. O escotismo foi criado na Inglaterra, no início do século XX, e naquele país a Monarquia representava o Estado Nacional. No segundo item do juramento, o escoteiro promete o auxílio aos outros; no terceiro, compromete-se a obedecer uma série de regras contidas nos nove tópicos da *Lei Escoteira*. As promessas contidas no juramento revelam as bases do Movimento, que está estreitamente ligada à moral cristã. O escoteiro deveria ser, antes de tudo, um respeitador das autoridades e da ordem constituída, um cidadão conformado e obediente. Além disso, o juramento incentivava princípios como o da lealdade, da amizade, do respeito ao próximo e aos animais, e da disposição à alegria.

A cerimônia em que o escoteiro prestava a promessa já era o primeiro ritual em que participava. Ao jurar respeitar as normas diante da bandeira nacional e mantendo um gestual próprio, despertava-se sua adesão àquele ideário. O juramento e a lei escoteira atraíam crianças e jovens para uma crença mística. Toda a adesão ao Movimento dava-se de forma voluntária, e a lei não era proibitiva. O juramento, portanto, fazia a responsabilidade do cumprimento recair sobre os militantes.

Percebemos no Movimento Escoteiro uma forte valorização de práticas ritualísticas, que, acreditamos, tiveram papel importante na difusão dos valores do Movimento, bem como na consolidação dos laços de identidade de união do grupo. Na análise empreendida, baseamo-nos no conceito de *rito* expresso por Rivière (1997) em sua obra *Os ritos profanos*. Para o autor, ritos são um conjunto de práticas individuais ou coletivas codificadas e repetitivas, carregadas de forte simbolismo para seus participantes e baseiam-se em *uma adesão mental, eventualmente não conscientizada, a valores relativos a escolhas sociais julgadas importantes e cuja eficácia esperada não*

*depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica do elo causa-efeito.*³⁶

Dentre os rituais escoteiros, além do de investidura, já citado. Destacam-se os cumprimentos e saudações como elementos de identificação. As saudações deveriam ser feitas aos colegas a qualquer tempo, independente de estarem uniformizados ou não. Criavam-se assim, laços entre os escoteiros e mantinha-se o sentimento de pertencimento ao grupo. A expressão *Anauê!* era uma das saudações escoteiras. *Quando os escoteiros, depois de um jogo ou de uma lucta querem victoriar ao adversário [...] gritam anauê!, que corresponde na lingua dos indios brasileiros á expressão salve!*³⁷ A saudação, muito utilizada pelos escoteiros, foi abandonada após sua adoção pela Ação Integralista Brasileira, na década de 1930.³⁸

Além de ritos, o escotismo possuía um vasto conjunto de símbolos que expressam muito acerca de seu imaginário. Segundo Durand, *el símbolo se define como perteneciente a la categoría del signo. [...] Os signos alegóricos, cuando remite a abstracciones, en especial a cualidades espirituales o morales que es difícil presentar en carne y hueso.*³⁹ Os signos alegóricos – que remetem a uma realidade significada difícil de ser vivenciada – estavam presentes no imaginário escoteiro.

Um dos principais símbolos e elemento de identificação dos escoteiros era o uniforme. Semelhante à vestimenta militar, o uniforme era peça chave para a prática do

³⁶ RIVIÈRE. *Os ritos profanos*, p. 30.

³⁷ VELHO LOBO. *Guia do Escoteiro*, p. 42.

³⁸ Artigo publicado em periódico escoteiro de 1937 informa que quando os integralistas passaram a utilizar o termo, os escoteiros não se dispuseram lutar para ter a exclusividade do uso do grito de guerra e preferiram abandoná-lo. Informa ainda que a UEB aprovou a substituição da saudação por *Marangatú!* (*Muito bem! em língua indígena*). INUBIA. Belo Horizonte: Associação de Escoteiros Afonso Arinos, ano I, nº 5, 25 de ago. 1937.

³⁹ DURAND. *La imaginación simbólica*, p. 10 e 11.

escotismo: *como o uniforme dos militares, adequado a todas as cerimônias, assim também é o do escoteiro.*⁴⁰

Os símbolos podiam estar nas flâmulas ou nos distintivos pregados ao uniforme. Eram oferecidos a pessoas homenageadas durante cerimônias. O símbolo escolhido para representar o escotismo foi a flor-de-lis, importante referência para a identificação escoteira, vindo a tornar-se um símbolo universal do Movimento. Baden-Powell, em sua autobiografia, diz ter adotado o símbolo por ele representar o Norte nos mapas e bússolas. *O significado atual que se pode dar à flor-de-lis é que ela aponta a direção certa (para o alto) não se desviando nem para a direita, nem para a esquerda, o que nos levaria a perder o rumo.*⁴¹

Outro elemento importante do imaginário escoteiro era o lema *Be Prepared*. Significa que o escoteiro deve estar sempre pronto para defender a pátria e cumprir seus deveres. As iniciais do lema coincidem com as iniciais de seu criador, BP. No Brasil, o *Be Prepared* foi traduzido como *Sempre Alerta* por Mario Cardim, ativo militante do Movimento na década de 1910. A flor-de-lis e o lema foram utilizados pelas tropas de soldados na África do Sul treinadas por Baden-Powell nos primeiros anos do século XX. A imagem 1 (página 135) mostra um desenho apresentado num manual escoteiro de 1925 no qual se vê a representação da flor-de-lis sobre o lema *Sempre Alerta*.

A cruz suástica era um dos símbolos de distinção no Movimento. Esta condecoração deveria ser entregue a pessoas que prestassem serviços relevantes ao

⁴⁰ VELHO LOBO. *Guia do escoteiro*, p. 31.

⁴¹ BADEN-POWELL. *Lições da escola da vida*, p. 63.

Boulanger informa que, a flor-de-lis era o distintivo usado pelos exploradores (guias/scouts) do Exército inglês. Cf. BOULANGER, Antonio Uchoa Ribeiro. *O chapelão, histórias da vida de Baden-Powell*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2000. p. 114.

escotismo.⁴² Foi abandonada na década de 1930 quando os nazistas a incorporaram em seu repertório simbólico. A imagem 2 (página 135) é um desenho em que Baden-Powell e sua esposa, Olave, seguram um estandarte que apresenta a Cruz Suástica como um símbolo de gratidão escoteiro.

Diversos distintivos utilizados pelos escoteiros eram fixados ao uniforme. Estavam relacionados à posição hierárquica à qual o escoteiro pertencia ou ao tempo de militância no Movimento. Eram entregues durante cerimônias ritualísticas, muitas vezes, complexas. Alguns eram exclusivos dos militantes e outros eram entregues a personalidades diversas. A imagem 7 (página 139), apresenta uma fotografia em que o lobinho José Moniz do Aragão condecora, em nome dos escoteiros brasileiros, o general Eurico Gaspar Dutra com a *Medalha Tiradentes*, em agradecimento do escotismo nacional ao titular da Pasta da Guerra em cerimônia ocorrida no Rio de Janeiro em 1941.

Sem dúvida, o momento mais importante para os escoteiros era quando iam para o campo. Segundo figura importante no Movimento: *Escoteirismo faz-se no campo, por isso mesmo uma tropa, mal se organize, deve iniciar logo as suas excursões.*⁴³ Nos acampamentos, os escoteiros experimentavam uma vida rústica, onde tinham que *sobreviver* por si mesmos, tornando-se *bons cidadãos úteis à pátria*. Ocorriam atividades diversas, como marchas, jogos e *fogo do conselho*,⁴⁴ todas desenvolvidas

⁴² Vários brasileiros foram agraciados pela cruz suástica escoteira. Dentre eles, Antônio Carlos Andrada, em abril de 1928, por ter dado grande apoio ao escotismo enquanto presidente do Estado de Minas Gerais no período de 1926 a 1930. O dia de ante-honte dos escoteiros. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 jun. 1928.

⁴³ VELHO LOBO. *Guia do escoteiro*, p. 91.

⁴⁴ O *fogo do conselho* era um importante ritual no qual o chefe *aproveita para repassar os factos mais importantes do dia, incentivando, exaltando as boas acções praticadas, condemnando as más. [...]. E seguem-se os canticos, as representações, as histórias, as anedoctas, todos se alternando com espírito, tornando aquella hora, ao redor do fôgo, de um indizível encanto.* VELHO LOBO. *Guia do Escoteiro*, p. 122.

visando ao desenvolvimento físico e/ou moral e/ou intelectual, de acordo com os princípios da doutrina badeniana.

Além do campo, os grupos escoteiros desenvolviam diversas atividades na cidade: reuniam-se periodicamente para ouvir palestras e exercitar-se; participavam de cerimônias cívicas comemorativas, como as do *Dia da Independência*, do *Dia da Raça*, do *Dia do Trabalho*, *Dia da Bandeira*, *Dia do Soldado*, etc; e organizavam festividades, como a *Semana Escoteira*, eventos de provas e competições entre tropas e campanhas de arrecadação de fundos ou donativos para necessitados. A imagem 6 (página 139) mostra o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, acompanhado de dirigentes escoteiros, passando em revista as tropas escoteiras durante concentração na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em 1937. Note-se que os escoteiros estão uniformizados, formam filas organizadas espacialmente e prestam continência às autoridades, características dos rituais militares.

Outro ritual característico do cotidiano escoteiro eram os *bandos precatórios*, realizados para arrecadar fundos para ajuda a necessitados. Os escoteiros saíam pelas cidades com instrumentos de percussão chamando a atenção das pessoas e solicitando contribuições em dinheiro ou mantimentos. Encontramos registros de realização de vários *bandos precatórios*. Citamos alguns, ocorridos em Belo Horizonte, como os destinados a assistir tuberculosos pobres, em 1928 (ver imagem 12, página 142); a socorrer as famílias dos soldados mineiros participantes dos conflitos da Revolução de 1930;⁴⁵ a angariar fundos para o Comitê Central de Minas Gerais pró-Extinção da

⁴⁵ Mais um bello gesto dos escoteiros das associações Guia Lopes e Barão de Macahubas. *Estado de Minas*, 14 de out. 1930.

Dívida Externa em 1930⁴⁶; e a arrecadar donativos para o *Natal dos Pobres*⁴⁷, em 1931⁴⁸ e 1932.⁴⁹

Além das cerimônias cívicas, os escoteiros promoviam outras festividades, nas quais se apresentavam espetáculos artísticos variados com artistas profissionais e os próprios escoteiros, que tinham a oportunidade de mostrar seus talentos, além de angariar fundos para a obra. Estes eventos se constituíam em um dos pontos de integração entre o Movimento e a sociedade em geral. Eram comuns também os concursos para a escolha e premiação dos escoteiros que mais se destacavam, eram amplamente divulgados pelos jornais. A título de exemplo, citamos dois eventos. Em 1930, o *Diário Carioca* promoveu a escolha do *Melhor Escoteiro do Brasil*. A entrega do prêmio ocorreu no *Teatro Lyrico*, no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1930. Júlio Rodrigues Filho recebeu a medalha de ouro e o diploma de *Melhor Escoteiro do Brasil*. O grupo a que pertencia, *Club Regatas Flamengo*, recebeu uma taça. Durante o evento, apresentaram-se diversos artistas de renome, tendo o jornal *Estado de Minas* noticiado a presença de Carmem Miranda, que foi assistir à entrega do prêmio e causou *grande alvoroço*.⁵⁰ Em 1928, houve em Belo Horizonte uma grande festa de *Coroação da Rainha dos Escoteiros Mineiros*, na qual se apresentaram artistas de renome (ver imagem 20, página 147).

⁴⁶ Vae crescendo rapidamente o movimento em prol do resgate da dívida externa. *Estado de Minas*, 08 de nov. 1930.

⁴⁷ Sobre a participação dos escoteiros belo-horizontinos na campanha de arrecadação e distribuição de donativos para pobres no natal, ver: VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan/jun. 2000.

⁴⁸ O natal dos pobres. *Estado de Minas*, 20 de dez. 1931.

⁴⁹ Mais um belo gesto escoteiro. *Minas Gerais*, 21 de dez. 1932.

⁵⁰ O melhor escoteiro do Brasil. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de set. 1930.

Podemos concluir que as diversas cerimônias criavam um sentimento de pertencimento entre os escoteiros. Os rituais cumpriam o papel essencial de favorecer a mobilização e de atingir os objetivos do Movimento.

Rivière, em sua obra *As liturgias políticas*, fala da importância das liturgias, cerimônias, festas e ritos:

...não há movimento político, de partido ou de regime, que deixe de recorrer à série de atos solenes, repetitivos e codificados, de ordem verbal, gestual e postural, de forte conteúdo simbólico. Algumas manifestações públicas ritualizadas, ao afirmar a integração de uma coletividade, exibem uma identidade e exprimem uma vontade de existir na comunhão de certos ideais.⁵¹

O Movimento Escoteiro também criou diversos mitos que ajudavam a sustentar seu rico imaginário. No Brasil, em fins da década de 1930, surgiu um mito ligado à atitude heróica de um escoteiro mineiro que se espalhou por todo país. Propomos aqui um rápido estudo sobre a constituição da figura do *menino-herói*⁵², escoteiro Caio Viana Martins.

Em 19 de dezembro de 1938, ocorreu um acidente ferroviário na serra da Mantiqueira no qual morreram dezenas de pessoas. Um dos trens acidentados levava um grupo de escoteiros belo-horizontinos para São Paulo, para participar de atividades com escoteiros paulistas. Os escoteiros mineiros pertenciam à Associação de Escoteiros Afonso Arinos. Três deles morreram no desastre, causando grande comoção entre seus colegas de Movimento e repercussão nacional, via imprensa escrita.

⁵¹ RIVIÈRE. *As liturgias políticas*, p.13.

⁵² Em vários documentos do período, a referência que se faz ao escoteiro Caio Martins é esta: *menino-herói*.

Os jornais noticiaram o acidente com pormenores e exaltaram a atuação dos escoteiros sobreviventes, que auxiliaram o salvamento das vítimas. No dia 21, dois dias após o acidente, um jornal publicou entrevista com dois escoteiros e um chefe, os quais estavam no vagão com os demais escoteiros, inclusive Caio Martins. O escoteiro Christovão Botelho Filho disse que *ajudou a carregar 31 cadáveres*.⁵³ O chefe Rubens do Valle Amado Júnior, responsável pelo grupo durante a viagem, relatou como foi aquele *verdadeiro martírio*.⁵⁴

Quatro dias após o ocorrido, os jornais noticiavam uma homenagem prestada aos escoteiros mortos e a realização de uma missa pela suas almas.⁵⁵ No dia 25 de dezembro, divulgou-se também o estado de saúde dos sobreviventes.⁵⁶ Em nenhuma destas reportagens os jornais mineiros dão destaque a ações ou atitudes heróicas de *um* escoteiro individualmente, ressaltando sempre a disposição e a nobreza das ações da tropa como um todo, que, durante o desenrolar dos acontecimentos, auxiliou o resgate dos feridos no acidente.

Nos meses subseqüentes ao acidente, o informativo *Inubia*, publicado periodicamente pela Associação de Escoteiros Afonso Arinos, à qual pertenciam os escoteiros mortos no desastre, traz algumas notas sobre o acidente. Na edição de 31 de janeiro de 1939, fala de detalhes do desastre.⁵⁷ Na edição de 30 de abril informa que fora inaugurado na sede da Associação o retrato de Caio Viana Martins. Os outros

⁵³ Angustia-me recordar o infortúnio de tantos seres. *Estado de Minas*, 21 de dez. 1938.

⁵⁴ Impressões do chefe dos escoteiros. *Estado de Minas*, 21 de dez. 1938.

⁵⁵ Homenagem à memória dos escoteiros mortos. *Estado de Minas*, 23 de dez. 1938.

⁵⁶ Vão passando bem os escoteiros feridos no desastre da Mantiqueira. *Estado de Minas*, 25 de dez. 1938.

⁵⁷ INUBIA. Belo Horizonte: Associação de Escoteiros Afonso Arinos, ano II, nº 20, 31 de jan. 1939.

acidentados não tiveram seus retratos inaugurados *por não terem deixado boas fotografias*.⁵⁸

Alguns meses depois do acidente, nos meios escoteiros, passou-se a divulgar a notícia de que um dos escoteiros mortos no acidente, Caio Viana Martins, de 15 anos, teria tido uma atitude heróica. Após o acidente, mesmo sentindo fortes dores no abdômen, ele teria recusado o socorro médico para que outras vítimas fossem atendidas. O garoto, ao recusar ser transportado na maca, teria dito: *Um escoteiro caminha com as próprias pernas*. Ao chegar na porta do hospital, o escoteiro morreu vítima de hemorragia interna.

A atitude heróica do escoteiro Caio Martins, apesar de ter passado despercebida entre os seus colegas de grupo, foi registrada pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, que, dois dias após o acidente, publicou uma pequena nota sobre o ocorrido. O jornal, a partir dos depoimentos de Alcides Lins e Otacílio Negrão de Lima, figuras políticas de destaque que também viajavam no trem acidentado, relatou *a serena coragem daquele pequeno Escoteiro, uma criança de treze anos, que estando gravemente ferida, impediu os que o queriam levar em maca para o hospital, dizendo com um sorriso de homem forte, "um escoteiro caminha com suas próprias pernas"*. A reportagem sugeria ainda: *se um dia for erguido qualquer monumento ao "escoteiro desconhecido", a lembrança do estoicismo desta criança resumirá a bravura de uma geração de escoteiros do Brasil*.⁵⁹

O rápido registro do jornal carioca deu origem a uma ampla campanha em prol da memória de Caio Martins. Seis meses após o acidente, em junho de 1939, o informativo Inubia publicou esta nota:

⁵⁸ INUBIA. Belo Horizonte: Associação de Escoteiros Afonso Arinos, ano II, nº 23, 30 de abr. 1939.

⁵⁹ Estoicismo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de Dez. de 1938.

Por feliz lembrança do Senhor General Meira de Vasconcelos e sob o patrocínio de jornais cariocas, deverá ser elevado um monumento a Caio Martins, como o escoteiro-símbolo do Movimento no Brasil. A ideia teve a mais comovedora acolhida e os escoteiros de Minas, ainda dominados pela modéstia de Caio, tão dos moldes montanhezes, renderam graças a Deus por mais este conforto após os dias de tantos sofrimentos suportados pela tropa Afonso Arinos.⁶⁰

Também o jornal *Diario da Tarde* publicou uma crônica de Moacir Andrade, em julho de 1939, que relata o episódio arripante descrevendo a atitude de Caio Martins: *Approximaram-se d'elle com uma padiola, para conduzil-o ao Hospital. Caio recusou. Não admitia, pois havia outros feridos, necessitando de auxilio. Exclama 'Um escoteiro caminha com as proprias pernas'. E caminha, mas baqueia. Morre algumas horas depois.⁶¹* O autor termina conclamando os escoteiros e toda a sociedade mineira a participarem da mobilização em prol da memória do *menino-herói*.

Ainda em 1939, a Associação de Escoteiros Afonso Arinos enviou correspondências para as diretoras das escolas primárias belo-horizontinas, solicitando que as professoras incentivassem as crianças a fazer *composições* sobre o escoteiro-herói e ressaltando que as melhores seriam premiadas e publicadas no *Inubia*.

Com o passar do tempo, houve uma construção acerca da atitude heróica de Caio Martins.⁶² Logo após o acidente, em dezembro de 1938, os jornais e o próprio informativo do grupo de escoteiros acidentados não exaltavam a ação de Caio Martins,

⁶⁰ INUBIA. Belo Horizonte: Associação de Escoteiros Afonso Arinos, ano III, nº 25, 25 de jun. 1939. Este mesmo número informa que o general Meira de Vasconcelos, presidente da UEB, havia recebido um relatório sobre o desastre ocorrido em 1938. Foi este relatório que o levou a iniciar a campanha pró-ereção de um monumento ao escoteiro-herói.

⁶¹ Caio Viana Martins, *Diario da Tarde*, Belo Horizonte, 14 de jul. de 1939.

⁶² Ao estudarmos a trajetória de constituição da imagem do escoteiro Caio Martins, nosso objetivo não é contestar o acontecimento em si. Em nosso estudo, não importa se de fato o escoteiro teve ou não a atitude de recusar o socorro médico, mas o que nos interessa é demonstrar que houve toda uma construção mitificada em torno dessa possível atitude do escoteiro ferido.

mas, sim, falavam do heroísmo de toda a tropa. A partir da campanha iniciada pelo general Meira de Vasconcelos, em junho de 1939, é que começou a *veneração* da atitude do escoteiro.

Em 1941, um estádio de futebol em Niterói recebeu o nome do escoteiro. Durante sua inauguração, reuniram-se milhares de escoteiros em uma grande festa cívica, no dia sete de setembro. Participaram do evento escoteiros mineiros convidados pelo interventor Amaral Peixoto e apoiados pelo governador Benedito Valadares.⁶³ Foi inaugurada, em frente ao referido estádio, uma estátua de bronze do escoteiro mineiro,⁶⁴ solenidade que concretizou a campanha de enaltecimento do escoteiro-herói. Em 1944, um busto do escoteiro Caio Martins foi inaugurado no Parque Halfeld, em Juiz de Fora.

Além desses monumentos, outros atos serviram ao processo de mitificação de Caio Martins. Iniciaram-se visitas ao seu túmulo no cemitério do Bonfim. Os jornais registram sucessivas romarias àquele lugar nos anos de 1941,⁶⁵ 1942⁶⁶ e 1944.⁶⁷ A imagem 5 (página 138) é a fotografia *oficial* do escoteiro-herói Caio Viana Martins. No documento, ele aparece com expressão singela e fardamento completo, equipado inclusive com mochila e bastão. A fotografia foi um dos veículos de mitificação de sua atitude.

Após a morte de Caio Martins, a trajetória de construção de uma imagem modelo de escoteiro sedimentou-se entre os militantes escoteiros e passou a fazer parte de um imaginário mais amplo. A exaltação de suas qualidades e virtudes tornaram-no *escoteiro padrão* do Movimento brasileiro. Dentre suas virtudes, a mais exaltada era o

⁶³ Será inaugurado dia 7 o stadio Caio Martins. *Estado de Minas*, 3 de set. 1941.

⁶⁴ A homenagem do Brasil a um jovem heroi mineiro. *Estado de Minas*, 9 de set. 1941.

⁶⁵ Romaria dos escoteiros ao Cemitério do Bomfim, *Estado de Minas*, 1 de nov. 1941.

⁶⁶ Escotismo. *Estado de Minas*, 8 de fev. 1942.

⁶⁷ Romaria dos escoteiros ao Cemitério do Bomfim. *Estado de Minas*, 4 de nov. 1944.

desprendimento demonstrado ao recusar ajuda, para beneficiar o próximo. A história de Caio Martins revela as formas pelas quais a memória de uma coletividade criou uma importante referência e modelo a ser seguido.

O imaginário escoteiro sustentava-se em símbolos, ritos e mitos que eram cultivados no cotidiano do Movimento. A propaganda impressa era um meio difusor deste imaginário. Exemplo disso são as capas de cadernos escolares, que apresentavam desenhos com motivos escoteiros. A imagem 16 (página 144) apresenta a reprodução da capa de um caderno da década de 1930, em que escoteiros uniformizados aparecem correndo e levando a bandeira nacional numa região selvagem, revelando uma expressão de conquista: os escoteiros como conquistadores de fronteiras inexploradas. A imagem 17 (página 145) reproduz um cartaz de grandes dimensões, editado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do governo getulista, no qual se apresenta o desenho de um escoteiro segurando um bastão com a mão esquerda e fazendo a saudação escoteira com a mão direita. Ao fundo, a bandeira nacional tremula sobre uma paisagem do Rio de Janeiro. O cartaz, que reúne a simbologia escoteira aos símbolos nacionais, traz ainda alguns dizeres atribuídos ao presidente Getúlio Vargas: *O escotismo é uma lição constante de energia, disciplina, bravura e lealdade. Nele se aprimoram as virtudes do futuro cidadão da Pátria.*

Além da propaganda via materiais impressos, encontramos também indícios de propaganda via rádio. Em 1941, o jornal *Estado de Minas* publicou a notícia de que a UEB estava mantendo contato com o Departamento de Imprensa e Propaganda para que nos dias 5 e 20 de cada mês fossem transmitidas na *Hora do Brasil* notícias do escotismo nacional.⁶⁸

⁶⁸ União dos Escoteiros do Brasil. *Estado de Minas*, 29 de jun. 1941.

O compartilhamento de um imaginário comum e a divulgação da doutrina escoteira tornaram-se possíveis graças aos materiais impressos e ao contato constante entre os grupos dos diversos estados brasileiros. O deslocamento das tropas escoteiras também cumpriria um papel de integração nacional. A mesma lógica de que o contato e o conhecimento do território nacional criam laços de pertencimento entre pessoas, presente nos meios militares, existia no escotismo. As viagens de visitas realizadas pelos escoteiros eram uma constante, e cruzavam as fronteiras estaduais. São inumeráveis os documentos que dão conta destes deslocamentos de grupos de um lugar ao outro, e quase sempre as visitas eram retribuídas, proporcionando aos escoteiros a experiência de serem hóspedes e de hospedarem colegas de localidades distantes. Os encontros, além de incentivarem o reconhecimento do espaço e da cultura nacionais, permitiam a demarcação de padrões de prática do escotismo, mediante a troca de experiências entre os grupos de locais diferentes. Além das visitas recíprocas de grupos e associações, ocorriam os *ajuris*,⁶⁹ que eram encontros em que se reuniam escoteiros de várias localidades ou estados.

Nas viagens, os escoteiros visitavam não apenas colegas de Movimento. Muitas fontes dão notícias de encontros entre escoteiros e dirigentes políticos, eclesiásticos, etc. Nestes encontros, os escoteiros levavam mensagens de congratulações. Um bom exemplo é a mensagem que o escoteiro Roberto Andrade levou ao presidente estadunidense Roosevelt', em 1941. Tendo sido recebido pela esposa do chefe de Estado, ele repassou a mensagem: *O presidente Vargas envia suas saudações e declara*

⁶⁹ No escotismo, são utilizados diversos termos indígenas. O encontro mundial escoteiro foi denominado por Baden-Powell como *Jamboree*, que significa, *na língua dos índios peles vermelha*, o encontro anual em que se reúnem para uma grande festa. No Brasil, os encontros escoteiros foram denominados *Ajuri*, palavra do tupi-guarani. Sobre o uso de termos indígenas, Velho Lobo afirmou: *Os escoteiros para reagirem contra os hábitos efeminados que o excesso de conforto das cidades dá, procuram a 'escola da vida selvagem' e copiam ou adaptam dos índios tudo quanto é útil e bom.* VELHO LOBO. *Guia do Escoteiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1925. Edição fac-similada, p. 312.

*que tudo está fazendo para fomentar uma boa vizinhança entre os Estados Unidos e o Brasil. O que não pode ser terminado por nossa geração será terminado pela geração representada pelos escoteiros.*⁷⁰

⁷⁰ O escoteiro Roberto Andrade recebido pela Sr^a. Roosevelt. *Estado de Minas*, 23 de mai. 1941.

Capítulo II

Primórdios do Movimento Escoteiro no Brasil

A partir da Primeira Guerra Mundial, a questão nacional ganha maior destaque nos debates políticos. A simples divisão do pensamento social entre grupos conservadores e progressistas torna-se insuficiente para explicar os novos movimentos nacionalistas, que emergem com os programas da ação e de autoconsciência de sua missão de salvar o país. (OLIVEIRA, 1990)

Os movimentos e teóricos do nacionalismo pensavam a educação e a saúde como possibilidades reais de redenção da Nação brasileira no processo de constituição nacional. Na área da saúde, o higienismo e o eugenismo ganharam espaço nas políticas públicas, na medida que permitiriam a constituição de uma nação e um povo forte. A miscigenação ocorrida no país deixou de ser encarada como fator negativo, pois as teorias raciais de inferioridade do brasileiro perderam eficácia explicativa a partir da segunda metade do século XX, embora não deixassem de existir.

Assim como a saúde, a educação alcançou lugar de destaque no ideário dos movimentos nacionalistas pós-guerra. O analfabetismo seria o culpado do atraso brasileiro, e para curar este mal nacional deflagra-se uma ampla campanha pela popularização do ensino primário.¹ O discurso republicano defendia a escola elementar como essencial para a formação de cidadãos, que, conscientes de seus direitos e deveres, estariam aptos à participação política. O Brasil estaria desprestigiado em comparação

¹ Vários autores apontam o fato de que a inexistência de um sistema básico de ensino e, conseqüentemente, o analfabetismo eram preocupações centrais do pensamento social brasileiro do início do século XX tendo surgido ainda no período imperial. *O analfabetismo era, se não o maior, um dos grandes obstáculos que o Brasil tinha que ultrapassar*. BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 12.

com as nações desenvolvidas. Então um sistema escolar eficiente seria o caminho para o progresso da Nação.

O esforço dos nacionalistas brasileiros em prol da saúde e da educação tem paralelo com os movimentos de valorização nacional europeus, que, como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, preocuparam-se em combater o que entendiam ser a degenerescência moral e física em fins do século XIX, com a arregimentação da infância e juventude.

No Brasil, a preocupação com a educação nacional concretiza-se na década de 1920, com as reformas de instrução pública nos estados. Oliveira afirma: *A questão da salvação nacional através da educação no pós-Primeira Guerra foi seminal para o movimento de reformas educacionais implantadas nos anos 20, que nos anos 30 ficaria conhecido como Escola Nova.*²

Nesta parte do trabalho, apresentamos uma análise interpretativa da gênese e da consolidação do Movimento Escoteiro no Brasil nas décadas de 1910 e 1920. Nesse momento, a questão nacional ocupa lugar privilegiado no pensamento social brasileiro, e o escotismo, por maneiras diversas, aparece nos discursos daqueles preocupados com a coesão social e a criação de uma identidade própria. A Liga de Defesa Nacional (RJ, 1916) e a Liga Nacionalista de São Paulo (1917) apoiaram intensamente a prática escoteira, que se consolidou na década de 1920, mediante a introdução da doutrina badeniana nos sistemas públicos escolares, por ocasião das reformas da instrução pública ocorridas em diversos estados. A Igreja Católica e várias Igrejas Protestantes também contribuíram para a difusão do escotismo brasileiro.

² OLIVEIRA. A questão nacional na Primeira República, p. 147.

Além das Ligas Nacionalistas e das reformas da instrução pública, a vinculação do escotismo a instituições religiosas, principalmente à Igreja Católica, em fins da década de 1910, também foi um fator importante para a consolidação do Movimento no Brasil. Nesse sentido, apresentamos um breve relato sobre a trajetória do escotismo religioso.

Ligas Nacionalistas

Dentre os movimentos nacionalistas surgidos após o primeiro grande conflito mundial, destacamos a Liga de Defesa Nacional (RJ, 1916), a Liga Nacionalista de São Paulo (1917), a Propaganda Nativista (RJ, 1919) e a Ação Social Nacionalista (RJ, 1920)³. Apesar de diferirem em suas propostas e objetivos, a preocupação com a saúde e a educação nacional é uma característica constante destes movimentos e insere-se no imaginário social naquele período.

O escotismo, por ser um movimento educacional extra-escolar de valorização do civismo e da educação do corpo, esteve presente na agenda política dos nacionalistas do pós-guerra e, principalmente, nas reformas educacionais da década de 1920. Nas representações dos nacionalistas sobre o Movimento, acreditava-se no escotismo como um dos canais de construção de uma sociedade coesa.

O primeiro grupo escoteiro brasileiro surgiu no Rio de Janeiro, em 1910.⁴ Chamava-se *Centro de Boys Scouts do Brasil*. Foi fundado por iniciativa de militares da Marinha Brasileira que estiveram em serviço na Inglaterra (BLOWER, 1994). Até 1914,

³ OLIVEIRA (1990) e FAUSTO (2001) fazem uma leitura pormenorizada dos programas de ação destas organizações.

⁴ O movimento feminino no Brasil iniciou-se também na década de 1910. Baden-Powell acreditava que as meninas deveriam desenvolver práticas afins ao universo feminino, e não se centrar nas atividades ao ar livre. O movimento feminino criado por Baden-Powell chamava-se *Girl Guides* e ficou conhecido no Brasil como Movimento Bandeirante. Em 1919, foi criada a Federação das Bandeirantes do Brasil.

fundaram-se diversos grupos pelo Brasil, principalmente por iniciativa de militares.⁵ Este primeiro momento do escotismo brasileiro é caracterizado pela dispersão dos grupos e pela inexistência de entidades coordenadoras.

Em 1914, ocorreu a primeira tentativa de criação de uma entidade dirigente do escotismo nacional. A Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) foi fundada em São Paulo, e nela atuavam figuras políticas importantes, militares de alta patente e pessoas de destaque social. Seu primeiro vice-presidente foi Washington Luiz, que mais tarde viria a ocupar os cargos de prefeito e governador de São Paulo e presidente da República (BLOWER, 1994).

No campo político, a primeira entidade a defender o escotismo foi a Liga da Defesa Nacional (LDN). Criada em 1916, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, tinha em seu programa o objetivo de incentivar os sentimentos patrióticos, por meio, principalmente, da educação cívica. A criação desta Liga foi o ponto alto da campanha promovida por Olavo Bilac, em 1915 e 1916, consistindo de palestras em diversos estados em prol da implantação do serviço militar obrigatório.

Belo Horizonte foi um das cidades visitadas pelo poeta. Ele exortou os mineiros a educarem as novas gerações com mais abnegação e civismo por meio do escotismo: *Imprescindível é que as formulas e juramento do bello codigo de Baden-Powell aflorem aos labios dos novos cavalleiros como repercussões expontaneas de consciencias puras; que não sejam mero “flatus vocis” e tenham raízes nas almas dos que os profiram*⁶.

⁵ Informações factuais sobre o escotismo brasileiro no período de 1910 a 1924 podem ser encontradas na seguinte obra: BLOWER, Bernard David. *História do escotismo brasileiro*. Os primórdios do escotismo no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, 1994.

⁶ Olavo Bilac. *Minas Geraes*, 26 de ago. 1916.

As idéias nacionalistas de Bilac criaram a concepção de *cidadão-soldado*, que pressupunha a educação na caserna como saída para o enfrentamento da desorganização e dos conflitos sociais. O nome da Liga foi inspirado na publicação militar *A Defesa Nacional*, e nota-se a intenção de identificá-la com o interesse dos militares que, junto com os civis, atuaram na entidade. O estatuto da LDN revela os seus objetivos, dentre eles o incentivo ao escotismo:

...manter a idéia de coesão nacional, defender o trabalho nacional, difundir a instrução militar nas diversas instituições, desenvolver o civismo, o culto ao heroísmo, fundar associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos, arrivar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras, promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no país; propagar a educação popular e profissional, difundir nas escolas o amor à justiça e o culto ao patriotismo; combater o analfabetismo.⁷

Esse trecho revela a preocupação com o desenvolvimento da educação cívica, e o escotismo é percebido como potencialmente difusor deste valor. Para a LDN, a dinâmica do Movimento Escoteiro estava relacionada com as artes marciais. Daí o incentivo da Liga à criação de *associações de escoteiros*. A ABE, de São Paulo, recebeu grande apoio da LDN. A entidade de escoteiros era filiada à Liga, que, por sua vez, incentivava grupos de escoteiros de todo Brasil a se filiarem à ABE, numa tentativa de centralização da direção do Movimento Escoteiro.

No programa da Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), criada em 1917, também se destaca o apoio à doutrina educacional de Baden-Powell. A LDSP, de certa forma, reproduzia o projeto nacionalista bilaquiano em relação ao escotismo. Seus estatutos previam: *para a realização dos seus fins, a Liga Nacionalista fará a mais intensa e*

⁷ Estatutos da Liga de Defesa Nacional *apud* NAGLE, Jorge. *A educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974, p. 331.

*constante propaganda, mediante: [...] 5) a educação physica do cidadão, o escotismo, as linhas de tiro e o serviço militar obrigatório.*⁸ Durante sua existência, entre 1917 a 1924, vários militantes da LNSP atuaram no sistema público educacional de São Paulo, promovendo ações em favor do desenvolvimento do Movimento no Estado.

A propaganda das ligas nacionalistas a favor do escotismo logo surtiu efeitos. Em São Paulo, no ano de 1917, a Diretoria de Ensino Estadual, com a colaboração da ABE, abriu um curso de escotismo destinado aos inspetores e diretores escolares. Segundo Souza (2000), a falta de orientação pedagógica dificultou a implantação efetiva do escotismo nas escolas. A autora afirma que o escotismo foi introduzido no sistema escolar paulista em função da decadência dos batalhões infantis, que, por desenvolverem exercícios extremamente militarizados, caíram em desuso após a Primeira Guerra Mundial. Afirma também que *o espírito militar ainda sobreviveria mediante a prática do escotismo.*⁹

Também no ano de 1917 foi publicado o Decreto Federal 3.297, que considera de utilidade pública as associações brasileiras de escoteiros com sede no Brasil. A aprovação da norma foi pleiteada por intermédio de Mário Cardim, inspetor de ensino em São Paulo e apaixonado militante escoteiro, com o presidente da República Wenceslau Brás e o deputado federal por São Paulo César Lacerda de Vergueiro (Blower, 1994).

Se no período do pós-guerra a preocupação dos nacionalistas com a saúde e a educação fundamenta o discurso de construção, identidade e coesão da Nação, na

⁸ Extracto dos Estatutos da Liga Nacionalista. São Paulo, 1919. *apud* MOREIRA, Silvia Levi. *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação*. 1982. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Para mais informações sobre o ideário da LNSP, ver o trabalho citado acima.

⁹ SOUZA. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira, p. 109.

década de 1920 as reformas educacionais expressam vigorosamente em todo país a *questão da salvação nacional por meio da educação*.

Reformas da Instrução Pública

Juntamente com a *questão nacional*, o Movimento de Renovação Educacional, mais tarde conhecido como *Escola Nova*, propunha a modernização do ensino a partir de novas concepções psicopedagógicas oriundas da *ativismo*, já caracterizado no capítulo I deste trabalho. As inovações educacionais colocavam o educando no centro das reflexões escolares, criando modos de relacionamento entre professor e alunos, e resignificando o conteúdo das matérias ou disciplinas por meio de novos métodos. O escotismo, além de valorizar questões cívicas e morais, aproximava-se aos métodos em voga nos círculos educacionais.

O escotismo surgiu em uma época em que brincadeiras e jogos adquiriram um novo significado para os educadores. A recreação tornou-se uma ferramenta a mais na formação do caráter, o que refletia não apenas novos modelos pedagógicos mas também novas atitudes em relação ao brincar e jogar.¹⁰

As atividades no campo propiciavam a observação *in loco* de temas estudados em sala de aula, sendo esta uma questão cara à escola moderna. No escotismo, excursões e acampamentos opõem-se à vida urbana moderna e combatem a impessoalidade e a *decadência urbana*. Este é mais um valor da doutrina badeniana que chamava a atenção dos educadores. O Movimento fez parte do ideal de formação integral do educando em voga a partir dos anos 1920. Para além de saber ler e escrever, o aluno deveria ser

¹⁰ ZUQUIM; CYTRYNOWICZ. Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937), p. 50.

preparado para a vida fora da escola. Além do escotismo, criaram-se diversas *instituições auxiliares* do ensino. Nagle (1977) afirma:

*As instituições auxiliares da escola estão também presentes nos novos planos, a fim de que esta desempenhe cada vez mais a sua função verdadeiramente formativa; multiplicam-se, assim, as bibliotecas e museus escolares, os clubes de leitura, os pelotões de saúde, o escoteirismo, o cinema e o rádio educativos, as excursões.*¹¹

Paralelo a este momento efervescente de idéias, discussões e renovação educacional, surge a Associação Brasileira de Educação, em 1924, um marco da campanha cívico-educacional da década de 1920. Não nos interessa agora uma análise pormenorizada do programa da Associação; ressaltamos apenas o seu apoio ao escotismo. *O escotismo – fusão exemplar de vida saudável e moralizada – era iniciativa que contava com todo o apoio da Associação Brasileira de Educação.*¹² Nas Conferências Nacionais da Educação, espaço privilegiado de discussões acerca de questões educacionais, promovidas pela Associação, encontramos teses relacionadas à inclusão do escotismo nos sistemas escolares.

Dentre as reformas educacionais ocorridas na década de 1920, descobrimos registros que comprovam a inclusão efetiva da prática do escotismo no cotidiano escolar. Apesar de não ser nosso objetivo apontar detalhadamente a trajetória do escotismo escolar nos estados, julgamos pertinentes tecer alguns apontamentos que comprovem a afirmação acima.

¹¹ NAGLE. A educação na Primeira República, p. 271.

¹² CARVALHO, M. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, p. 180.

O primeiro sistema público escolar a adotar o escotismo foi o de São Paulo. Ainda na década de 1910, a propaganda das ligas nacionalistas popularizou o escotismo no estado, levando à fundação da ABE, em 1914, como já exposto. Segundo Yara Gabriel (2003), as ações da ABE se vincularam à Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo.

A proximidade entre o escotismo e o sistema escolar paulista fica evidente se analisarmos a militância dos dirigentes da educação no Movimento Escoteiro. Oscar Thompson, Sampaio Doria e Guilherme Kuhlmann, que ocuparam o cargo de diretor geral da Instrução Pública entre 1917 e 1923, eram escoteiros ativos e ocuparam posições de destaque na ABE, sendo vinculados também à LNSP.

Em 1917, a Lei 1.579 incorporou a prática do escotismo às atividades da disciplina Educação Física. A lei reestruturava o ensino nas escolas paulistas, e dentre as determinações apareciam ações que objetivavam a implementação do ensino cívico. O diretor geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, afirmaria:

*...é de tanta importância a influência que o escotismo exerce sobre a personalidade da criança, desenvolvendo-lhe, em alto grau, a consciência de si mesmo, a iniciativa individual, e pondo-a em contacto com os fatos sociais, que ele, por si só, constitui uma escola de vida prática*¹³.

¹³ THOMPSON, Oscar. Relatório ao Secretário do Interior. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo, 1917. apud GABRIEL, Yara Cristina. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*. 2003. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 57.

Em São Paulo, a determinação legal foi cumprida. Gabriel (2003) pesquisou relatórios de inspetores escolares e informa: *constatei a presença marcante da prática escoteira, por meio de fotos e relatos sobre o andamento dos trabalhos escolares.*¹⁴

O estado organizou, com a ABE, um curso de escotismo para inspetores e diretores dos Grupos Escolares. A implementação do curso, destinado a educadores, sem dúvida, contribuiu para a difusão do escotismo no sistema escolar. Os professores tornaram-se *mestres-escoteiros* e cuidavam da instrução em sala de aula, enquanto as atividades físicas eram realizadas fora do horário e do espaço escolar, ficando a cargo de chefes escoteiros voluntários da ABE, supervisionados por diretores e supervisores.

Em 1920, Sampaio Dória assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública. Assim como seu antecessor, era ativo militante da LNSP e da ABE. Em sua gestão, promoveu uma reforma do ensino,¹⁵ consolidada pela Lei 1.750. A partir daí, o escotismo tornou-se disciplina regular do currículo escolar e obrigatória para todos os alunos do sexo masculino. Carvalho (2000) afirma que a Reforma, preocupada com a educação intelectual, moral e física, *incorporava as metas das Ligas Nacionalistas, que desde a década de 10 mobilizavam as classes médias urbanas em torno do alistamento eleitoral e do voto secreto como instrumentos de combate às oligarquias*¹⁶.

Em 1921, houve nova mudança no cargo de diretor geral da Instrução Pública. Guilherme Kulmann assumiu o cargo. Foi então publicado o Decreto 3.356, de 31 de maio de 1921, que regulamentou a reforma do ensino. Dentre suas determinações,

¹⁴ GABRIEL. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo*, p. 19.

¹⁵ Segundo Carvalho, as medidas da reforma paulista de 1920 visavam abrasileirar os brasileiros por intermédio da alfabetização e da educação moral e cívica e integrar o imigrante estrangeiro. Com esse objetivo, o escotismo foi incentivado, juntamente com outras medidas de formação cívica. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁶ CARVALHO, M. *Reformas da instrução pública*, p. 228.

tornou todos os alunos matriculados no sistema público aspirantes a escoteiros, prevendo ainda que os professores seriam os instrutores de escotismo. Kulmann era mais um dirigente da educação atuante na LNSP e simpático ao escotismo:

Todo o ensino cívico nas escolas é completado e aprimorado pelo escotismo. Essa instituição, que, providencialmente, veio em auxílio do professor para melhorar, para aperfeiçoar as qualidades educativas da escola primária, deve ser tratada com carinho.¹⁷

Ainda durante a gestão de Kuhlmann, foi publicado o Decreto 3.531, que regulamentou o *ensino do escotismo*, em 1922. A norma definiu o escotismo como exercícios militares e atividades cívicas para o aproveitamento moral e determinou que em cada estabelecimento de ensino funcionasse uma associação escoteira. Interessante notar que Kuhlmann, além de responsável pela educação paulista, era, naquele momento, membro da Comissão Técnica da ABE, tendo a incumbência de fazer o escotismo prosperar. Nota-se uma estreita vinculação entre os interesses dos militantes escoteiros com as políticas públicas educacionais que impulsionavam o Movimento em São Paulo. Durante toda a década de 1930 e início da de 1940, o escotismo permaneceu vinculado ao sistema escolar paulista.

Foi em São Paulo que, pela primeira vez, o escotismo adentrou os muros escolares, para se afirmar como um importante elemento da educação cívico-patriótica. Apesar do vínculo entre escotismo e escola, muitas das atividades escoteiras eram realizadas fora do horário e do espaço escolar, como demonstra Gabriel (2003).

¹⁷ KUHLMANN, Guilherme. *Civismo na escola*, conferência realizada na escola normal de Casa Branca, em 3 de maio de 1919. *Revista de Ensino*, São Paulo, junho a dezembro, 1919, p. 28, *apud* GABRIEL, Yara Cristina. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*. 2003. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 77.

Guilherme Kuhlmann associou a inovação realizada no sistema público escolar paulista à perpetuidade do mito bandeirante paulista: *os escoteiros escolares de São Paulo serão os guardas sagrados dessa tradição que se não apagará de nossa história – o bandeirantismo, esse fermento eterno de nosso progresso.*¹⁸

No Distrito Federal (Rio de Janeiro), a reforma implementada por Fernando de Azevedo, um dos maiores representantes do escolanovismo brasileiro, no período de 1927 a 1930, criou a *Associação Escolar de Escoteiros*. Na coletânea de textos intitulada *Novos caminhos e novos fins, a nova política da educação no Brasil, subsídios para uma história de quatro anos*, Azevedo faz um minucioso relato sobre suas ações quando dirigia o sistema escolar carioca. Em diversos momentos, aponta a importância do escotismo e demonstra sua simpatia pela doutrina badenina. O escotismo foi introduzido no sistema escolar do Rio de Janeiro, mas ainda não existem estudos específicos sobre como ocorreu o processo.

No Distrito Federal, concentraram-se a partir da década de 1910, as sedes de diversas federações de escoteiros (Federação Brasileira de Escoteiros de Terra, Federação de Escoteiros do Mar e Associação de Escoteiros Católicos do Brasil, dentre outras tantas), além de grupos ligados a clubes esportivos, como Botafogo, Flamengo e Fluminense, instituições militares e grupos *independentes*. Ainda que não tenhamos pesquisas a respeito da prática escoteira no sistema escolar, o Movimento esteve fortemente presente na cidade do Rio de Janeiro. Como já citado, ali surgiram o primeiro grupo escoteiro brasileiro (1910) e a primeira entidade dirigente que de fato representava o escotismo nacional: a União dos Escoteiros do Brasil (1924).

¹⁸ KUKLMANN, Guilherme. *O ensino em São Paulo*. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, São Paulo, 1923. apud GABRIEL, Yara Cristina. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*. 2003. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 81.

No Espírito Santo, houve também uma reforma da instrução pública influenciada pelo ativismo, em 1929. Dentre as mudanças, a prática escoteira passou a ser incentivada nas escolas públicas. O mentor da reforma, Aflio Vivaqua, secretário da Instrução Pública, era antigo militante do escotismo, tendo, em 1916, publicado o livreto *O escotismo*, no qual defendia apaixonadamente o Movimento:

*A formação cívica e a instrução militar integram a grandiosa actividade do escotismo. Esses garbosos batalhões de rapazitos, que desfilam em formaturas esplendidas, radiantes de entusiasmo e alegria encarnam as forças lidimas do civismo e da defesa nacional.*¹⁹

Assim como em outros estados, o Espírito Santo editou algumas normas legais no intuito de regulamentar a prática escoteira nas escolas públicas. O Decreto 10.072, de 31 de março de 1930, que *dispõe sobre o Escotismo Escolar e dá outras providências*, determinaria: *o escotismo, como instituição auxiliar da obra educativa da escola, será aplicado nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado*. Interessado na real aplicabilidade da referida norma, o governo criou um curso de chefes, regulamentado pelo Decreto nº 10.217, de 17 de junho de 1930.

A tutela exercida pelo governo capixaba sobre o escotismo não se restringiu ao início da década de 1930. Em 1943, expressou-se de maneira incontestável. No mês de novembro, foi publicado o Decreto nº 15.113, em que se promete: *o Governo do Estado favorecerá por todos os meios a ampla difusão do escotismo nas escolas, institutos de ensino profissional, clubes, associações desportivas, etc.*, e ainda, *o Governo auxiliará o Escotismo no Estado, consignando nos orçamentos as verbas necessárias para o seu desenvolvimento*.

¹⁹ VIVAQUA. O escotismo, p. 12.

Em Minas Gerais, entre 1927 e 1930, a Reforma Educacional implementada por Francisco Campos,²⁰ então secretário do Interior, responsável pela área da Educação, proporcionou a criação de grupos escoteiros vinculados aos grupos escolares. Nesse período foi organizada a Federação dos Escoteiros Mineiros (FME), órgão máximo do escotismo mineiro, filiada à União dos Escoteiros do Brasil (UEB) e a ela subordinada.

Ainda em 1926, durante o Governo de Fernando Melo Viana (1922-1926), o escotismo saiu dos discursos políticos patrióticos para se tornar um Movimento organizado e com apoio oficial. Naquele ano, foi criado um grupo escoteiro no *Gymnasio Mineiro*, escola referência no período. O grupo iniciou a prática do escotismo sob orientação do professor Pereira da Silva.²¹

Com a Reforma, Francisco Campos, reconhecido teórico do pensamento nacionalista autoritário brasileiro, já na gestão de Antônio Carlos Andrada na Presidência do Estado, o escotismo se fortaleceu. A Reforma expôs o grande valor educacional cívico-patriótico atribuído ao Movimento pelo Estado e a preocupação com formação das crianças e jovens a partir dos pressupostos da escola ativista.

A revista *Anaúê*, órgão da Associação Mineira de Escoteiros, trouxe, em 1928, uma entrevista com Antônio Carlos, em que o presidente expôs o porquê do apoio estatal ao Movimento Escoteiro:

²⁰ O pensamento educacional de Francisco Campos foi fortemente influenciado por teóricos da chamada *Escola Nova*, como John Dewey, Decroly e Edouard Claparède. Durante sua gestão a frente do sistema educacional mineiro, a contratação da educadora Helena Antipoff foi mais uma ação que visava à difusão dos métodos ativistas. A esse respeito, ver PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação no Brasil – anos vinte*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

²¹ O Professor de Educação Física do Ginásio Mineiro Antônio Pereira da Silva ficou conhecido como *Chefe Pereira*, fundador do escotismo mineiro, graças à ação que desempenhou em prol do Movimento. Durante os anos de 1927 a 1930, ele prestou serviços ao governo, percorrendo o interior mineiro instruindo chefes e fundando grupos de escoteiros vinculados as escolas públicas.

Pela instituição do escoteirismo tenho a mais decidida sympathia, convencido de que nella se encontra o complemento natural e a cooperação efficaz para a obra da escola primaria.

Tal sympathia e tal convicção derivam dos fins a que essa instituição se entrega e que são os de pugnar pela educação da mocidade, despertando-lhe, principalmente os sentimentos moraes e civicos, o espírito de iniciativa e de bondade, a abnegação e a alegria, ao mesmo tempo cuidando do seu aperfeiçoamento physico, dando aos moços conhecimentos directos da natureza, infundido-lhes ao character os predicados de intrepidez e disciplina, preparando-os, enfim, para a vida do trabalho intenso e para a exacta compreensão e pratica concetaneas aos deveres cívicos.²²

Oficialmente, o apoio estatal surgiu a partir da aprovação do *Regulamento do Ensino Primário*, base da reforma. A prática do escotismo aparecia sob a responsabilidade do órgão responsável pelo gerenciamento da Educação Física nas escolas: *art. 94 - A Inspectoria da Educação Physica terá por fim: [...] h) incentivar e orientar a organização do escoteirismo nas escolas publicas, formando e preparando o necessario corpo de instructores.*²³ O Programa do Ensino Primário, aprovado pelo Decreto 8094, de 22 de dezembro de 1927, reafirma a prática escoteira nas escolas mineiras. Toda esta legislação demonstra o interesse do Governo do presidente Antônio Carlos em difundir o escotismo em Minas Gerais.²⁴

O apoio ao escotismo expresso na legislação confirmou-se no cotidiano escolar. Em Belo Horizonte, foram criados, no decorrer de 1927, grupos de escoteiros em todos os grupos escolares. Nas comemorações do Centenário da Escola Primária no Brasil

²² ANAÚÊ. Belo Horizonte: Associação Mineira de Escoteiros, n. 1, jul. 1928.

²³ MINAS GERAIS. Decreto 7.970-A, de 15 de outubro de 1927. Aprova o regulamento do ensino primario.

²⁴ Mesmo após a gestão de Antônio Carlos Andrada na Presidência do Estado de Minas Gerais, a prática do escotismo é mantida vinculada aos grupos escolares. Durante a década de 1930, a legislação educacional mantém esta vinculação. Ver: MINAS GERAIS. Decreto 10.362, de 31 de maio de 1932. Aprova modificações aos regulamentos que baixaram com os decretos ns. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, e 9.450, de 18 de fevereiro de 1930; MINAS GERAIS. Decreto 11.501, de 31 de agosto de 1934. Aprova modificações feitas no Decreto 10.362, de 31 de maio de 1932.

(1927), num estádio de futebol, desfilaram 1.200 escoteiros.²⁵ Surgiram grupos vinculados também às escolas privadas, como Colégio Arnaldo, Escola Italiana Dante Alighieri, Escolas Reunidas Lucio dos Santos,²⁶ e ao *America Football Club*.²⁷ A criação desses grupos fora da tutela do Estado demonstra a simpatia da sociedade pelo Movimento.

Em 28 de agosto de 1927, foi realizada uma *imponente cerimonia civica dos escoteiros belo-horizontinos*. Na praça da Liberdade com a presença do presidente do Estado, de todos os secretários de Estado, do presidente da Câmara dos Deputados, do prefeito, de vários oficiais do Exército e da Força Pública, senadores, deputados e jornalistas – foram entregues 30 *estrelas*, numa cerimônia em que 76 noviços juraram a bandeira, com a presença de 267 escoteiros. Este tipo de cerimônia era comum durante o Governo de Antônio Carlos e acontecia não só em Belo Horizonte, mas também no interior.

As comemorações do primeiro aniversário do Governo de Antônio Carlos confirmam a força do Movimento naquele momento. Escoteiros de todo o estado reuniram-se em Belo Horizonte para participar das festividades. Os acontecimentos foram amplamente divulgados, não apenas pela imprensa mineira. O *Correio da Manhã*, jornal carioca, noticiou a presença de quatro mil escoteiros no desfile comemorativo do Dia da Independência e aniversário do governo.²⁸ O Jornal do Brasil, ao noticiar o evento, enfatizou o apoio dado pelo Poder Público à consolidação do Movimento: *os [grupos] escoteiros com que conta actualmente o Estado de Minas Geraes, foram na*

²⁵ Primeiro centenário da escola primária no Brasil. Minas Geraes, 16 de out. 1927.

²⁶ Escoteirismo. *Correio Mineiro*, Belo Horizonte, 1 jan. 1928.

²⁷ Grupo America F. B. Club. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 6 jun. 1927.

²⁸ Primeiro aniversário do Governo Antonio Carlos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 set. 1927.

maioria, fundados e agrupados pelo governo, sendo que pelo mesmo já foram uniformizados e equipados²⁹.

Ainda durante as comemorações, o presidente da UEB, Afonso Pena Júnior, proferiu discurso em saudação aos escoteiros em solenidade no Palácio do Governo. Suas palavras foram registradas pelo jornal *Minas Geraes*:

O presidente Antônio Carlos, fazendo o que tem feito, com exito pleno, pelo escoteirismo, deixou evidenciado que não pregara por essa cruzada de patriotismo, com palavra van, em busca de popularidade, [...]
O escoteirismo não é simples gymnastica não é mero esporte, nem é apenas educação militar. É a preparação do homem integral, pela completa fortaleza physica, civica e moral, de cujo esforço possa a patria esperar confiadamente³⁰.

Já no final do ano de 1928, o jornal *Correio Mineiro* publicou um balanço do número de grupos e escoteiros em Belo Horizonte: 14 grupos, com 890 escoteiros e 65 bandeirantes.³¹ Registrava-se também a forte presença do escotismo escolar no interior mineiro.

Minas Gerais foi mais um estado em que, apoiado em uma Reforma Educacional preocupada com a introdução dos métodos e pressupostos da pedagogia ativa, o escotismo se desenvolveu vinculado ao sistema escolar. O governo mineiro não poupou esforços para popularizar a prática escoteira nas escolas. O estado destinava verbas específicas para subsidiar as atividades escoteiras, tanto que no orçamento estatal para o ano de 1928 previa-se o *Auxilio ao escoteirismo*, no valor de 100:000\$000 (cem contos de réis). O valor, se comparado, por exemplo, ao destinado ao pagamento de todo

²⁹ Concentração em Bello Horizonte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 set. 1927.

³⁰ Sete de Setembro. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 9 de set. 1927.

³¹ O empolgante progresso do escoteirismo mineiro. *Correio Mineiro*, Belo Horizonte, 11 nov. 1928.

peçoal empregado no ensino superior, 119:000\$000 (cento e dezenove contos de reis), demonstra ser razoável para cobrir gastos, por exemplo com viagens dos escoteiros para participarem de eventos e compra de equipamentos diversos.

Além de São Paulo, Distrito Federal, Espírito Santo e Minas Gerais, também no Ceará o escotismo foi introduzido no sistema público escolar. Em 1922, Lourenço Filho, um dos principais educadores da chamada *Escola Nova*, foi contratado pelo governo cearense para implementar uma reforma de ensino baseada nas modernas pedagogias. O educador, que também era ligado à LNSP e simpático ao escotismo escolar, assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública. Carvalho informa que em sua gestão novas disciplinas que *permitem educar o corpo e harmonizar o espírito por meio de exercícios físicos* ganharam espaço no sistema escolar. Entre estas *novas disciplinas*, constava o escotismo.³²

Outro estado nordestino, Pernambuco também incluiu o escotismo no âmbito escolar. Não temos informações de quando isso se deu ao certo. O Decreto 399, de 1939, dispõe: *o escotismo como instituição auxiliar da obra educativa da escola continuará a ser desenvolvido nos estabelecimentos públicos de ensino do Estado*. O Decreto traz as funções dos componentes da Diretoria da Associação dos Escoteiros Escolares de Pernambuco e deixa claro que esta Associação já existia. A norma legal traz, ainda, diversas disposições que confirmam o interesse em continuar incentivando a prática escoteira nos sistema público escolar pernambucano.

Nosso estudo sobre o escotismo escolar ficou mais restrito à década de 1920, apesar de mesmo antes deste período a prática já ter sido iniciada nas escolas paulistas. Naquele momento, as idéias ativistas estavam em voga nos meios educacionais, e o

³² CARVALHO, M. Reformas da instrução pública, p. 235.

escotismo, como já falado no primeiro capítulo deste trabalho, é tributário desta corrente psicopedagógica. Além disso, a escola era, naquele momento, um importante aparelho de conformação física e mental de indivíduos integrados à Nação. Em nossos estudos, não nos foi possível, nem nos interessou, o aprofundamento acerca do cotidiano do escotismo nas escolas brasileiras, e por isso nossas pesquisas ficaram mais restritas à década de 1920, momento em que se inicia a vinculação escotismo/escola, como já dito. Apesar disso, pudemos comprovar a continuidade da prática escoteira nas escolas durante as décadas de 1930 e 1940.

A tabela e o gráfico apresentados na página 78 mostram os dados sobre a quantidade de estabelecimentos de ensino primário em que se praticava o escotismo entre os anos de 1932 e 1934. O que mais chama a atenção é o expressivo aumento do número de escolas que possuíam grupos de escoteiros. No total, levando-se em consideração os sistemas educacionais federal, estadual e privado, cresceu quase 70% em apenas dois anos. Tal crescimento foi maior nas escolas estaduais, em que a porcentagem ultrapassou 100%. Apesar das possíveis incorreções dos números divulgados no *Anuário Estatístico do Brasil*, podemos considerar que a prática do escotismo estava em franco crescimento no sistema escolar brasileiro, o que, sem dúvida, demonstra a aceitação da doutrina de matriz inglesa.

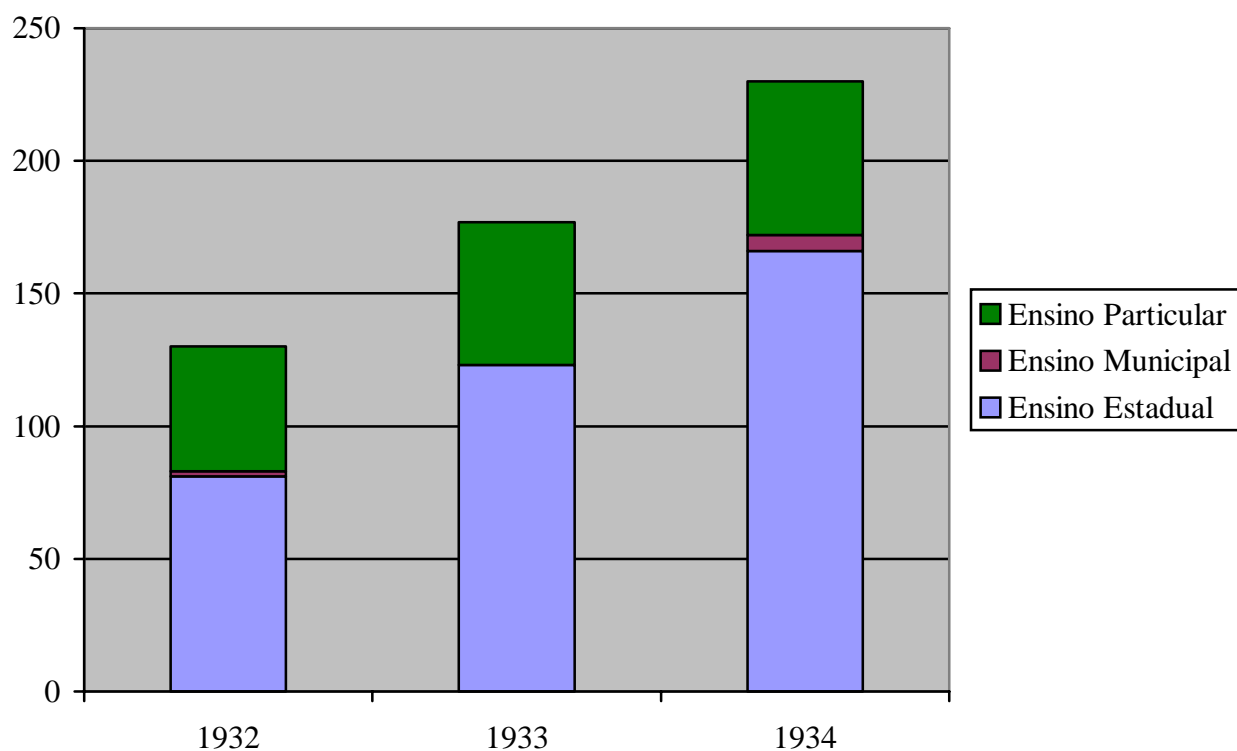
Nos dados apresentados, o escotismo não aparece em nenhuma escola do Governo Federal. É preciso lembrar que naquele momento o poder central mantinha pouquíssimas escolas de educação primária, como acontece até hoje. Ainda sim, não significa que não houvesse, por parte do Governo Federal, algum interesse em difundir o escotismo nas escolas, como apontam os seguintes instrumentos legais: Decreto 5.497, de 23 de julho de 1928, que garantia: *o Governo promoverá a adoção da instrução e*

Estabelecimentos que possuíam organizações de escotismo

Ensino Primário Geral (comum ou supletivo)

Resultados gerais do Brasil 1932-1934

Ano	Ensino Federal	Ensino Estadual	Ensino Municipal	Ensino Particular	Total
1932	-	81	2	47	130
1933	-	123	-	54	177
1934	-	166	6	58	230



educação escoteiras nos colégios e institutos de ensino técnico e profissional mantidos pela União; Lei 342, de 12 de dezembro de 1936, que afirmava: A teoria e a pratica do escotismo constituirão materia dos programmas de ensino nas escolas primarias secundarias, profissionaes e normaes do paiz.

Ao estudarmos a vinculação do escotismo aos sistemas de ensino públicos se faz necessário refletir acerca de seu lugar na *cultura escolar* naquele momento. Dominique Juliá (2001) define *cultura escolar* como:

um conjunto de “normas” que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de “práticas” que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas³³.

O escotismo é, por natureza, um movimento educacional extra-escolar que, para *funcionar*, precisa de militantes adultos e com formação específica na doutrina badeniana. Aliás, o próprio Juliá lembra que normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em consideração a atuação do corpo profissional: os professores. O desconhecimento, ou pouca a informação sobre a doutrina badeniana, certamente levou a *desvios* quando da inserção do escotismo nas escolas. Além disso, a dinâmica do Movimento não se encaixa no modelo de organização do tempo e do espaço escolar. Surge, então, um questionamento sobre as formas pelas quais o escotismo foi incorporado à cultura escolar dos diversos sistemas de ensino relatados. Certamente, o escotismo influenciou e foi influenciado pela cultura escolar, espaço estranho ao Movimento criado pelo militar inglês. Existe, portanto, um campo de estudos à espera de pesquisadores interessados em analisar as relações existentes entre práticas escolares

³³ JULIÁ. A cultura escolar como objeto histórico, p. 10.

e escotismo. As normas legais já demonstraram suficientemente que o Movimento Escoteiro adentrou os muros escolares, restando ainda perceber como se adaptou aos elementos próprios da cultura escolar.

O *problema* advindo da inserção da prática escoteira nas escolas foi levantado por vários pedagogos nas décadas de 1920 e 1930. Helena Antipoff, educadora filiada à escola ativista e reconhecida nacionalmente, era ligada ao escotismo, tendo sido fundadora e incentivadora da Associação Auxiliar do Escotismo, em Belo Horizonte, na década de 1930, e uma das divulgadoras do Movimento no meio educacional. Radicada em Belo Horizonte, a professora publicou em 1932, na *Revista do Ensino*, órgão oficial da educação mineira, um artigo intitulado *O escotismo, perspectivas*, em que defende a prática do escotismo.³⁴ Em 1933, um jornal mineiro publicou relato sobre as diversas atividades desenvolvidas por escoteiros belo-horizontinos em Caeté, dentre elas uma palestra de Antipoff, *propulsora do escotismo*.³⁵

Antipoff participou do VII Congresso Brasileiro de Educação, em 1935, dedicado aos debates sobre Educação Física. Nas discussões, houve uma sessão de apresentação e apreciação de teses relacionadas ao escotismo. Uma delas foi a da eminente educadora Helena Antipoff, intitulada *A escola e o escotismo*, na qual a professora recomenda a total desvinculação entre a prática escoteira e o espaço escolar. Ela utilizou muitos argumentos. Em primeiro lugar, acusou a impossibilidade material, a *insignificância do auxílio por parte dos governos*. Outro problema era a escassez de *chefes com formação técnica segura*, bem como a falta de articulação entre as associações locais e a UEB. Antipoff argumenta que a introdução do escotismo nas escolas via decretos fez com que

³⁴ ANTIPOFF, Helena. O escotismo, perspectivas, *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, nº 77, 1932.

³⁵ Escotismo. *Estado de Minas*, 14 de dez. 1933.

ele fosse *reduzido a exercícios físicos e marchas extenuantes de centenas de crianças, sob o comando de alguns jovens inexperientes e alheios às preocupações pedagógicas*, apesar dos pontos positivos do Movimento: *self-government, trabalho em grupos, variedade de atividades, educação física e intimidade com a natureza*. Antipoff afirma ainda que a *intromissão* da doutrina badeniana no ambiente escolar trouxe desvantagem para a escola e para o escotismo, principalmente no que diz respeito à ocorrência de conflitos entre chefes escoteiros e a direção das escolas. A educadora propôs a prática escoteira para adolescentes saídos da escola primária que não teriam acesso aos estudos secundários. O escotismo seria uma forma de *assistência eugenica visando o desenvolvimento físico, a saúde dos jovens egressos do sistema escolar*. O valor do escotismo, segundo a autora, é enorme. Dentre outros benefícios, previne, com amparo nos meios legais, *conflitos, revoltas e violências de toda espécie*. Por fim, Antipoff propõe que chefes escoteiros organizem grupos com caráter assistencialista e dedicados aos adolescentes carentes, e que esses grupos tenham o apoio econômico do Poder Público. A professora conclui:

*A introdução do escotismo no seio da Escola, primaria ou secundaria, não é aconselhavel. Dispersando a atenção dos alunos e causando freqüentemente um dualismo na direção, ele torna-se indesejável para a escola. Por outro lado, a tropa escoteira, que é uma instituição autônoma, não dependendo, na sua administração, senão de órgãos escoteiros, reconhecidos, porém, pelas autoridades, acha-se facilmente tolhida, dentro da escola, sofrendo a diminuição da responsabilidade do chefe e do self-government da associação.*³⁶

Apesar das vozes descontentes com o escotismo na escola, muitos dirigentes aprovavam este vínculo. Ainda que a prática escoteira não se encaixasse no cotidiano

³⁶ ANAIS DO VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ABE, 1935. pp. 104-113.

escolar, como já dissemos, a escola garantia pelo menos o espaço físico para funcionamento das atividades e para a guarda dos equipamentos. Além disso, vinculado às escolas, o escotismo *pegava uma carona* na legitimidade desta instituição já tradicional.

Instituições Religiosas

Em fins da década de 1910 iniciou-se no Brasil, a estruturação do escotismo nas instituições religiosas diversas. As tropas confessionais uniam os princípios do escotismo às leis e dogmas da religião. A educação badedeniana era, sem dúvida, muito próxima dos princípios judaico-cristãos. Um dos principais pilares do escotismo, expresso no *juramento*, era o *respeito a Deus*. A doutrina, expressa nas *leis*, tinha como objetivo formar indivíduos em uma rígida moral, que incluía, dentre outros valores e posturas: obediência, lealdade, amor e sacrifício ao próximo, humildade, franqueza, caridade, piedade para com os animais, equilíbrio do espírito, ética viril, valorização do trabalho, vida em família, autocontrole sexual e disposição à alegria.

Nesse sentido, o escotismo passou a ser uma prática ligada a vários grupos religiosos, principalmente os católicos. Os protestantes e judeus também se interessaram pelo Movimento no Brasil. Zuquim & Cytrynowicz (1999) informam que nos Estados Unidos, na década de 1920, os mórmons e os judeus incluíram o escotismo em seus projetos educacionais. Naquele país, 48% dos grupos escoteiros eram, naquele momento, ligados a instituições religiosas.

No Brasil, a Igreja Católica, por intermédio da militância de eclesiásticos, apoiou intensamente a prática escoteira. Aqui, como em diversos países, surgiram entidades dirigentes do escotismo católico que funcionavam independentemente de entidades

laicas. Itália, Bélgica, França e Portugal são exemplos de países em que se estruturaram entidades escoteiras católicas bem organizadas e duradouras diretamente ligadas à Igreja e que contavam com *assistentes eclesiais* que orientavam as atividades.

Na Itália, os escoteiros católicos organizavam-se em entidade própria: a Associação Escoteira Católica Italiana. O alto grau de ligação entre os escoteiros e a Igreja Católica na Itália ficou evidente quando da criação da Ópera Nacional Balilla, em 1926. A partir de então, o governo fascista determinou a extinção do escotismo católico nas cidades com menos vinte mil habitantes e mudanças na forma de organização dos grupos restantes. Em 24 de janeiro de 1927, o papa Pio XI enviou correspondência ao cardeal secretário de Estado, Gasparri, em que informava ter decidido aceitar, a contragosto, a dissolução de boa parte dos grupos escoteiros católicos italianos.³⁷ Na correspondência, Pio XI, deixou clara sua insatisfação, porém declarou a sua intenção de *não criar dificuldades ao governo do País*.

Na verdade, o papa Pio XI considerava o Movimento Escoteiro católico um dos vetores capaz de formar leigos. Esse pensamento relacionava-se aos princípios da Ação Católica³⁸ de refazer a sociedade cristã. Na correspondência, o sumo pontífice procurou esclarecer sua posição em relação à criação da Balilla e à imposição de limites ao escotismo católico italiano:

³⁷ No Brasil, foram editadas duas coletâneas de textos que trazem discursos de papas sobre escotismo pronunciados em encontros com escoteiros. As obras reúnem, também, compilações de correspondências diversas enviadas pelo sumo pontífice ou por seus representantes para entidades escoteiras. A primeira obra, BENTO XV, Papa; PIO XI, Papa; PIO XII, Papa. *Sobre o escotismo*. Petrópolis: Vozes, 1955, traz documentos produzidos entre 1916 e 1950. A segunda, MOVIMENTO escoteiro, desporto e natureza: de Pio XII a João Paulo II. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, reproduz mensagens de 1946 a 1997.

³⁸ *Ação Católica* é a denominação de um projeto restaurador do catolicismo surgido no século XIX que procurou conseguir a colaboração de leigos num projeto de reconstrução de uma cristandade num contexto de secularização social mundial. Sobre este tema, ver: GOMES, Francisco J. S. *Ação Católica*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

Ora, trata-se de ordenações legislativas [criação da Balilla] em que se prescreve o ensino de uma doutrina que temos motivos para recear fundada ou culminando numa concepção do Estado que, por dever da vigilância Apostólica, já em duas alocações Consistoriais tivemos de apontar como não conforme à concepção católica; trata-se daquelas próprias ordenações que, de uma parte, parecem estender prescrições e proibições a todas as obras de educação mesmo moral e espiritual, campo este que entra, se algum outro entra, nos divinos mandatos da Igreja Católica; de outra parte, graças à sua incerta designação, a muitos não parecem elas excluir toda dúvida e preocupação sobre o tratamento reservado às próprias organizações de Ação Católica, e depois ferem em cheio a dos Jovens Escoteiros Católicos, sujeitando a dissolução mais de metade dos seus mais de mil grupos, não permitindo aos outros grupos manter-se se não adotarem uma nova sigla e, como esta, conforme é inevitável, uma nova denominação e personalidade jurídica. Sobejamente claro e evidente se torna que não podíamos permitir que os Católicos em geral, porém especialmente os católicos da Itália, e mais especialmente os nossos caros e prediletos jovens, e nomeadamente os Jovens Escoteiros Católicos Italianos, tivessem sequer uma simples aparência de razão ou um pretexto qualquer para nos crerem, ou mesmo somente pensar-nos, corresponsáveis por tais ordenações; e por isto, justamente consideramos e consideramos um preciso dever do múnus Apostólico a Nós divinamente confiado o sairmos do silêncio e expressamente declinarmos tal corresponsabilidade.³⁹

No mesmo documento, Pio XI, declara que os grupos de escoteiros católicos autorizados a funcionar deveriam se desligar oficialmente das organizações de Ação Católica, já que a partir de então estariam vinculados a Balilla, e que *a Ação Católica, em si e em todas as suas organizações, deve e quer manter-se fora e acima de qualquer partido político.*⁴⁰ Em 1928, o governo fascista dissolveu todo o Movimento Escoteiro católico italiano. Em nome do papa Pio XI, o cardeal secretário de Estado enviou carta de consolo aos dirigentes da extinta Associação dos Escoteiros Católicos Italianos.

³⁹ BENTO XV; PIO XI; PIO XII. *Sobre o escotismo*, p. 21.

⁴⁰ BENTO XV; PIO XI; PIO XII. *Sobre o escotismo*, p. 23.

Na França, a partir da década de 1910, a Ação Católica se estruturou em várias organizações especializadas, que reuniam os católicos pela prática profissional e em categorias, como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Agrária Católica (JAC). Assim como na Itália, o escotismo se vinculou a estas organizações da Ação Católica. É o que explica monsenhor Bruno de Solages em um livreto intitulado *Filosofia do Escotismo* (1942), no qual faz um elogio à doutrina badeniana e incentiva sua prática entre os católicos franceses. Ali, a organização de um Estado autoritário não se consolidou de forma sistemática, como na Itália. Portanto, os escoteiros reunidos sob a Federação Nacional Católica de Escoteiros da França não precisaram disputar com organizações oficiais a doutrinação da infância e juventude.

No Brasil, a preocupação com a organização de entidades escoteiras católicas independentes das laicas inicia-se em fins da década de 1910. O primeiro grupo de escoteiros católicos brasileiros⁴¹ surgiu em 1917 na paróquia de São João Batista Lagoa, por iniciativa de alguns religiosos, dentre eles o vigário monsenhor André Arcoverde, denominado Associação de Escoteiros Católicos. Em 1919, nasceu outro grupo católico, vinculado à Escola Popular de São Bento, também na cidade do Rio de Janeiro. Em 1919, a União Católica Brasileira, que congregava a Mocidade Católica, criou a Escola de Instrutores, com o objetivo de formar chefes escoteiros católicos. Os chefes formados nesse curso fundaram diversos grupos, que se uniram, ainda em 1919, para criar a Associação de Escoteiros Católicos do Brasil (AECB), que passou a congregar o escotismo católico brasileiro. Já em 1920, filiou-se ao à entidade máxima do escotismo

⁴¹As informações sobre a estruturação do escotismo católico no Brasil são de BLOWER, Bernard David. *História do Escotismo Brasileiro. Os primórdios do escotismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, 1994.

mundial, em Londres, e se tornou a entidade representante do escotismo nacional perante aquele órgão. Tal fato demonstra a força do Movimento católico, que rapidamente se estruturou no país. Nos anos de 1922 e 1923, a AECB promoveu o I e II Congresso Escoteiro Brasileiro na Capital Federal. Os eventos constituíram um importante espaço para a discussão de questões relacionadas ao Movimento e contaram com a participação de delegados de diversos estados brasileiros. Foram apresentadas e discutidas vinte e quatro teses sobre os mais diversos assuntos. Os debates revelam a preocupação em definir questões básicas sobre o Movimento, num momento em que se começava a estruturar nacionalmente.

Em 1922, a AECB filiou-se à entidade central do escotismo católico, o Escritório Internacional de Escoteiros Católicos, com sede em Roma. Em 1924, três escoteiros católicos representaram o Brasil no Jamboree ocorrido na Dinamarca. Pela primeira vez, militantes brasileiros participaram de um encontro mundial do Movimento.

Em nossas pesquisas, ficou evidente a força do escotismo católico brasileiro na década de 1920. Para o período posterior, décadas de 1930 e 1940, encontramos referências da continuidade de atividades de grupos confessionais. No entanto, não nos foi possível reconstituir as formas pelas quais se deu o relacionamento entre o Movimento e as forças católicas organizadas que lutavam contra a secularização da cultura.

A produção historiográfica brasileira já demonstrou as bases de atuação da Renovação Católica, cujo marco de organização foi a criação do Centro D. Vital, em 1920. Preocupados com a organização política do laicato católico, os militantes católicos percebiam a educação como uma área estratégica para seu discurso doutrinário catequético. Nesse sentido, são também conhecidos os embates envolvendo, de um lado,

as propostas de ensino ético, moral, religioso e ideológico, e, de outro, as proposições de educação agnóstica e leiga, cujos principais representantes são os intelectuais reunidos sob a denominação de escolanovistas.

Ainda que não tenhamos percebido claramente as relações entre o clero militante e o Movimento Escoteiro católico, podemos afirmar que o escotismo fazia parte do ideário daqueles que defendiam a reativação do catolicismo no país nas décadas de 1910 a 1940. Além da proximidade entre a doutrina católica e a escoteira, já amplamente relatada neste trabalho, existem indícios concretos destas relações. Por exemplo, Thiago Wurth, ativo militante escoteiro do período em estudo, publicou, na década de 1940, o livro intitulado *Juventude Brasileira* [194-], no qual cita os principais personagens defensores do escotismo no Brasil. Dentre os diversos nomes, aparece o do cardeal Dom Sebastião Leme, importante líder eclesiástico brasileiro no período. O certo é que o escotismo no Brasil e no mundo, por aproximar-se dos valores católicos e por ser um movimento laico, serviu à Igreja num momento de grandes ações pró recristianização da sociedade ocidental.

Baden-Powell, durante uma audiência com o Pio XI, em 1933, explicou-lhe que nem todos os católicos do mundo sabiam que a Igreja era simpática ao Movimento. Em resposta, Pio XI declarou que *aprojava inteiramente o movimento; que considerava o escotismo uma obra magnífica, e olhava o movimento, no seu alheamento das diferenças de classe, de credo e de raça, como uma grande família que realiza o ideal da unidade.*⁴²

Além dos católicos, os evangélicos também se interessaram pelo escotismo. Diversas notícias dão conta da existência de grupos e de organizações dirigentes do

⁴² BENTO XV; PIO XI; PIO XII. *Sobre o escotismo*, p. 28.

Movimento Escoteiro evangélico. Como exemplo da aproximação entre os evangélicos e o escotismo, podemos citar a criação da tropa Union Church Boy Scouts, pela Igreja Metodista Americana, no Rio de Janeiro, em 1916.⁴³ Em Belo Horizonte, o primeiro grupo de escoteiros evangélicos foi criado em setembro de 1930, vinculado ao *Collegio Baptista*.⁴⁴

Em 1932, o jornal *Correio da Manhã* promoveu uma *Extraordinaria Concentração Escoteira*, no Rio de Janeiro. O evento contaria *com o concurso de tropas das federações catholicas, evangelicas e leigas*. O jornal informa que o evento marcaria *a volta dos catholicos ao seio da UEB, collaborando na grandesa da causa, pela gloria de Deus, pelo bem do Brasil*. Ao que tudo indica, os escoteiros católicos se desligaram da UEB, e a concentração escoteira tinha por finalidade marcar a sua reintegração.⁴⁵ A divulgação de eventos promovidos exclusivamente por entidades católicas ou protestantes também era constantemente registrada em jornais diários brasileiros no período em estudo.

Além das entidades cristãs, também existiram no Brasil organizações de escoteiros judaicas. As informações sistematizadas sobre essa prática foram produzidas por Zuquim & Cytrynowicz (1999), que publicaram um livro sobre a trajetória de um grupo escoteiro judaico-brasileiro. Em 1936, um grupo de judeus alemães refugiados da Alemanha nazista fixou-se no Brasil, onde fundou a Congregação Israelita Paulista, que passou a auxiliar os recém chegados e a abrir as portas para a imigração de judeus.

⁴³ BLOWER. História do escotismo brasileiro, p. 68.

⁴⁴ Escoteirismo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 de set. 1930.

⁴⁵ Extraordinaria Concentração Escoteira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de nov. 1932.

Em 1938, foi criado, na Congregação Israelita Paulista, o grupo escoteiro Avandava.⁴⁶ Já havia entre os judeus alemães o costume de participar de movimentos jovens, inclusive do escotismo. Nos dois primeiros anos de funcionamento do Avandava, as atividades não apresentavam um conteúdo especificamente judaico. A partir de 1940, iniciou-se um projeto que conjugava escotismo e formação judaica, dirigido por um judeu que tinha experiência com Movimento Escoteiro na Alemanha. O objetivo era manter e cultivar na consciência da infância e juventude os valores da religião judaica. Nos anos 1940, o escotismo originado na Congregação Israelita Paulista foi irradiando-se para vários núcleos paulistanos da comunidade judaica, surgiram vários novos grupos, que se reuniam em casas ou em sinagogas.

A aproximação entre denominações religiosas variadas e o escotismo demonstra a complexidade do ideário escoteiro, capaz de atrair grupos distintos. A necessidade de formação cívica e moral era, tanto para setores políticos quanto para setores religiosos, uma questão urgente. Em suas origens, o escotismo não se vincula a uma denominação religiosa específica, na medida em que o juramento escoteiro prevê o respeito ao Deus venerado por cristãos, judeus e muçumanos. Assim, o Movimento Escoteiro conquistou, em suas origens, a atenção de setores sociais religiosos diferentes e heterogêneos.

Toda a narrativa desenvolvida até aqui objetiva apontar de que forma o escotismo aparece nos discursos de grupos diversos no período posterior à Primeira Guerra e anterior à Revolução de 1930, seja no programa das Ligas Nacionalistas, dos

⁴⁶ Durante o Estado Novo, houve alguma restrição na liberdade de organização dos grupos judeus radicados no Brasil. A criação do grupo escoteiro naquele momento fez parte de uma estratégia de mobilização da infância e juventude judaica, a partir de um movimento educacional já amplamente aceito no Brasil.

renovadores da educação ou dos religiosos. Credita-se ao Movimento a capacidade de contribuir para a constituição de uma nação forte, coesa e de um povo civilizado e saudável, física e moralmente. Ainda que os programas dos movimentos e os teóricos nacionalistas diferenciem-se e grupos como escolanovistas e católicos tenham formulações próprias acerca da questão nacional e moral, o escotismo atendeu satisfatoriamente aos projetos educacionais destes diversos grupos. Por ser uma doutrina de valorização de temas caros aos nacionalistas e religiosos (civismo, hierarquia, meio rural, religião, família, trabalho, eugenia, etc.), o Movimento Escoteiro conseguiu se fixar rapidamente no Brasil. A complexa e ampla conformação do ideário escoteiro permitiu o seu sucesso.

A criação da União dos Escoteiros do Brasil (UEB), em 1924, é um marco da história do escotismo brasileiro. Naquele ano, diversas entidades dirigentes do Movimento sediadas na Capital Federal mobilizaram-se num esforço de estruturação de um órgão único centralizador e responsável por sua direção política. Além de dirigir o Movimento nacional e representar o escotismo brasileiro nos órgãos diretivos internacionais, a UEB deveria também traçar as bases para o desenvolvimento do escotismo nacional e evitar o desvirtuamento e apropriações indevidas da doutrina de Baden-Powell.

Na década de 1930, a UEB já se encontrava consolidada. Militantes e poder público⁴⁷ reconheciam-na como entidade representativa do escotismo brasileiro. Quando da incorporação dos escoteiros à Juventude Brasileira, coube à UEB discutir com o Governo Federal as questões relativas à vinculação.

⁴⁷ O Decreto nº 5.497, de 23 de julho de 1928, assegura à União dos Escoteiros do Brasil o direito ao uso de uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e lemas que forem adotados pelos seus regulamentos e reconhece que à UEB cabe a orientação e fiscalização do Movimento Escoteiro do Brasil.

Capítulo III

Debate em torno da formação cívica pós-1930: o escotismo na arena

A partir da Revolução de 1930, houve no Brasil um rearranjo político, efetivado pelo grupo componente da Aliança Liberal. Na plataforma eleitoral de Getúlio Vargas, a educação e a saúde são colocados como pontos essenciais para o desenvolvimento e a mobilização social. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública relaciona-se com a importância dada à educação e à saúde pelos nacionalistas rumo à *reconstrução nacional*.

Na década de 1920, a visão de que a educação seria a solução para os problemas nacionais ganhou força. As reformas da instrução pública ocorridas no período expressam a preocupação dos governos estaduais com a questão. A partir de 1930, *os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria.*¹ A educação era percebida como um *veículo privilegiado* para se alcançar a organização social almejada pelos nacionalistas.²

Neste novo momento, em que no campo educacional configuram-se claramente *ideologias* em confronto, o escotismo aparece de forma muito presente nos discursos e propostas dos diversos grupos. Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), é possível perceber alguns projetos ideológicos para a educação, que se apresentam a partir de 1930: o ideário escolanovista, o projeto da renovação católica, o projeto fascista de

¹ SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. *Tempos de Capanema*, p. 69.

² Em seu estudo sobre a propaganda política no período varguista e peronista Capelato (1998) destaca o papel central da educação no amplo processo de constituição da identidade nacional coletiva brasileira. Para além dos meios de comunicação, *a educação em si mesma era vista como um veículo privilegiado no que se refere à introdução de novos valores e modelagem de condutas*. CAPELATO. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 211.

Francisco Campos, o projeto educativo das Forças Armadas e o projeto governamental de construção da nacionalidade brasileira. De certa forma, a preocupação com a formação cívica e moral, e com a criação de sentimentos e de uma identidade coletiva estiveram presentes nos discursos durante toda primeira gestão de Vargas.

Estes projetos eram, na verdade, antigos. Muitas das idéias então em voga *vinham sendo gestadas desde décadas anteriores, e encontraram sua expressão mais acabada no início da década de 1940, antes que a grande guerra definisse todo o clima político e ideológico do país.*³ O apoio ao escotismo no Brasil fortaleceu-se de forma significativa após 1930 e se expressa nos discursos educacionais dos principais grupos políticos, com exceção dos comunistas.⁴ Por vias diferentes, militares, católicos, integralistas, escolanovistas e o próprio Governo Federal apoiaram e acreditaram no Movimento criado pelo inglês Baden-Powell. Este apoio social e político, defendemos, deu-se em função de o escotismo encarnar em sua doutrina questões caras ao modelo de formação política presente no período entre-guerras. O Movimento Escoteiro propiciava à infância e à juventude uma formação física e moral com valores que iam ao encontro da cultura política nacionalista.

Este capítulo apresenta a trajetória do escotismo brasileiro no período compreendido entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo (1945), ainda que em alguns momentos façamos incursões em períodos anteriores e posteriores a essa delimitação. Nosso objetivo principal é demonstrar os vínculos entre os projetos

³ SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. *Tempos de Capanema*, p. 69.

⁴ Não localizamos documentos sobre a visão dos comunistas brasileiros sobre o escotismo. É provável que eles tivessem uma visão negativa sobre o Movimento que apresenta em sua doutrina valores mais próximos do conservadorismo.

educacionais dos integralistas, dos militares e, principalmente, do Governo Federal (por intermédio do Ministério da Educação e Saúde Pública) e o Movimento Escoteiro.

Nossa tese é de que o escotismo gerou grande simpatia nos grupos nacionalistas brasileiros, em função da possibilidade de, por meio de sua doutrina, formar uma geração de indivíduos integrados à Nação. O ponto culminante desta crença foram os anos em que Getúlio Vargas ocupou, pela primeira vez, a presidência da República. Efetivamente, a integração do Movimento Escoteiro ao Estado ocorreu em 1940, ano em que a União dos Escoteiros do Brasil foi vinculada, por força de Lei, à Juventude Brasileira, organização estatal encarregada de *promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar*.⁵

Ação Integralista Brasileira

A relação entre o Movimento Escoteiro e a Ação Integralista Brasileira é um bom exemplo da apropriação do escotismo por parte de grupos nacionalistas conservadores. A AIB foi, sem dúvida, um movimento cujo ideário e objetivos expressavam o desejo de construção de uma ordem autoritária. Os integralistas reservavam importante papel à educação e à formação da infância e juventude rumo à *revolução do espírito*, alvo do movimento.

Em 1936, foi criado na estrutura da AIB o Departamento dos Plinianos. Os plinianos eram crianças e jovens, de ambos os sexos que se dividiam em quatro categorias, por idade: infantes, de 4 a 6 anos; curupiras, de 6 a 9 anos; vanguardeiros, de

⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases e, para ministrá-la, organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

10 a 12 anos e pioneiros, de 13 a 15 anos. Os objetivos a serem alcançados pelos plinianos, por meio da educação, eram:

*desenvolver entre os jovens e as crianças integralistas o sentimento de civismo, aprimorando-lhes o caráter, promover o seu desenvolvimento físico, pela prática de jogos desportivos, excursões e passeios, e o desenvolvimento intelectual moral e profissional, ensinando-lhes todos os serviços úteis à coletividade, trabalhos domésticos, além da instrução primária e da educação moral e profissional.*⁶

Para efetivar seus objetivos educacionais, os integralistas criaram e mantiveram uma rede de escolas que funcionavam nos núcleos da AIB. Segundo Cavalari (1999), o número de escolas integralistas de alfabetização e profissionalizantes chegava a três mil em 1937, sendo que a maior parte delas funcionava nas próprias sedes do movimento e se resumiam a apenas uma sala de aula. Além do espaço escolar, a infância e a juventude integralista eram educados em atividades extra-escolares, como aponta o trecho citado acima.

A centralização e a hierarquia no integralismo, características de organizações autoritárias, podem ser notadas também na estrutura do Departamento dos Plinianos, composta por gabinete, biblioteca, divisões e seções. Apesar de possuir estrutura e doutrina próprias, o Departamento dos Plinianos previa o desenvolvimento do escotismo no seio da AIB. Uma das seis divisões do Departamento dos Plinianos era a Divisão de Escotismo, que compreendia uma Seção Técnica e uma Seção de Serviço. A Divisão de Escotismo objetivava proporcionar *instrução “paramilitar”, com uma seção*

⁶ Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos. In: Enciclopédia do Integralismo, 1936. Citado por: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

técnica para elaborar planos de operações e um “acampamento-escola” com objetivo de ensinar como se tornar “chefe”.⁷ Trindade fala um pouco dos rituais e da vestimenta dos plinianos:

Os infantes eram recebidos segundo o ritual dos escoteiros, mas os curupiras deviam prestar o primeiro juramento: ‘prometo ser soldadinho de Deus, da pátria e da família; prometo ser obediente a meus pais, ser amigo de meus irmãos, colegas e companheiros; prometo ser aplicado para tornar-me útil à Deus, à pátria e à família.’ Quando o pliniano tornava-se aos dez anos vanguardeiro, prestava um juramento à bandeira nacional: ‘Bandeira de minha pátria! Prometo servir ao Brasil – na hora da alegria e na hora do sofrimento no dia da glória e no dia do sacrifício.’ Os membros da juventude integralista deviam usar uniforme: camisa verde, calça branca ou azul, sapatos pretos, casquete negro ou chapéu de escoteiro.⁸

A presença da doutrina e de rituais escoteiros entre os plinianos é por si só reveladora do interesse dos integralistas em formar seus filhos na doutrina de Baden-Powell. Documentos comprovam que as relações entre integralistas e o Movimento Escoteiro, representado pela UEB, não foram harmoniosas. As querelas entre AIB e a UEB tiveram o seu auge no ano de 1936, quando os integralistas, por intermédio do general Newton Cavalcanti, tentaram vincular os plinianos à UEB. A UEB não aceitou esta vinculação por acreditar que *o escotismo não admite discussão política ou religiosa em seu meio.*⁹

⁷ TRINDADE, Héglio. Integralismo. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2001.

⁸ TRINDADE. Integralismo, p. 2813.

⁹ BORBA, Bonifacio Antonio. *Escotismo e internacionalismo: explicacao necessaria*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1937. p. 5.

O general Newton Cavalcanti ocupou, em fins de 1935, a posição de presidente da Comissão Reorganizadora do Escotismo Nacional, encarregada de reformular a UEB, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Movimento Escoteiro brasileiro. No início de 1936, Cavalcanti apresentou a UEB seu *Plano Geral de Ação*.

Militante do escotismo e simpatizante integralista, o general foi entrevistado pelo chefe integralista, Plínio Salgado, a quem esclareceu questões relacionadas ao Movimento Escoteiro. A entrevista foi publicada em janeiro de 1935, nas páginas do jornal *A Ofensiva*. Questionado se o fato de o escotismo ser uma *organização internacional* não prejudicaria o *espírito nacionalista da mocidade*, o general respondeu:

O escotismo é mais uma organização universal do que propriamente internacional. O facto de ter sido ele fundado por um oficial inglês um estrangeiro para nós, não implica num atentado ao nosso nacionalismo, porquanto Baden-Powell, é o primeiro a pregar até o proprio regionalismo. O internacionalismo escoteiro se prende ao intercambio intelectual da mocidade, na sua aproximação fraternal traduzida numa superior concepção de patriotismo. Tal prejuízo até hoje não se verificou, nem se poderá verificar, pois o primeiro objectivo da educação escoteira é incutir no espirito da criança um profundo amor sincero respeito para com a pátria, seu simbolos e suas tradições.¹⁰

Essa entrevista foi promovida pelo presidente da UEB à época, Bonifácio Borba. Segundo ele, tinha o objetivo de *reunir os plinianos, movimento educacional da juventude integralista, baseado no sistema escoteiro e escoteiros sob a direcção da UEB*. Como veremos adiante, no desenrolar do processo a diretoria da UEB *voltou atrás* e se recusou a aceitar os plinianos em seus quadros.

¹⁰ *A Ofensiva*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1935. Citado por: BORBA, Bonifacio Antonio. *Escotismo e internacionalismo: explicacao necessaria*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1937. p. 5. As citações que se seguem são deste documento.

No início de 1936, ao terminar os trabalhos na Comissão Reorganizadora do Escotismo Nacional, o General Newton Cavalcanti apresentou a proposta de incorporação dos plinianos à UEB. Tal proposta não foi aceita pelo restante dos dirigentes da UEB componentes da Comissão. O presidente da UEB justificou:

Os plinianos praticando os métodos escoteiros são criados e educados dentro do Movimento e da política integralista, e o Movimento do Sigma quer criar os rapazes dentro da mística integralista, logo cogita de uma política, encaminha seus adeptos neste sentido, doutrina oposta á nossa. Impossível conciliar os pontos doutrinários, o que não exclui a possibilidade de serem mantidas as melhores relações de fraternidade.

Após a negativa da UEB em incorporar em seus quadros os plinianos, o general Newton Cavalcanti cortou relações com a UEB e passou a atacar a entidade, acusando-a de internacionalista. Em vários artigos publicados nos jornais *A Ofensiva* e *Jornal do Brasil*¹¹, durante o ano de 1936, o presidente da UEB, Bonifácio Borba, defende o escotismo, demonstrando que o Movimento não era internacionalista. O fato de estar vinculado a uma coordenação mundial não impedia a formação nacionalista e patriótica infanto-juvenil, argumentava. Nestes artigos, Borba também fala da impossibilidade de incorporação dos plinianos a UEB.

Em relato escrito na década de 1950, Borba afirma que o general estava imbuído de um *nacionalismo xenófobo* e que após os desentendimentos *tivemos as nossas relações de amizade interrompidas a ele, tendo sido transferido para Recife, lá organizou, com grande prestígio de que dispunha, uma espécie de Escotismo Agrário.*¹²

¹¹ Estes artigos estão reunidos no citado livreto: *Escotismo e internacionalismo: explicacao necessaria*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1937.

¹² BORBA, Bonifácio Antônio. *Contribuição para a história da União dos Escoteiros do Brasil, período 1930-1940*. In: Memória Escoteira. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, ano II, n. 9. 1998.

Os pressupostos do *Escotismo Agrário*, criado pelo general Newton Cavalcanti, foram registrados na obra do também militar e chefe escoteiro Rubens de Lima, intitulada: *As legioes novas do Brasil: livro sobre o que foi, o que é, e o que será, a Campanha General Newton Cavalcanti, ou escotismo brasileiro, como patriótica e benemerita collaboracao no engrandecimento cultural, social e economico do pais*, publicado em 1937, em Recife¹³.

Esse episódio demonstra a atração exercida pelo escotismo sobre os grupos nacionalistas conservadores brasileiros e o sucesso alcançado pelo Movimento no período entre-guerras.

Militares

A simpatia entre os militares pelo escotismo no Brasil expressa-se de formas diversas durante as décadas de 1920 a 1940. O Movimento propiciava uma formação moral embasada no princípio de ordem e, portanto, caminhava ao encontro do *espírito*

¹³ A obra traz detalhes sobre o projeto do general Newton Cavalcanti de criação de um Movimento Escoteiro desvirtuado e xenófobo, anticomunista e antisemita. A título de exemplo, citamos uma passagem do livro onde se percebe o radicalismo ideológico da proposta de escotismo do general: *Somente fugindo aos idealismos phantasias de sonhadores de utopias irrealizaveis, é que poderemos pisar o terreno solido das realidades objectivas dos interesses nacionaes; somente por uma arremetida heroica, pratica e necessaria sobre o taboleiro que condensa os proprios pontos vitaes do Brasil, é que poderemos salvá-lo, arrancando-o desse tumultuar confuso em que se vem arrastando, - alheio dos seus proprios destinos, - sob a manopla frívola e criminosa de politicos deshonestos, facciosos, decadentes e de uma meia duzia de brasileiros judaizados pelo ouro estrangeiro, ambiciosos, aventureiros, insensatos, causa e effeito de todas as miserias e incertezas que envolvem e flagellam presentemente a nossa desventurada nacionalidade. Si a morphéa asiatica do communismo internacional erige o trapo rubro e execrando dos instinctos bestiaes do homem em programma de renovação social, o Escotismo Brasileiro desfralda, bem ao contrario, o proprio lábaro immaculado da Patria, sob o qual se abriga, como linha de resistencia invencivel e de hostilidade franca áquella campanha de profanação do caracter e das mais puras e immortaes conquistas dos seculos ja vividos. Si o communismo iconoclasta e leigo é uma revolução no sentido paradoxal da degradação da divina personalidade humana, o senhor general Newton Cavalcanti defende, diffunde e préga, tambem, pelo Escotismo Brasileiro, uma verdadeira Revolução, porém, constructora e educacional da nossa juventude como um meio seguro de immunizal-a contra as investidas cada vez mais violentas da ideologia vermelha, contraria á formação politico-social do Brasil. LIMA. *As legioes novas do Brasil: livro sobre o que foi, o que é, e o que será, a Campanha General Newton Cavalcanti, ou escotismo brasileiro, como patriótica e benemerita collaboracao no engrandecimento cultural, social e economico do pais*, p. 8.*

militar. Além disso a prática de exercícios físicos estava estreitamente vinculada, naquele momento, à garantia da *defesa nacional*.¹⁴ A grande participação de militares como chefes e dirigentes escoteiros revela, por si só, o interesse pela doutrina badeniana.¹⁵

É a partir da década de 1930 que percebemos o crescimento do interesse das Forças Armadas pelo escotismo. A preocupação com a formação pré-militar da infância e juventude aumentou com a radicalização do discurso nacionalista xenófobo e com a iminência da Segunda Guerra Mundial. Segundo Horta, depois de 1935 a educação deixa de ser *problema nacional* e se torna *problema de segurança nacional*, isto explica o aumento do interesse de certos setores militares pelo sistema educativo.¹⁶

Antes de tudo, faz-se necessário tecer uma rápida análise sobre o treinamento militarista no âmbito do Movimento Escoteiro. Baden-Powell, em seus manuais, obras sobre a doutrina escoteira e autobiografias, negou que o Movimento Escoteiro tivesse o objetivo de formação pré-militar ou militar. Apesar disto, sempre existiu um polêmico debate sobre o caráter paramilitar do Movimento. Rosenthal afirma:

Desde o começo o escotismo sempre se definiu firmemente antimilitarista. As páginas iniciais do “Escotismo para rapazes” diferenciam escoteiros de guerra e escoteiros de paz, enfatizando o ponto que o movimento Escoteiro é totalmente dedicado para

¹⁴ A respeito do interesse dos militares pela prática de exercícios físicos, Castro demonstra que a introdução da educação física no Brasil foi uma iniciativa do Exército. A prática sistemática da educação física nas escolas civis e militares, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, deu-se graças à atuação dos militares. A educação física naquele momento era percebida como uma atividade militar. Ver CASTRO, Celso. In *corpore sano*, os militares e a introdução da educação física no Brasil *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997.

¹⁵ A lista de militares atuantes no escotismo é longa. Além de Newton Cavalcanti, podemos citar os nomes do major Bonifácio Antônio Borba, general Meira de Vasconcelos e general Heitor Augusto Borges, que ocuparam a presidência da União dos Escoteiros do Brasil nas décadas de 1930 e 1940. A título de exemplo, listamos também o almirante Benjamin Sodré, o major-Aviador Godofredo Vidal e o capitão Hugo Bethlem, fervorosos militantes escoteiros.

¹⁶ HORTA. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, p. 02.

*treinamento destes últimos uma posição da qual nenhuma declaração pública ou documento regulamentador jamais deixou dúvida. Ao mesmo tempo, a maior acusação trazida contra o Escotismo desde o seu começo foi precisamente que ele serviu como um tipo de organização paramilitar, empenhado em preparar a juventude britânica para lutar habilmente em defesa do império. As acusações sobre a pauta secreta do Escotismo têm sido tão calorosas quanto os protestos de inocência dos porta-vozes oficiais do Escotismo, cada lado repudiando ardentemente as afirmações do outro.*¹⁷ (tradução nossa)

Rosenthal faz um estudo longo sobre as características do Movimento Escoteiro e conclui ironicamente: *A única coisa que seria admitida tanto por admiradores e depreciadores do movimento escoteiro é que quando a guerra chegou, Baden-Powell juntamente com seus Escoteiros da paz estavam prontos para ela*¹⁸ (tradução nossa). O autor se refere ao fato de os escoteiros ingleses terem assumido posições militares de defesa do território inglês durante a Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, assim como na Inglaterra, existiu um grande debate acerca dos objetivos paramilitares do escotismo. Havia aqueles que defendiam que o Movimento deveria fornecer treinamento pré-militar, enquanto outros eram contra qualquer tipo de formação marcial. De forma geral, o Movimento no Brasil apresentou características bastante evidentes de formação pré-militar. A nomenclatura utilizada (tropa escoteira, batalhão escoteiro, patrulha), algumas atividades desenvolvidas (marchas e evoluções

¹⁷ ROSENTHAL. *The Character Factory: Baden-Powell's Boy Scouts and the imperatives of empire*, p. 191. *From its very beginning Scouting always defined itself as staunchly antimilitaristic. The opening pages of Scouting for Boys distinguish between war scouts and peace scouts, emphatically making the point that the Scout movement is devoted entirely to training the latter, a position from which no public Scout statement or policy document ever wavered. At the same time, the major charge brought against Scouting from its very beginning was precisely that it did serve as a kind of paramilitary organization, bent on preparing Britain's youth to fight ably in defense of the empire. Accusations of Scouting's secret agenda have been as impassioned as the protestations of innocence from official Scout spokesmen, with each side earnestly repudiating the claims of the other*

¹⁸ ROSENTHAL. *The Character Factory: Baden-Powell's Boy Scouts and the imperatives of empire*, p. 229. *The one thing that would have to be admitted by both admirers and detractors of the scouting movement was that when war came, both Baden-Powell and his peace Scouts were ready for it.*

durante cerimônias cívicas e acampamentos) e o uniforme denunciavam aspectos militares. Além disso, o ideal de formação valorizava a hierarquia, a disciplina, a ordem e uma rígida moral, características das instituições militares.

No campo das discussões sobre as finalidades do Movimento, encontramos numerosos documentos sobre os embates entre aqueles que defendiam e os que eram contra a formação pré-militar. As teses e relatórios do *Primeiro e Segundo Congressos Escoteiros do Brasil*, ocorridos em 1922 e 1923, no Rio de Janeiro, são um bom exemplo do debate em torno do tema. Benevenuto Cellini dos Santos apresentou em 1922 a tese *Militarisação do Escotismo*,¹⁹ em que informa que acompanhou por vários anos a *transformação, rápida aliás, por que passava o escotismo, quando diretamente influenciado pelo contacto constante de militares*. Admite: *não são de todo irreconciliáveis o Escotismo e o Militarismo. De fato, relações existem entre ambos, possíveis, e, até certo ponto, úteis*. Em suas conclusões, Santos, de forma ambígua, afirma que *o escotismo nada tem que ver com o militarismo*. Propõe: *pode o escotismo tirar lições de algumas praticas militares, em tempo e ocasião oportunos e ainda, o uso de algumas lições militares não póde, de modo algum, justificar nem auctorisar o abuso, que transforma os grupos escoteiros em batalhões infantis*. A tese foi aprovada, apesar de não deixar claro se as *praticas militares* deveriam ou não ser desenvolvidas no Movimento Escoteiro.

No Congresso de 1923, foram apreciadas duas teses acerca da questão militar no escotismo. A primeira, de Cyro Ferreira, intitulada *A instrução militar e os Escoteiros do Brasil*, defendia que, *para facilitar aos dedicados instrutores brasileiros a obtenção*

¹⁹ SANTOS, Benevenuto Cellini dos. *Militarisação do escotismo*. In: THESES e Relatorios. Primeiro e Segundo Congressos Escoteiros do Brazil, 1922 e 1923. Rio de Janeiro: Typographia do Pharol, 1923. pp. 205-215.

da “*caderneta de reservista*” deveria ser criada uma “*escola de soldados*” dentro da Associação dos Escoteiros Catholicos do Brasil. A instituição permitiria aos *instrutores*, e *escoteiros maiores de 16 anos terem a instrução militar*, assim como ocorria em escolas civis com Batalhões Escolares. Os participantes adquiririam, assim, a dispensa de alistamento como voluntários ou via sorteio. Os relatores não aprovaram a tese por acreditarem que o escotismo ainda era incompreendido no Brasil: *Achamos conveniente guardar para época oportuna a patriótica proposta*. Os relatores argumentam:

*O escoteiro não é soldado, mas será, si for necessario, um bom soldado. Infelizmente, tal ainda não foi compreendido pelos nossos patricios, e verificamos com desvanecimento que, ao passar uma tropa escoteira pelas ruas da cidade, ouvimos phrases como esta: “Soldadinhos de cabo de vassoura”, etc. Isto nos dá tristeza, mas não nos faz esmorecer.*²⁰

A segunda tese, de Juracey Aguiar, intitulada *A instrução militar no Escoteirismo*, é categórica ao propor a regulamentação das apresentações dos escoteiros em público mediante a padronização *das vozes de comando, das posições, das formações, das marchas*. A padronização seria realizada através do modelo *tirado da instrução militar da infantaria do nosso glorioso Exercito*. Aguiar defende a proposta argumentando que a

*...instrução militar no escoteirismo não vem modificar a nossa tropa em seus ensinamentos[...], uma vez que não seja ministrada demasiadamente, e, sim dar uma feição mais bonita para as vistas do nosso povo, que está habituado a ver o garbo e uniformidade dos militares*²¹.

²⁰ FERREIRA, Cyro Nunes. A instrução militar e os Escoteiros do Brasil. In: THESES e Relatorios. Primeiro e Segundo Congressos Escoteiros do Brazil, 1922 e 1923. Rio de Janeiro: Typographia do Pharol, 1923. pp. 125-129.

²¹ AGUIAR, Juracey P. de. A instrução militar no Escoteirismo. In: THESES e Relatorios. Primeiro e Segundo Congressos Escoteiros do Brazil, 1922 e 1923. Rio de Janeiro: Typographia do Pharol, 1923. pp. 131-141.

A proposta foi aprovada pelos relatores, que consideraram a importância de os escoteiros apresentarem-se em público com cadência e ordem, conhecendo as vozes de comando: *O que é Escotismo buscamos na fonte de Baden-Powell, segundo o seu exemplo; logo, o que é Militarismo devemos procurar no nosso Exército, e seguir-lhe também o exemplo.*

A proposição de três teses relacionadas à militarização do escotismo, num total de vinte quatro apresentadas durante o *Primeiro e Segundo Congressos Escoteiros do Brasil*, é significativa e demonstra a efervescência da discussão acerca do tema. As teses e relatórios revelam também a ambigüidade sobre a questão. As discussões não deixam claro qual é a postura dos dirigentes escoteiros acerca do desenvolvimento da educação militar no Movimento. O que não se pode negar é o fato de que o cotidiano dos escoteiros era marcado por exercícios e formas de agir e pensar tipicamente da caserna. Assim como na Inglaterra, no Brasil as finalidades militares do escotismo não foram admitidas claramente pelos militantes. Apenas discretamente assumia-se a função de preparação marcial. Farta documentação do período denuncia as preocupações dos dirigentes em combater a visão popular que enxergava os escoteiros como *soldadinhos de cabo de vassoura*.

As possibilidades de formação cívica no escotismo atraíam os setores militares, como já dito. A estrutura dirigente do Movimento revela uma divisão própria das Forças Armadas. Existiram diversas associações, federações e confederações escoteiras, que se caracterizavam por congregar grupos escoteiros de municípios, de estados ou, ainda, de religiões diferentes. Durante a década de 1920 e 1930, as maiores entidades do escotismo nacional foram as Federações Brasileiras de Escoteiros de Terra e de Mar. O

escotismo de ar se popularizou no final da década de 1930, quando então foi criada a Federação Brasileira de Escoteiros do Ar. Assim como o Exército, a Marinha e a Aeronáutica têm suas atividades voltadas para o treinamento de combate específico em terra, água e ar. No Movimento Escoteiro, os grupos eram especializados.

Documentos diversos apontam as estreitas relações entre as Forças Armadas e escotismo. O relatório de ações da Aeronáutica brasileira no período entre 1930 e 1945, publicado na obra *Estado Novo, um Auto-retrato*, aponta a atuação da Aeronáutica na criação da Federação Brasileira de Escoteiros do Ar em 1939:

Para consolidar esta obra imensa [exposta no relatório], era preciso interessar diretamente a juventude. Com esse fito fundou-se a Federação Brasileira de Escoteiros do Ar, agrupando núcleos dispersos e orientando esforços. Essa inteligente iniciativa muito breve consolidará de vez a inata tendência do povo brasileiro para sua predestinação histórica e transformará o Brasil num povo de aviadores hábeis e decididos que lhe darão grande predominância, na era da aviação em que começamos a viver.²²

Além das Forças Armadas, as Forças Policiais Militares também mantiveram relações estreitas com o escotismo no período em estudo. Em Minas Gerais,²³ o Departamento de Instrução da Força Pública do Estado iniciou um Curso de Formação de Chefes Escoteiros em, 1936, segundo Assis (1989), com a contratação de Floriano de Paula, militante escoteiro civil, para ministrar as aulas. Por intermédio do jornal *Estado*

²² SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília, CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

²³ Em Minas Gerais, assim como em todo território nacional, a prática escoteira ligada a instituições militares foi uma constante. A inserção dos escoteiros nas instituições se fazia de formas diversas. Um exemplo é a participação em cerimônias internas das corporações militares. Dentre as inúmeras solenidades em que estiveram presentes, citamos a participação dos escoteiros ligados ao 5º Batalhão durante as solenidades de inauguração das obras de melhoria daquele estabelecimento e ainda nas homenagens ao comandante do 1º batalhão, eventos ocorridos em Belo Horizonte no ano de 1940. Fontes: Inaugurado os melhoramentos no quartel do Quinto Batalhão. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 de mar. 1940; Festa escoteira no 1º BCM. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 de out. 1940.

de Minas, pudemos acompanhar o funcionamento deste curso que era aberto a militares da força policial e civis. Em dezembro de 1938, a Escola de Chefes encontrava-se em pleno funcionamento.²⁴ Em novembro de 1940, o jornal noticiava o início da III turma do Curso Intensivo, destinado a militares da *Força Policial da Capital e interior*.²⁵ Em 1941, o jornal divulga a *entrega dos certificados aos novos chefes escoteiros* e informa que durante a solenidade estiveram presentes o capitão Hugo Bethlem, da Federação dos Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, e David de Barros, secretário geral da UEB, além de diversas autoridades.²⁶

O último registro sobre o funcionamento do curso no período temporal de nosso interesse foi em 1944, ano em que o Curso de Chefes estava *de acordo com o regulamento da escola de chefes da UEB*, tendo sido ministrado sob a direção do capitão Manuel José de Almeida e do tenente Sebastião Duarte de Almeida, vice-presidente e comissário técnico da Federação Mineira de Escoteiros, respectivamente.²⁷

Em nossas pesquisas, encontramos, portanto, comprovação da realização do curso durante, pelo menos, nove anos. Isto demonstra que a política de formação de chefes escoteiros ligados à Força Pública Mineira foi duradoura e consistente. A presença de chefes escoteiros de outros estados durante a solenidade de entrega de diplomas e a preocupação em seguir o regulamento da *Escola de Chefes da UEB* lança a hipótese de que os escoteiros policiais mineiros tinham alguma preocupação em manter a legitimidade do curso aqui ministrado e de subordinar-se à entidade coordenadora central.

²⁴ Escola de Chefes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 de dez. 1938.

²⁵ A preparação de chefes escoteiros. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 de nov. 1940.

²⁶ IV Curso de Chefes Escoteiros. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 de dez. 1941.

²⁷ Federação Mineira de Escoteiros. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 de jan. 1944.

Durante os anos de 1936 a 1942, período em que se implementou o Curso de Formação de Chefes Escoteiros da Força Pública mineira, quem esteve na chefia de polícia do Estado foi o militar Ernesto Dorneles, primo de Getúlio Vargas e cunhado de Benedito Valadares, governador do Estado. Dorneles, aliado de Vargas, ocupou o cargo de chefe de polícia, estrategicamente, com o intuito de manter o controle federal sobre a Força Pública mineira, já que o Exército duvidava da lealdade dos oficiais da polícia (ERNESTO DORNELES, 2001). Em novembro de 1942, o então major Ernesto Dorneles foi transferido para o gabinete do ministro da Guerra, Eurico Dutra.²⁸ O jornal *Estado de Minas* informou: *Em sinal de reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados pelo Major Ernesto Dornelles ao Escotismo nacional, a Federação Mineira de Escoteiros resolveu conferir-lhe o diploma de presidente de honra.*²⁹ O apoio dado ao escotismo enquanto chefe da Força Pública revela a simpatia de mais um importante militar brasileiro pelo Movimento criado por Baden-Powell.

Um fato curioso permite-nos perceber o grau de ligação entre o escotismo e a preparação bélica: durante os conflitos pela disputa do poder entre a Aliança Liberal e os legalistas, em outubro de 1930, o garoto Beбето, de 14 anos, inscreveu-se no Batalhão João Pessoa, milícia formada durante os combates em Belo Horizonte. O comandante do Batalhão não permitiu a participação do garoto porque, segundo ele, *só conta 14 anos e nem escoteiro é.*³⁰ A ressalva do comandante dá a entender que os

²⁸ ERNESTO DORNELES. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, p. 1904.

²⁹ Escotismo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 01 de nov. 1942.

³⁰ O heroísmo de uma criança. *Estado de Minas*, 19 de out. 1930.

escoteiros teriam alguma preparação que os capacitaria a aturar num combate armado.³¹

A proximidade entre o escotismo e os valores militares é explícita, ainda que nem sempre fosse tratada abertamente ou assumida. Yara Gabriel (2003) concorda conosco ao afirmar: *sem dúvida, as questões de formação para guerra fizeram parte e ainda povoam o imaginário dos sujeitos que se defrontam com a estética marcial dos membros escoteiros.*³²

O Projeto Estadonovista: Juventude Brasileira & Escotismo

Oficialmente, a primeira aproximação entre o Estado Federal e o escotismo na década de 1930 ocorreu no ano de 1936. Documento elaborado pelo presidente da UEB, o capitão-médico do Exército Bonifácio Antônio Borba, relata o interesse do ministro Gustavo Capanema pelo escotismo. Borba afirma que o ele *estava entusiasmado pelo escotismo, tanto que compareceu a duas reuniões [da UEB] no Instituto de Música e outra na Quinta da Boa Vista.*³³ Esta aproximação de Capanema foi informal (ver imagem 06, página 139).

Ainda em 1936, a simpatia do Estado ao escotismo revela-se com a publicação da Lei 342,³⁴ de 12 de dezembro, decretada pelo Legislativo e sancionada pelo presidente

³¹ Os escoteiros mineiros participaram dos combates da Revolução de 1930, prestando assistência às famílias dos combatentes. Após a vitória da Aliança Liberal, os escoteiros participaram do desfile da Guarda Cívica Gymnasio Mineiro, juntamente com 500 legionários, em homenagem ao presidente Olegário Maciel (A homenagem presidida pela Guarda Cívica Gymnasio Mineiro ao presidente do Estado, *Estado de Minas*, 28 de out. de 1930) e promoveram uma grande festa no dia 1 de novembro em comemoração a vitória mineira (O carbetto hontem, no Quartel da Columna Tiradentes, *Estado de Minas*, 2 de nov. 1930).

³² GABRIEL. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*, p. 84.

³³ BORBA, Bonifácio Antônio. *Contribuição para a história da União dos Escoteiros do Brasil, período 1930-1940*. In: *Memória Escoteira*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, ano II, n. 9. 1998.

³⁴ BRASIL. Lei nº 342, de 12 de dezembro de 1936. Institui o escotismo nas escolas primárias e secundárias do país.

da República, que instituiu o escotismo nas escolas primárias e secundárias brasileiras:

Art. 1º A theoria e a pratica do escotismo constituirão materia dos programmas de ensino nas escolas primarias, secundarias, profissionaes e normaes do paiz, em conformidade com o competente regulamento, que o Poder Executivo deverá expedir, opportunamente, pelo Ministerio da Educação e Saude Publica.

Paragraho unico. O regulamento fixará a orientação e extensão dos respectivos programmas, a fim de que o escotismo alcance a alta finalidade de aprimorar o desenvolvimento physico e moral das futuras gerações brasileiras, para a intransigente defesa da Patria e pureza do regime democratico.

Art. 2º O Poder Executivo poderá contractar instructores escoteiros e celebrar entendimentos, que julgar necessarios, com a União dos Escoteiros do Brasil, para a execução do ensino do escotismo nos estabelecimentos onde devem ser creados os "grupos de escoteiros", na fórmula prescripta pelo respectivo regulamento.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data da publicação do regulamento a que ella se refere.

Neste momento, consolidou-se nacionalmente a vinculação do escotismo ao sistema de ensino brasileiro. Se durante a década de 1920 a doutrina badeniana esteve presente em diversos sistemas públicos educacionais estaduais, em 1936 a norma passa a ser nacional, e o escotismo deveria constar em todos os níveis de ensino, tanto em escolas públicas quanto privadas. Efetivamente, a Lei não foi regulamentada. Entretanto, ainda sim, revela a existência de grupos interessados pelo Movimento e o status alcançado pelo escotismo na sociedade brasileira. Em 1937, no âmbito do ensino primário, existiam 347 escolas que mantinham grupos escoteiros no Brasil, mais da metade delas no Estado de São Paulo.³⁵

³⁵ BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Estatística da Educação e Saúde. O Ensino no Brasil em 1937. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1943, p. 20. Citado por: HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 224.

A partir de 1935, ocorreu um endurecimento do discurso conservador contra o comunismo. Em 10 de novembro de 1937, dá-se o golpe que instituiu o Estado Novo, cujo foi a descoberta de um plano elaborado pelos comunistas para a tomada do poder: o Plano Cohen. O falso Plano, que teria sido arquitetado por um judeu comunista, justificou tanto a mobilização anticomunista quanto a anti-semita. No campo político, a partir da *descoberta* desse Plano, ganha espaço o discurso sobre a necessidade de um Estado forte e centralizado, capaz de proteger a Nação contra os inimigos externos e internos.

Para combater a ideologia comunista, o governo getulista decretou, em 7 de outubro de 1937, a Comissão Executora do Estado de Guerra,³⁶ também conhecida como Comissão de Superintendência do Estado de Guerra. Tinha a função de superintender nacionalmente o Estado de Guerra decretado nos primeiros dias de outubro. Para compor a comissão foram nomeados o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, o general-de-brigada Newton de Andrade Cavalcanti e o contra-almirante Dario Pais Leme de Castro. Os executores do Estado de Guerra nos estados deveriam ser os próprios governadores.³⁷

Dentre as resoluções de combate ao comunismo, e visando à reeducação dos filhos dos marxistas e das crianças em geral, a Comissão Executora do Estado de Guerra previu a criação de *campos de concentração em moldes escotistas para receber os*

³⁶ A Comissão foi criada pelo Decreto 2.020, de 7 de outubro de 1937.

³⁷ Em diversos estados, foram instituídas comissões regionais similares a federal. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, foi criada uma comissão encarregada de sugerir medidas para a eficiência do ensino cívico e o combate ao comunismo nas escolas; e outra responsável por orientar a propaganda anti-comunista. Ver: MINAS GERAIS. Decreto nº 1.007, de 22 de outubro de 1937. Nomeia uma comissão para formular sugestões no sentido de maior eficiência do ensino cívico e do combate ao comunismo em todas as escolas do Estado de Minas Gerais; MINAS GERAIS. Decreto nº 1.008, de 22 de outubro de 1937. Nomeia uma comissão para orientar a propaganda anticomunista, por meio de jornais, revistas e rádio-difusão, e fazer a censura a todas as obras de caráter didático, técnico, político, social ou simplesmente literário, que tenham por finalidade, direta ou indireta, propagar idéias comunistas.

*filhos de comunistas e comissões de ensino para combater o comunismo nas escolas.*³⁸

Motta afirma que as propostas *de inspiração fascista* da Comissão não foram de fato implementadas, ainda sim, *o fato de que tenham sido formuladas por representantes do Estado e divulgadas ao público é, por si, revelador do ‘clima político’ dominante à época.*³⁹

É significativa a proposição de criação de *campos de concentração em moldes escotistas* pela Comissão. É preciso deixar claro que na doutrina do escotismo não existe nenhuma referência a *campos de concentração*. Os encarregados de combater o comunismo acreditavam que o escotismo seria uma forma de reeducar os filhos dos comunistas, e isto demonstra a força do escotismo brasileiro naquele momento e o que ele representava, ainda que a proposta não tenha sido de fato implementada. Demonstra também como a educação escoteira era percebida como veículo capaz de formar crianças e jovens com valores opostos aos valores da esquerda política. No entendimento da Comissão, a doutrina escoteira seria eficaz no combate ao comunismo. A doutrina badeniana naquele momento serviria como um vetor da cultura política nacionalista e conservadora expressa nas propostas dos anticomunistas.

Importante notar que a Comissão Executora do Estado de Guerra era composta pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e mais dois militares, um do Exército e outro da Marinha. O escotismo, como temos visto ao longo deste trabalho, desfrutava de grande simpatia nos meios militares no período em estudo. O general

³⁸ ARAUJO. *O Estado Novo*, p. 26.

³⁹ MOTTA. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, p. 222.

Newton Cavalcanti,⁴⁰ um dos componentes da Comissão, era um ardoroso defensor do escotismo e militante da União dos Escoteiros do Brasil.

Após o episódio do Plano Cohen, o governo Vargas instituiu o Estado Novo. A Constituição de 1937 é fruto do *clima político* naquele momento. Na Carta Magna, Francisco Campos, seu mentor, previu um novo tipo de educação em que o liberalismo cederia lugar para um regime autoritário. Ele propunha um lugar de destaque para a pedagogia, que deveria ter como meta primordial a juventude

Ao elaborar a Constituição de 1937, Campos incluiu no capítulo relacionado à educação, a criação, pelo Estado, de instituições destinadas a *promover a disciplina moral e o adestramento físico (da juventude), de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a Defesa da Nação.*⁴¹

Em 1938, o próprio Campos, no cargo de ministro da Justiça, enviou a Getúlio Vargas proposta para a criação de uma Organização Nacional de Juventude (ONJ), como previsto na Constituição, segundo a qual a organização teria uma ampla estrutura. Além da educação cívico-patriótica, se encarregaria também da educação pré-militar de crianças e jovens. As instituições de educação física ou moral da mocidade, tais como os grupos escoteiros, deveriam se filiar, obrigatoriamente, à ONJ. O projeto previa ainda que o ministro da Justiça, o próprio Francisco Campos, seria o dirigente da ONJ. Por ser um amplo projeto de arregimentação miliciana da infância e da juventude e por não

⁴⁰ Durante a primeira gestão de Vargas, Newton Cavalcanti ocupou altos postos militares, tendo sido também designado interventor federal durante espaços curtos de tempo em Mato Grosso e no Rio de Janeiro. Anticomunista convicto, era simpatizante da Ação Integralista Brasileira e ligado a ala conhecida como *burguesa*. Foi o responsável pela divulgação do suposto documento que evidenciava o plano comunista de tomada do poder em 1937, o plano Cohen. Cf. NEWTON CAVALCANTI. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

⁴¹ HORTA. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, p. 201.

incluir a participação dos ministérios da Educação e Saúde e da Guerra, a proposta de Campos era polêmica.⁴²

Após idas e vindas entre os ministérios da Justiça, da Guerra e da Educação e Saúde, o projeto de criação da ONJ foi finalmente aprovado, em 1940. A demora em sua tramitação está relacionada às diferentes visões acerca do papel da juventude. Enquanto Francisco Campos propunha uma organização de características fascistas, Capanema defendia uma entidade menos militarizada e de cunho cívico-patriótico. O Ministério da Guerra propunha o escotismo como modelo a ser seguido pela ONJ.

Após analisar o projeto de criação da ONJ, o ministro da Guerra Eurico Dutra encaminhou projeto de decreto-lei substitutivo, em dezembro de 1938, elaborado pelo General José Meira de Vasconcelos. A proposta contava com o parecer favorável do Estado-Maior do Exército. Na carta de encaminhamento do documento ao presidente, o ministro da Guerra explicou que a Juventude Brasileira, denominação dada à ONJ, *será uma instituição nacional e permanente, cujo objetivo essencial é a formação e a orientação cívica da mocidade, nos moldes da educação extra-escolar de Baden-Powell, escoteirismo.*⁴³ O encaminhamento deste projeto deixa claro a vontade dos militares em oficializar o escotismo.

O autor do projeto, Meira de Vasconcelos, justificou sua proposta em correspondência enviada ao ministro da Guerra:

⁴² Sobre o longo debate no âmbito dos ministérios da Justiça, da Educação e Saúde e da Guerra que antecedeu a criação da Organização Nacional da Juventude, ver: HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. & SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

⁴³ Arquivo do Exército. Minutas de correspondência do Ministro da Guerra. Dezembro de 1938. Citado por SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 148.

*a doutrina escoteira firmada nos mais puros princípios sociais, nada de rigidez militar contém, nas práticas perfeitas com as quais rege, cria e aperfeiçoa o complexo psicológico da mocidade, dando-lhe desde cedo todos os elementos para sozinha vencer na vida.*⁴⁴

Ainda segundo o militar, a Juventude Brasileira poderia formar *melhores cidadãos para serem perfeitos soldados*. A visão militar expressa aqui é de que a Juventude Brasileira, por intermédio do escotismo, ainda que não fornecesse formação pré-militar, prepararia o cidadão, que posteriormente se tornaria um *perfeito soldado*.

O clima de entusiasmo entre os militares escoteiros deve ter aumentado após o discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas durante a abertura do Ajuri Interestadual Escoteiro ocorrido na Quinta da Boa Vista em 18 de junho de 1939. O discurso foi publicado em vários periódicos escoteiros:

Conheço os milagres operados pelo escotismo em outros países, formando-lhes gerações admiravelmente preparadas para todas as eventualidades, quer as da vida civil, quer as da vida militar, e espero que o vosso exemplo se espalhe e frutifique, dando ao Brasil inteiro a segurança de que os moços de hoje saberão transmitir, integra e honrada, às gerações futuras a grande Pátria construída pelos seus maiores. [...]

Entre vós prepondera o culto da nacionalidade e dos seus heróis; obedecéis invariavelmente aos ditames da honra, e nas vossas excursões em grupos arregimentados, aprendeis a obedecer e a mandar, adquirir o destemor e a fortaleza de animo, aperfeiçoando os sentimentos de solidariedade humana.

De homens dessa têmpera é que precisam as nações em formação, como a nossa, que tudo esperam do espírito de ordem e disciplina, da iniciativa e devotamento dos seus filhos.[...]

Em breve, toda a juventude brasileira será chamada a incorporar-se numa poderosa organização nacional, que se erguerá, como uma flama abraçada pelo patriotismo, para realizar um grande ideal. A vossa experiência e treinamento constituirão valiosa e decisiva contribuição para pôr em marcha, vitoriosamente, esse empolgante

⁴⁴ VASCONCELOS, José Meira. Carta ao Ministro Eurico Dutra. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1938, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, GC g 1938.08.09 (I-2). Citado por HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 227.

*movimento cívico. Podereis, assim, mostrar que o Brasil está sempre presente na vossa existência de escoteiros; que ao seu serviço destinais o vigor dos músculos, adquirido na ginástica e nas prolongadas marchas; que à sua elevação moral consagrais o aperfeiçoamento do caráter, apurando os ensinamentos dos mestres e a vontade de ser útil; o conhecimento do seu território, através das constantes entradas pelos sertões; a clareza de inteligência e compreensão, aprendida na vida simples, voltada ao trabalho.*⁴⁵

O pronunciamento, extremamente elogioso ao Movimento, garantia que os escoteiros seriam chamados para se incorporar a uma *poderosa organização nacional* que seria criada e que a experiência e o treinamento dos escoteiros *constituirão valiosa e decisiva contribuição*. Quando fez o pronunciamento perante os escoteiros, em junho de 1939, Vargas já havia recebido o projeto do ministro da Guerra, que propunha o escotismo como modelo para a organização da JB, encaminhado em dezembro de 1938. Certamente, o presidente tinha em mente a idéia de aproveitar de alguma forma a experiência da UEB. Isso fica claro em seu discurso. Apesar das palavras de Vargas, o processo de vinculação do Movimento Escoteiro ao Estado foi demorado e com alguns reveses.

Depois de apresentado o projeto do Ministério da Guerra, o Ministério da Educação e Saúde fez novas proposições, em que não aparece nenhuma referência direta ao escotismo. Uma versão elaborada em janeiro de 1939 pelo MES proibia o funcionamento de qualquer instituição destinada à educação da infância e juventude que não tenha se incorporado à JB. Já em junho de 1939, Capanema enviou o projeto ao presidente com poucas modificações substanciais em relação ao projeto datado de janeiro, dentre elas a não obrigatoriedade de incorporação de todas as instituições destinadas a ministrar educação moral, cívica e física à infância e à juventude. Segundo

⁴⁵ ESCOTEIRO DO MAR. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, nº XIX, julho e agosto de 1939, ano IV.

Horta, esta mudança de orientação deve ter sido *para evitar reações desfavoráveis, sobretudo da parte da Igreja Católica e dos Chefes Escoteiros*.⁴⁶

O ministro da Educação não aceitou, portanto, a sugestão dos militares de prática do escotismo na JB e, ao mesmo tempo, evitou a obrigatoriedade de vinculação da UEB ao órgão. Em março de 1940, foi finalmente publicado o Decreto-Lei 2.072 de criação da Juventude Brasileira.⁴⁷ Ainda que não se referisse diretamente ao escotismo, o tipo de educação cívica, moral e física prevista na Lei era muito próximo do que se praticava no Movimento Escoteiro. O artigo 13 deixa isso claro:

A Juventude Brasileira buscará atingir as suas finalidades especialmente por processos de educação ativa, realizando formaturas solenidades demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões, viagens e divertimentos.

⁴⁶ HORTA. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, p. 235.

⁴⁷ As características gerais da JB, previstas no decreto de criação estão colocadas a seguir. Destinava-se a *promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar (07 aos 18 anos)*. Seu objetivo era de *contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria*. A educação cívica objetivava a *formação da consciência patriótica* e ainda, *formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar e o conhecimento elementar dos assuntos militares*. A educação moral tinha como objetivo a *elevação espiritual da personalidade, para o que buscará incutir nas crianças e nos jovens a confiança no próprio esforço, o hábito da disciplina, o gosto da iniciativa, a perseverança no trabalho, e a mais alta dignidade em todas as ações e circunstâncias*. Por último, a *educação física [...], por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia*. A Juventude Brasileira, *colocada sob a alta vigilância do Presidente da República, seria base e complemento da educação ministrada pela escola e prolongamento da educação ministrada pela família*. A sede da JB seriam os *Centros Cívicos escolares ou extra-escolares*. A *Juventude Brasileira buscará atingir as suas finalidades especialmente por processos de educação ativa, realizando formaturas solenidades demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões, viagens e divertimentos*. *As atividades destinadas a dar às crianças e aos jovens os conhecimentos elementares dos assuntos relativos á defesa nacional serão terrestres ou marítimas, segundo as condições de meio em que vivam e na conformidade da inclinação de cada um*. A administração da JB seria feita por um Conselho Supremo, que *será presidido pelo Presidente da República e constituído pelos Ministros da Educação, da Guerra e da Marinha*. Ao MES caberia superintender, em todo o país, por meio de suas competentes repartições, a administração da Juventude Brasileira. O Ministério da Guerra e o Ministério da Marinha, ficaram encarregados de dar os esclarecimentos relacionados a defesa nacional e ainda de designar, *conforme parecer do Conselho Supremo, os oficiais que devam cooperar na administração da Juventude Brasileira*. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases e, para ministrá-la, organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

Parágrafo único - As atividades destinadas a dar às crianças e aos jovens os conhecimentos elementares dos assuntos relativos á defesa nacional serão terrestres ou marítimas, segundo as condições de meio em que vivam e na conformidade da inclinação de cada um.

O escotismo, fruto da *educação ativa*, era naquele momento praticado em duas modalidades básicas: o escotismo do mar e o escotismo da terra. Capanema, ao que tudo indica, foi influenciado por aquele antigo projeto enviado pelo Ministério da Guerra, mas evitou vincular diretamente o escotismo à JB. Neste sentido, ainda que os militares fizessem parte da administração da nova organização, esvaziava-se a sua influência sobre ela. Não são feitas referências explícitas sobre educação pré-militar na JB, até porque este tipo de formação já estava garantido com a criação das Escolas de Instrução Pré-militar (EIPM), anexas às escolas de ensino primário e secundário, realizada em novembro de 1939 por Decreto-Lei.⁴⁸ A influência dos militares na educação de crianças e jovens seria garantida pelas EIPM, e não pela JB.

Até aqui, podemos perceber que os planos dos militares de oficializar a prática do escotismo por intermédio da Juventude Brasileira foram frustrados. Decorridos cinco dias após a criação oficial da JB, dirigentes da UEB enviaram carta ao Ministro da Educação e Saúde voltando novamente à questão. A correspondência, pertencente ao Acervo Gustavo Capanema, da Fundação Getúlio Vargas,⁴⁹ datada de 13 de março de 1940, continha duas propostas para apreciação de Capanema.

Na primeira proposta, assinada pelo chefe Gelmirez de Melo, presidente da Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, argumentava-se que não deveria haver duas organizações paralelas com um mesmo fim (JB e UEB) e que a entidade escoteira não

⁴⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.735, de 3 de novembro de 1939. *Regula o Ensino Militar no Exército*.

⁴⁹ ARAÚJO, Filho. Carta ao Ministro Gustavo Capanema. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, GC g 1934.09.07/2, rolo 25, folha 884/885. (Microfilme). As citações que se seguem são deste documento.

deveria ser extinta, já que *tantos e tão bons serviços vem prestando a infancia, a adolescencia e a juventude do nosso paiz, mesmo sem o apoio oficial, através 26 anos de existencia laboriosa e profícua*. O dirigente escoteiro argumentava ainda que o Governo Federal poderia *aproveitar o saber, a experiencia, as realizações e a idoneidade dos Chefes e Corpos Dirigentes da U.E.B., constituídos de homens cuja desambição e patriotismo têm sido póstos á prova em mais de 20 anos de continuidade, firmêsa, dedicação e patriotismo invulgares*. Gelmirez propunha que o Governo confiasse a regulamentação do Decreto de criação da JB à UEB, ressaltando as vantagens de tal ação:

Aproveitamento inicial de 20.000 escoteiros;
Aproveitamento das bibliotécas e bibliografias escoteiras, que são de valôr incalculavel;
Aproveitamento de duas otimas revistas técnicas, uma de terra, outra de mar;
Aproveitamento de duas cantinas especializadas, com todos os problemas de uniformes, distintivos e equipamentos solucionados economicamente;
Aproveitamento do patrimonio material da U.E.B., que conta atualmente com algumas centenas de barracas, com a Ilha da Bôa Viagem, com uma Base de Construção Naval no porto de Maria Angú, e com uma flotilha de 72 navios á vela, alguns deles ja dotados de motor central;
Grande economia para os cofres publicos;
Utilisação imediata das Escolas de Chefes de Terra e do Mar existentes em todo o Pais;
Aproveitamento da experiencia própria dos melhores e a mais antigos chefes escoteiros em todo o brasil e
Lançamento da Juventude Brasileira com a ajuda dos melhores tecnicos do Paiz, no assunto em apreço.

Ao lermos tal proposição, fica evidente que o representante escoteiro considerava que os princípios da JB e do escotismo eram idênticos e que os chefes escoteiros se consideravam, devido a sua experiência, os agentes mais indicados para implementar o

funcionamento da organização estatal. Por último, a lista de *vantagens* enumeradas por Melo tenta mostrar concretamente a pertinência de sua proposição. Se aprovada esta idéia, a UEB se tornaria um órgão estatal. Já prevendo uma possível negativa do ministro em confiar à UEB a direção da JB, os escoteiros encaminharam uma *proposta alternativa*.

A segunda sugestão, assinada pelo tenente-coronel José de Araújo Filho, dizia: *caso o Governo ja tenha tomado alguma deliberação que não permita a aceitação da proposta anterior, apresentamos como alternativa a presente proposta nº 2. Segundo Araújo Filho: O Movimento Escoteiro passará a ser parte integrante da Juventude Brasileira, com as necessárias medidas acauteladôras do superior interêsse nacional, e os precisos resguardos para que possa continuar a empregar o seu metodo de escola ativa, ideado por Baden-Powell, sob a denominação de Escotismo.* Para a efetivação dessa integração, propôs-se que o Estatuto e o Regulamento Técnico da UEB ficassem subordinados à aprovação do Conselho Supremo da JB, garantindo o controle governamental sobre a entidade dirigente escoteira. Em compensação, diz o documento, o Governo garantiria à UEB a exclusiva direção do Movimento Escoteiro no Brasil. O ingresso no Movimento continuaria voluntário e os seus militantes ficariam *dispensados de fazerem parte de outras entidades semelhantes, visto que é contra-indicado fazerem parte de duas entidades pertencentes á mesma organização.* Por último, esta segunda proposta *determina a concessão de subvenções ás entidades escoteiras, como incentivo e estímulo ás suas iniciativas, de molde a facultar-lhes os necessarios meios de ação.*

Em suma, esta segunda proposta dos escoteiros demonstra o seu temor em relação aos destinos do escotismo no País. O documento solicitava que, a partir da incorporação do escotismo ao órgão estatal, os militantes escoteiros pudessem desenvolver sua prática

livremente e dispensados das atividades da JB. O Estado supervisionaria as ações do Movimento mediante o controle dos documentos de constituição da UEB. Outras preocupações referiam-se à manutenção do voluntarismo e à solicitação de verbas para subsidiar as ações da UEB.

Em 18 de maio de 1940, a questão se resolve parcialmente. Naquela data, o ministro da Educação e Saúde enviou um projeto de Decreto-Lei ao presidente para a regulamentação da segunda proposta dos dirigentes escoteiros. Na correspondência de encaminhamento, Capanema diz que a proposta está *na conformidade da solução dada ao caso por V.Exc.*⁵⁰ A proposta do ministro deu origem ao Decreto-Lei número 2.310, de 14 de junho de 1940:

O Presidente da República, tendo em mira a proposta feita ao Ministro da Educação pela União dos Escoteiros do Brasil, no sentido de ser esta instituição incorporada à Juventude Brasileira,

Decreta:

Art 1º Fica incorporada à Juventude Brasileira a União dos Escoteiros do Brasil.

Art 2º É autorizada a União dos Escoteiros do Brasil a manter a sua própria organização, nos termos dos seus estatutos, a serem aprovados por decreto do Presidente da República.

Art 3º Serão baixadas, na forma do art. 27 do decreto-lei n. 2.072, de 8 de março de 1940, as necessárias instruções para a conveniente incorporação da União dos Escoteiros do Brasil à Juventude Brasileira.

Na abertura do Decreto-Lei, fica evidente o fato de a incorporação dos escoteiros se dar-se em função da reivindicação da UEB. A publicação da norma legal foi uma forma encontrada por Vargas para não desagradar completamente a vontade dos dirigentes escoteiros ligados às Forças Armadas. Ainda que a implantação da JB não

⁵⁰ CAPANEMA, Gustavo. Carta ao Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, GC g 1934.09.07/2, rolo 25, folha 892/2. (Microfilme)

tivesse sido feita como tinham proposto os militares no primeiro projeto encaminhado ao presidente e na sugestão encaminhada ao ministro da Educação e Saúde, o Movimento Escoteiro continuou com liberdade para funcionar. Os termos da incorporação, no entanto, ficaram por ser definidos, porém nunca foram regulamentados.

No dia 7 de setembro de 1940, foi feita a *incorporação simbólica*. Getúlio Vargas revela em seu diário a participação na *grande concentração escolar, solenidade a que se denomina Hora da Pátria. Pronunciei o discurso habitual nestas festas, cantos orfeônicos, cerimônia de incorporação dos escoteiros à Juventude etc.*⁵¹ O evento ocorreu no campo do Vasco da Gama, com a presença de quase 50 mil estudantes, segundo notícia publicada num jornal.⁵² A cerimônia contou com a participação de uma orquestra regida por Villa Lobos, tendo o general Heitor Augusto Borges proferido discurso de agradecimento ao presidente da República pela assinatura do decreto de incorporação, em que afirmou que o ato do Presidente da República *foi de invulgar felicidade e consultou inteiramente os anseios do escotismo brasileiro*⁵³. O grande ritual cívico representou a vinculação do Movimento Escoteiro ao Estado, que daí por diante passou a controlar de perto as ações da UEB.

Durante a tramitação do projeto de criação da JB e após sua publicação, era grande a expectativa nos meios escoteiros. Os seguidores de Baden-Powell viam a possibilidade de difundir a prática do escotismo com o apoio oficial e efetivo do

⁵¹ VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. pp. 336.

⁵² Cincoenta mil escolares cantaram o Hymno Nacional. *Estado de Minas*, 08 de set. de 1940.

⁵³ Discurso pronunciado no dia 07 de setembro de 1940 no Estádio Vasco da Gama por ocasião da solenidade da incorporação. *Revista Ajuri*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 10, set. e out. 1940. Citado por VIEIRA, Oldegar. *Educação extra-escolar e educação militar*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1943, p. 120.

Governo Federal. Era natural que no momento de criação de uma grande organização educacional cívico-patriótica os escoteiros reivindicassem participação e se vissem como os agentes mais indicados para levar à frente o projeto.

Oldegar Vieira, ardoroso militante escoteiro, autor da volumosa obra *Educação extra-escolar e educação militar*, em que defende o escotismo como solução para a educação extra-escolar e pré-militar, dizia acreditar que a JB era uma modalidade nacional de escotismo: *desde que fizemos a primeira leitura do decreto-lei instituidor da Juventude Brasileira [...] nos pareceu que se pretendia generalizar e oficializar entre os jovens brasileiros, uma modalidade nacional do escotismo*. Noutro trecho ele afirmou: *A experiência já bem longa do escotismo no Brasil precisa ser aproveitada e aí estão os seus leaders para serem inqueridos e consultados pelos responsáveis na organização da Juventude Brasileira*. E, ainda: *Abandonar os conhecimentos que os verdadeiros escotistas adquiriram no exercício da sua admirável e desinteressada missão educativa, seria cometer um erro administrativo imperdoável*.⁵⁴

Apesar da incorporação legal da UEB à JB, os escoteiros ainda não se deram por satisfeitos. O debate escotismo/Juventude Brasileira voltaria a baila durante a I Conferência Nacional da Educação, realizada em novembro de 1941. Convocada pelo do Decreto 6.788, de 30 de janeiro de 1941,⁵⁵ tinha como objetivo tratar dos *problemas da educação escolar e extra-escolar em geral*. O Decreto informa que um dos principais assuntos seria a *organização, em todo o país, da Juventude Brasileira*.

Criou-se a Comissão de Organização da Juventude Brasileira, encarregada de discutir e votar as propostas apresentadas pelo plenário, presidida pelo general Heitor

⁵⁴ VIEIRA, Oldegar. *Educação extra-escolar e educação militar*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1943, p. 118 e 120.

⁵⁵ BRASIL. Decreto nº 6.788, de 30 de janeiro de 1941. Convoca a 1ª Conferência Nacional de Educação e a 1ª Conferência Nacional de Saúde e dá outras providências.

Borges, então presidente da UEB. Era formada por mais seis membros, representando os ministérios da Marinha, da Guerra e da Educação e Saúde, e de três estados (Alagoas, Minas Gerais e Paraná). Os membros da comissão, cuja missão era elaborar uma resolução que subsidiasse a regulamentação da JB, eram ligados ao Movimento Escoteiro. O representante da Marinha, almirante Benjamin Sodré, o Velho Lobo, era, inclusive, um dos mais apaixonados militantes da causa badeniana e autor de um guia escoteiro bastante popular no período.

Na conferência, foi apresentado um projeto de resolução, elaborado por representantes de quinze estados brasileiros⁵⁶. A sugestão era claramente pró-escotismo e defendia que *o programa e os métodos do Escotismo se ajustam integralmente aos objetivos que tem em vista o Governo Federal com a criação da Juventude Brasileira(...)*. O documento referia-se também à experiência do Movimento Escoteiro e lembrava que o próprio presidente havia afirmado que esta experiência *constitue uma valiosa e decisiva contribuição para por em marcha, vitoriosamente, o movimento da Juventude Brasileira*. O documento, elaborado pelos quinze representantes dos estados, sugeria as seguintes ações:

- a) *que sejam adotados para a JB os programas e métodos que constituem a doutrina escoteira;*
- b) *sejam criados agrupamentos juvenis ou centros cívicos em todas as escolas, centros de instrução e outras organizações que comportem jovens nas idades estabelecidas no Decreto da JB, como clubes desportivos, associações religiosas, fábricas, etc.*
- c) *sejam respeitadas as organizações escoteiras ora existentes, apenas adaptadas à JB no sentido de evitar dualidade de direção;*

⁵⁶ Projeto de resolução 14, regulamenta a Juventude Brasileira, apresentado durante a 1ª Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, GC g 1936.05.26, rolo 21, folha 375. (Microfilme). As citações que se seguem são deste documento.

d) todos os jovens nas idades especificadas no decreto da JB sejam obrigados a pertencer a algum agrupamento juvenil ou centro cívico, seja escolar ou extra-escolar, à sua escolha, mediante vontade expressa pelos pais ou responsáveis;

e) a criação de agrupamentos juvenis ou Centros Cívicos fica subordinada à disponibilidade de professores ou chefes especializados na doutrina, diplomados pelas escolas de que trata o Artigo 28 da lei da JB.

Mais uma vez, surgia a proposição de que o escotismo se tornasse modelo para o funcionamento da JB. Além disso, deveria ser garantido o funcionamento dos grupos escoteiros, e todas crianças e jovens de 7 a 18 anos ficariam obrigados a participar de algum agrupamento juvenil ou Centro Cívico, escolar ou extra-escolar. A proposta beneficiava, mais uma vez, a UEB, e a Comissão encarregada de analisá-la era francamente favorável ao escotismo.

Foi apresentado também um projeto de resolução pelo ministro da Educação e Saúde⁵⁷. Nele, Capanema defende que a única instituição legítima para educar era a escola. Numa ampla argumentação, exige que a regulamentação da JB privilegiasse a criação de Centros Cívicos ligados às escolas, nos quais a infância e a juventude teriam educação cívica, física e moral. Apesar de favorável a um apoio imediato e irrestrito ao escotismo, a comissão se viu obrigada a aprovar a seguinte Resolução:

a) Depois de ouvir uma brilhante exposição de S. Excia. o senhor Ministro da Educação sobre a orientação precisa que o governo pretende dar à organização da Juventude Brasileira, cujas atividades se cingem ao período escolar e se objetivam mais especialmente na educação cívica da mocidade pátria, sentiu a Comissão não ser totalmente recomendável a aplicação dos métodos e programas do Escotismo.

⁵⁷ Projeto de resolução de regulamentação da Juventude Brasileira apresentado pelo ministro Gustavo Capanema durante a 1ª Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, GC g 1936.05.26, rolo 21, folha 410. (Microfilme). As citações que se seguem são deste documento.

b) considerando, entretanto, que o escotismo, como uma escola integral de educação, verdadeira herói-cultura, desenvolvendo nos infantes e adolescentes que lhe são incorporados os mais elevados sentimentos de nobreza, responsabilidade, coragem, virilidade, disciplina, honra e patriotismo, ao lado de múltiplos conhecimentos de ordem técnico-práticos, úteis em qualquer destino que lhes reserve o futuro, em qualquer emergência que a Pátria exija o seu concurso, Julga a Comissão que o Governo da República deverá continuar a prestar a máxima assistência moral e material à referida organização, reconhecendo que a colaboração que o Escotismo trará na educação e preparo da mocidade pátria é assas considerável; Assim a Comissão da Juventude Brasileira, é de parecer que a presente sugestão seja aprovada com as seguintes modificações:

a) que seja mantida, como existe, a organização do Escotismo Nacional, incentivando os Governos Federal e Estaduais a organização de novos agrupamentos escoteiros;

b) que seja dada aos jovens incorporados na JB a liberdade de fazer parte de agrupamentos escoteiros, extra-escolares, desde que em nada prejudiquem as suas atividades e ações como membros da referida Juventude;

c) que os Govêrnos Federal e Estaduais, moral e materialmente, amparem as instituições escoteiras tanto quanto possível;

d) fica estabelecido que jamais, a pretexto de uma atividade escoteira, poderá um membro da Juventude Brasileira faltar a qualquer atividade da Juventude;

e) os escoteiros deverão assistir sempre que possível às solenidades da Juventude Brasileira para que sejam beneficiados pelas suas elevadas práticas morais;

f) estendem-se à organização das Bandeirantes todas as determinações e recomendações aqui contidas.⁵⁸

A resolução aprovada, apesar de não ser totalmente favorável aos desejos dos simpatizantes do escotismo, também não os prejudicava, pois permitia sua livre prática. O que justificou a proposta de Capanema era uma visão de que à escola cabia a função educativa. Sua estratégia, desde os debates iniciais para a criação da JB, consistia em evitar que a entidade fosse extra-escolar, o que explica seus embates com os proponentes que defendiam que a JB adotasse o método escoteiro ou que fosse dirigida

⁵⁸ Substitutivo do projeto de resolução 14, regulamenta a Juventude Brasileira. Aprovado durante a 1ª Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941, Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, GC g 1936.05.26, rolo 21, folha 375. (Microfilme). As citações que se seguem são deste documento.

pela UEB. No cerne da questão está a preocupação com o surgimento de uma nova organização social que, encarregada da educação, pudesse *concorrer* com o MES.

Finalmente, a questão da vinculação do escotismo a JB foi resolvida. Os conflitos relatados expõem a existência de visões diferentes acerca da regulamentação da organização estatal. Ainda que os dirigentes escoteiros não tivessem aprovado sua proposta de assumir o controle da JB e de fazer do escotismo um modelo para a entidade, a UEB manteve contatos permanentes com o MES e contou com grande apoio federal, até porque a norma legal, já citada, incorporou a UEB à JB.

O acervo documental do ministro Gustavo Capanema contém dezenas de documentos que demonstram a tutela exercida pelo Estado sobre o Movimento Escoteiro. Correspondências diversas trocadas entre o ministro e os dirigentes da UEB revelam o encaminhamento de pedidos de verbas, solicitação de aprovação de estatutos, relatórios e convites para participação em cerimônias escoteiras. Em 1944, ocorreram querelas internas entre dirigentes da UEB e as Federações Estaduais da entidade. Os dirigentes nacionais do Movimento Escoteiro tentaram, por meio de alteração de estatutos, criar dispositivos de centralização de decisões no órgão coordenador nacional. Insatisfeitos, alguns dirigentes estaduais mobilizaram os interventores estaduais, que perante o ministro, apaziguaram os ânimos dos dirigentes escoteiros.

A vinculação da UEB ao Estado, solicitada pelos próprios dirigentes escoteiros, não surtiu os efeitos desejados. Nos documentos do acervo ministerial, percebemos a insatisfação dos escoteiros quanto ao apoio recebido. Os dirigentes do escotismo esperavam que a incorporação se realizasse em sentido inverso. Sua expectativa era de que a União dos Escoteiros do Brasil, em função de sua organização e experiência, dirigisse os núcleos da Juventude Brasileira que fossem criados.

Obras publicadas por simpatizantes e dirigentes escoteiros discutem a participação do Movimento na formação educacional infanto-juvenil, no contexto da Juventude Brasileira: Oldegar Vieira, publicou, em 1943, o extenso estudo *Educação extra-escolar e educação militar*; Hugo Bethlem, escreveu dois livretos em 1940, *O ideal de pátria no escotismo* e *A segurança nacional e a Juventude Brasileira*; Aristóteles Xavier e Thiago Wurth, ligados ao escotismo, publicaram obras intituladas *Juventude brasileira; e a Federação Riograndense de Escoteiros editou O reerguimento moral das massas pelo escotismo* na década de 1940. Em 1941 e 1942, Leão Machado e Oldegar Vieira travaram um debate nas páginas da revista *Cultura Política* acerca do papel do escotismo no âmbito da Juventude Brasileira⁵⁹.

Ainda durante a vigência do Estado Novo existiram vozes dissonantes no escotismo reivindicando a independência da UEB. Com a extinção da JB,⁶⁰ após a deposição de Vargas, o escotismo conquistou novamente autonomia. O Decreto-Lei nº 8.828, de 24 de janeiro de 1946, *dispõe sobre o reconhecimento da União dos Escoteiros do Brasil como instituição destinada a educação extra-escolar* e permitiu à entidade manter *organização própria*.

Podemos concluir que durante as décadas de 1930 e 1940 a complexa doutrina educacional do escotismo atraiu setores sociais diversos rumo ao ideal de constituição de uma ordem autoritária. A educação cívico-patriótica e os demais elementos constituintes do escotismo contribuíram para a formar a infância e a juventude brasileira

⁵⁹ VIEIRA, Oldegar. A organização da Juventude Brasileira. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 02, p. 155 a 166, abr. 1941.

MACHADO, Leão. A Juventude Brasileira e o escotismo. In: *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 10, p. 58 a 67, dez. 1941.

VIEIRA, Oldegar. A Juventude Brasileira e o escotismo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, n. 19, p. 76 a 88, set. 1942.

⁶⁰ A Juventude Brasileira foi extinta pelo Decreto-Lei nº 8.194 e pelo Decreto nº 19.975, ambos de 20 de novembro de 1945.

nos ideais da cultura política nacionalista presente no imaginário político do contexto. Oldegar Vieira, nas páginas da revista *Cultura Política*, resume bem o significado do escotismo para alguns de seus simpatizantes:

Tendo como tem um conceito de Pátria bem distinto daquele intimamente vinculado ao romantismo liberal [...], constitui mesmo o movimento badeniano uma reação à onda de liberalismo, de rebeldia e de desordem que a Reforma e a Revolução Francesa [...] desencadearam sobre o mundo ocidental. A ordem, a hierarquia e a disciplina foram introduzidas, desde cedo, como elementos básicos de toda a educação badeniana.⁶¹

⁶¹ VIEIRA, Oldegar. A Juventude Brasileira e o escotismo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, n. 19, set. 1942. pp. 81.

Considerações Finais

O recrudescimento do nacionalismo de direita, a partir do final do século XIX, traz consigo a preocupação com a educação físico-moral da infância e da juventude. Sob o olhar dos europeus que lutavam pelo fortalecimento nacional, era preciso criar as bases para que a Nação progredisse dentro e fora das fronteiras demarcadas. A Nação teria uma missão civilizatória e, portanto, era preciso criar uma ordem social, interna e externa que permitisse o desenvolvimento desta suposta natureza. Para tanto, a identidade nacional era colocada acima de qualquer outra, e os cidadãos deveriam estar plenamente integrados ao Estado, que representava a Nação. O sonho nacionalista e expansionista justifica o grande investimento na formação infantil-juvenil. A criança e a infância são percebidas como o futuro e a esperança do homem.

À juventude mistificada atribuíam-se valores como audácia, beleza, agressividade, saúde e virilidade. O escotismo, *inventado* na Inglaterra no início do século XX, era mais um dentre os diversos movimentos cívico-patrióticos surgidos naquele contexto. O Movimento conseguiu reunir em sua doutrina valores e procedimentos pedagógicos envoltos em uma mística atraente, o que fez com que alcançasse um enorme sucesso de imediato. A organização escoteira difundiu-se rapidamente por todo o mundo, apesar de sua doutrina, surgida na Inglaterra, valorizar o particularismo nacional mediante o culto à pátria.

Nosso trabalho procurou analisar a estruturação do escotismo no Brasil durante a primeira metade do século XX, com objetivo de demonstrar a efetiva proximidade entre a doutrina escoteira e um discurso nacionalista interessado em uma educação voltada para a valorização do civismo, do patriotismo, do devotamento e fidelidade ao interesse

público. Enfim, de valores que se referem ao cidadão como elemento integrante do Estado Nacional.

Pudemos perceber que ao longo do período estudado o Movimento Escoteiro consolidou-se em bases sólidas, aliando-se, em momentos diversos, a grupos organizados e aos poderes públicos estaduais e federal. O programa de Baden-Powell empolgava porque, ao lado de uma formação moral e cívico-patriótica, incentivava os jovens a desenvolver atividades em pequenos grupos que se exercitavam ao ar livre em contato com a natureza, despertando o espírito de aventura. Ou seja, além de seu valor político-formativo, o Movimento embasava-se numa pedagogia moderna, de características ativistas.

A pesquisa não registra toda a dimensão histórica do objeto estudado. Nossa preocupação maior foi inventariar e analisar os discursos acerca do escotismo criados por militantes e simpatizantes. Tais discursos justificaram o apoio e o desenvolvimento do Movimento no Brasil, apesar de nem sempre as palavras e as intenções se concretizarem em ações concretas.

Ainda assim, pudemos perceber a trajetória histórica das entidades dirigentes do Movimento. Na década de 1910, surgiram as primeiras tentativas no sentido da centralização da direção do Movimento em nível nacional. O surgimento da Associação Brasileira de Escoteiros, com sede em São Paulo, denota uma tentativa de se criar a primeira entidade coordenadora do escotismo brasileiro. A Liga de Defesa Nacional teve um papel importante no processo de divulgação, propaganda e defesa daquela associação dirigente. A centralização só ocorreria, de fato, em 1924, com a criação da União dos Escoteiros do Brasil, no Rio de Janeiro, efetivada com o apoio de entidades representantes de setores do escotismo brasileiro. A legitimidade da nova organização

foi conquistada lenta e gradualmente, denunciando a diversidade de posições e idéias que afastavam muitos dirigentes e a conseqüente fragmentação do escotismo no Brasil.

No processo de consolidação do escotismo, notamos a existência de dois tipos de militância. O primeiro grupo era formado por aqueles chefes que dirigiam tropas, organizavam acampamentos, discutiam o cotidiano do Movimento, procuravam conhecer e seguir a doutrina; enfim, efetivamente, eram escoteiros comprometidos com as ações práticas, a difusão e a implantação das idéias de formação de Baden-Powell. O segundo grupo de militantes, que talvez possam ser caracterizados como simpatizantes, era formado por educadores, políticos e intelectuais que tinham uma visão acerca do significado do Movimento, mas não se envolviam nas práticas cotidianas escoteiras. Sua participação se restringia ao apoio discursivo, e não em ações reais.

Para exemplificar, podemos citar representantes destes dois *tipos* de militantes. Entre aqueles que de fato dirigiam o Movimento estava o comandante Benjamim Sodré, o Velho Lobo. Durante sua carreira na Marinha Brasileira, ele fundou grupos em diversas localidades onde prestava serviço, escreveu manuais escoteiros e teve uma intensa e frutífera militância em prol do Movimento, tendo sido o principal iniciador do escotismo do mar no Brasil. No segundo grupo de militantes, encontramos figuras de grande expressão na vida político-social brasileira. Olavo Bilac talvez seja o principal exemplo de militância aguerrida, embora sem participação nas atividades cotidianas do Movimento. O poeta ufanista teve papel importante na divulgação do ideário escoteiro durante sua campanha cívico-nacionalista na década de 1910. Foi um dos responsáveis pela criação da Associação Brasileira de Escoteiros, que recebeu todo apoio da Liga de Defesa Nacional. Escreveu alguns textos sobre o valor da doutrina de Baden-Powell e foi, sem dúvida, um dos responsáveis pela difusão do escotismo no Brasil. Outro

exemplo é o de Francisco Campos, político conservador responsável pela Reforma Educacional mineira de 1927, que incluiu o escotismo no sistema público educacional do Estado, dando-lhe apoio amplo e irrestrito. Campos foi mais uma figura, dentre os diversos atores políticos daquele momento, que deu mostras de interesse por movimentos paramilitares. A sua importante participação na criação da Legião Liberal Mineira (Legião de Outubro) comprova sua atração por organizações de aspecto visual e simbólico forte. Sem dúvida, o Movimento Escoteiro encontra algumas semelhanças com aquele tipo de organização para-estatal.

A forte presença do escotismo na sociedade brasileira nos anos que vão de 1910 a 1945 explica-se principalmente, como tentamos demonstrar em nossa pesquisa, pela potencialidade cívico-nacionalista do Movimento. As crianças e os jovens escoteiros aprendiam a respeitar o princípio da ordem constituída, num sentido que se aproxima do ideário da direita política. O militante era educado para ser um cidadão capaz de exercer suas atividades sem restrições, mas respeitando as normas que regulavam a organização social e política.

Nesse sentido, o escotismo era uma organização, ou melhor, uma instituição que primava pela manutenção da ordenação social, mediante o cumprimento de dispositivos condicionais diversos de garantia desta ordem. Ao garoto ou rapaz escoteiro, ensinava-se a aceitar os limites de seus direitos, demarcado pelos interesses coletivos nacionais e, mais ainda, pelos limites impostos por um Estado centralizador e autoritário, no caso do período de ditadura varguista.

No cotidiano do Movimento divulgavam-se valores cívicos e treinava-se o indivíduo para obedecer. A hierarquia existente nas tropas escoteiras e no Movimento mais amplamente propiciava o exercício de autoridade. Aprendia-se a mandar e a

cumprir as normas que regiam as relações entre militantes. O escoteiro estaria, nesta medida, apto a viver, na idade adulta, numa sociedade em que o cidadão cumpre deveres impostos pelas instituições estatais.

No escotismo, o participante tornava-se um reproduzidor dos valores cultivados pelo ideário nacionalista. Além disso, os escoteiros eram formados numa visão de mundo em que a obediência era um valor naturalmente devido pelos subalternos aos dirigentes políticos. Esse tipo de formação só era possível pela experiência vivenciada no cotidiano do Movimento Escoteiro, em que se exaltavam a hierarquia, o mando e a disciplina. Aliás, um dos componentes do discurso acerca do escotismo no período em estudo era a formulação de que o Movimento informava ao militante sobre o meio social, sendo, portanto, uma *sociedade em miniatura*.

Na trajetória do escotismo brasileiro no período estudado, pudemos acompanhar o desenvolvimento da prática e a ampliação do apoio ao Movimento, que, pelo menos no campo discursivo, cresceu ao longo do período. Todo o processo de atrelamento da doutrina badeniana ao ideário nacionalista *culminou* com as discussões em torno da organização da Juventude Brasileira, momento em que os dirigentes escoteiros elaboraram estratégias e ações concretas para aumentar sua influência e poder perante o Poder Público.

No período estudado, ficou evidente a capacidade do Movimento adaptar-se aos projetos educacionais de setores com ideologias diferentes. Exemplo disso é a proximidade do escotismo com os católicos e com os renovadores da educação. Estes dois grupos tinham propostas opostas em relação ao tipo de formação a ser oferecida nas escolas, no entanto o escotismo agradava a ambos. Os católicos, interessados na

formação moral cristã oferecida pelo Movimento, e os escolanovistas, interessados no método psicopedagógico que guiava a formação escoteira.

Nesse sentido, o interesse pelo Movimento Escoteiro perpassava os diversos grupos estudados, ligas nacionalistas, católicos, escolanovistas, integralistas, militares e grupos gestores de sistemas públicos educacionais. A formação moral cívico-patriótica unia em torno do Movimento grupos com projetos educacionais diferentes.

O enorme sucesso alcançado pelo escotismo na primeira metade do século XX produziu marcas na memória social brasileira. O Movimento tem seguidores e simpatizantes atualmente, mas, é claro, incorporou novas práticas, e seu ideário sofreu algumas alterações em relação às diretrizes originais. Acreditamos que muitos dos (pré) conceitos acerca do escotismo formaram-se naquele período em que a educação cívico-patriótica era exacerbada, em comparação com a atualidade.

Recentemente, o Governo de Minas Gerais deu provas da persistência de uma visão idealizada do escotismo como um Movimento educacional positivo. Em 28 de julho de 2000, foi publicada a Lei 13.690, que *cria o programa de incentivo à instrução e educação escoteira - Projeto Escotismo Escola - nas escolas públicas estaduais*.¹ A Lei autorizava as escolas estaduais a criarem grupos escoteiros e a articularem-se com os representantes da UEB. De certa forma, a norma legal procura reviver aquele período em que o escotismo era amplamente apoiado pelo Poder Público e por grupos políticos organizados. A Lei não chegou a ser regulamentada e virou *letra morta*. Talvez isso comprove que o Movimento não goza do mesmo prestígio de outrora, ainda que tenha se tornado uma referência na memória coletiva brasileira.

¹ MINAS GERAIS. Lei nº 13.690, de 28 de julho de 2000. Cria o programa de incentivo à instrução e educação escoteira – Projeto Escotismo Escola – nas escolas públicas estaduais.

Iconografia

Referências Bibliográficas

Livros	160
Artigos, capítulos de livros e verbetes	163
Monografias, dissertações e teses	165

Fontes Documentais

Livros, artigos de revistas, panfletos, folhetos e opúsculos	167
Coleções de revistas e informativos	169
Jornais diários	170
Documentos diversos	170
Documentos da Federação Mineira de Escoteiros	171
Legislação	171

Referências Bibliográficas

Livros

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BLOWER, Bernard David. *História do escotismo brasileiro*. Os primórdios do escotismo no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, 1994.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 2001.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p. 24-39.

_____. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOULANGER, Antonio Uchoa Ribeiro. *O chapelão, histórias da vida de Baden-Powell*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2000.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 1998.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

DURAND, Gilbert. *La imaginación simbólica*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1971.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário, imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

FAUSTO, Boris. *O Pensamento Nacionalista Autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos, o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991*. São Paulo Companhia das Letras, 1997a.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Tempos Interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JEAL, Tim. *Baden-Powell*. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

KOCH, H. W. *A juventude Hitlerista, mocidade traída*. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1973.

KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Fundo de Cultura Brasil, 1963.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LÉONARD, Yves. *Salazarismo e fascismo*. Mem Martins, Portugal: Editorial Inquérito, 1998.

MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho". O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NAGLE, Jorge. *A educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NAGY, Laszlo. *250 milhões de escoteiros*. Porto Alegre: União dos Escoteiros do Brasil-Região do Rio Grande do Sul, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

_____. *Educação no Brasil – anos vinte*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

_____. *Os ritos profanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ROSENTHAL, Michael. *The Character Factory: Baden-Powell's Boy Scouts and the imperatives of empire*. New York: Pantheon Books, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília, CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. *A construção de um projeto para juventude: 60 anos de escotismo e judaísmo: uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avandava 1938-1998*. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 1999.

Artigos, capítulos de livros e verbetes

ASSIS, Anatólio Alves de. A ação da Polícia Militar de Minas nos Tiros de Guerra e no escotismo. In: _____. *A Polícia Militar de Minas na paz, nas guerras e nas revoluções*. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 1989.

ATÍLIO VIVAQUA. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2001.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, v. 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1981.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

BINETTI, Saffo Testoni. Doutrina. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p. 381-382.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PAMDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

CASTRO, Celso. In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas, definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, nº 28, dez., 2002.

ERNESTO DORNELES. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. _____ (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: _____, *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Francisco J. S. Ação Católica. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001.

JULLIARD, J. A Política. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. *História, Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999. p. 227-250.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, v. 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

MICHAUD, Eric. Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

MOCIDADE PORTUGUESA. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (Org.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996. pp. 607-609.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, v. 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.

NETTE, Alfredo Luis. História do movimento escoteiro em Curitiba, de 1915 a 1920. In: *Boletim do Departamento de História*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1989.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

RÉMOND René. Uma história presente. In: _____ (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora FGV, 1996, pp.13-36.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 15, nº 30, pp. 9-22, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov. de 2000.

TRINDADE, Héliogio. Integralismo. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2001.

VAZ, Aline Choucair. Festas cívicas no Estado Novo, rituais de poder no imaginário mineiro (1937-1945). *Revista de Iniciação científica 2000/2001*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan/jun. 2000.

VEIGA, Cyntia Greive. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cyntia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 35, p. 43-58, jul. 2002.

Monografias, dissertações e teses

GABRIEL, Yara Cristina. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*. 2003. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOREIRA, Silvia Levi. *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação*. 1982. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Sempre Alerta! O movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930)*. 2002. 108 f. Monografia (Bacharelado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PARADA, Maurício Barreto. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. 2003. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Júnia Sales. *A escultura da raça - Juventude e eugenia no Estado Novo*. 1999. 239 f. (Mestrado em Relações de Dominação na História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Neemias Semensato da. *O escotismo no Brasil – Rio de Janeiro*. 2002. 103 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Fontes Documentais

Livros, artigos de revistas, panfletos, folhetos e opúsculos

AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins. A nova política da educação no Brasil, subsídios para uma história de quatro anos*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1958.

BADEN-POWELL, Robert Stephenson Smyth. *Escotismo para rapazes*. Brasília: Editora Escoteira da União dos Escoteiros do Brasil, 1986a.

_____. *Lições da escola da vida, auto-biografia de Baden-Powell*. Brasília: Editora Escoteira da União dos Escoteiros do Brasil, 1986b.

BENTO XV, Papa; PIO XI, Papa; PIO XII, Papa. *Sobre o escotismo*. Petrópolis: Vozes, 1955.

BETHLEM, Capitão Hugo. *A segurança nacional e a Juventude Brasileira*. Rio de Janeiro: Est. Grafico Apollo, 1940a.

_____. *O ideal de pátria no escotismo*. Rio de Janeiro: Est. Grafico Apollo, 1940b.

BILAC, Olavo. *O que é escotismo*. Programma Festa de Escotismo. 25 de janeiro de 1917. São Paulo.

BORBA, Bonifacio Antonio. *Escotismo e internacionalismo: explicação necessária*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1937.

BOVET, Pierre. *O gênio de Baden-Powell: o que é preciso compreender do escotismo, suas bases psicológicas, seu valor educativo, o instinto combativo e o ideal da juventude*. Lisboa: Escoteiros de Portugal, 1934.

CAIUBY, Adelardo Soares. *Organização das brigadas de escoteiras*. São Paulo: Gráfica Emilio Riedel & Companhia, 1920.

CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

CATECISMO do escoteiro. Morros, MA: Grupo de Escoteiros do Mar Nossa Senhora Aparecida, 1945.

CHURCHILL, Winston. Baden-Powell. In: _____. *Grandes homens contemporâneos*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

ESTATUTOS e Regimento Interno da Associação de Escoteiros Catholicos do Brazil, Rio de Janeiro Brasil, 1921.

FREIRE, Hilario. A reorganização do escotismo em São Paulo, brilhante discurso pronunciado na Camara Estadual, [193-].

GUINLE, Arnaldo; POLLO, Mario. *O livro do escoteiro, manual do escoteiro brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

INSTRUÇÕES da Associação de Escoteiros Católicos da Freguesia de São João Batista da Lagoa. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato, 1924.

LAGO, Mozart. *Da necessidade da educação escoteira*. Niteroi: Oficinas da Escola Profissional Washington Luis, 1928.

LIMA, Rubens de. *As legioes novas do Brasil: livro sobre o que foi, o que e, e o que sera, a Campanha General Newton Cavalcanti, ou escotismo brasileiro, como patriotica e benemerita collaboracao no engrandecimento cultural, social e economico do pais*. Recife: Imprensa Industrial, 1937.

MACHADO, Leão. A Juventude Brasileira e o escotismo. In: *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 10, p. 58 a 67, dez. 1941.

MESTRE JABUTI. *Escotismo e religião*. Carasinho: Gráfica Carasinhense Ltda, [19--].

MOSCOSO, Tobias. *Pela defesa do Brasil*. Niteroi: Oficinas Graficas da Escola Profissional Washington Luis, 1929.

O REERGUIMENTO moral das massas pelo escotismo. Porto Alegre: Federação Riograndense de Escoteiros, [194?]

ORAÇÃO pronunciada por S.Excia. Dr. Affonso Penna, D. Ministro da Justiça, ao ser empossado no cargo de Presidente da União dos Escoteiros do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925.

PLANO geral de uniformes, distintivos, bandeiras e pavilhões da Federação Brasileira de Escoteiros do Mar. Rio de Janeiro, 1942.

QUERES ser chefe escoteiro? Regulamento da escola de instructores de escotismo. Rio de Janeiro: Secção de escotismo do Jornal do Brasil, 1930.

REGULAMENTO Geral da Federação Brasileira dos Escoteiros de Terra. Rio de Janeiro: Federação Brasileira dos Escoteiros de Terra, 1936.

SANTOS, Benevenuto Cellini. *Ementario do escoteiro, bosquejo de instrução teórica*. São Paulo: Gráfica Emilio Riedel & Companhia, 1920.

SOLANGES, Bruno de. *Filosofia do escotismo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1942.

STERNBERG Hilgard. *Escotismo e educação, a educação extra escolar e de adultos*, concurso para Inspetor de Ensino do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1939. (mimeo)

THE World Jamboree of Boy Scouts 1929. London: Times Publishing Company, 1929.

THESES e relatórios. Primeiro e segundo congressos escoteiros do Brasil, 1922 e 1923. Rio de Janeiro: Typographia do Pharol, 1923.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VELHO LOBO [Benjamin Sodré]. *Guia do escoteiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1925. Edição fac-similada.

VIEIRA, Oldegar. A Juventude Brasileira e o escotismo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, n. 19, p. 76 a 88, set. 1942.

VIEIRA, Oldegar. A organização da Juventude Brasileira. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 02, p. 155 a 166, abr. 1941.

_____. *Educação extra-escolar e educação militar*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1943.

VIVAQUA, Atílio. O escotismo. Rio de Janeiro Oficina Typographicas Vieira da Cunha Comp., 1916.

WILSON, J. S. *A disciplina no movimento escoteiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Graficas do Jornal do Brasil, 1929.

WURTH, Thiago M. *Juventude brasileira*. Canoas: Instituto Pestalozzi, [194-].

XAVIER, Aristóteles. *Juventude Brasileira*. Rio de Janeiro, 1940.

Coleções de revistas e informativos

ALERTA. Rio de Janeiro: União dos Escoteiros do Brasil, 1952 a 1971.

ANAÚÊ. Belo Horizonte: Associação Mineira de Escoteiros, n. 1, jul. 1928.

ESCOTEIRO DO MAR. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, 1936 a 1938.

INUBIA. Belo Horizonte: Associação de Escoteiros Afonso Arinos, 1937 a 1939.

MEMÓRIA ESCOTEIRA. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Movimento Escoteiro, 1993 a 2003.

O ESCOTEIRO. Belo Horizonte: Associação Auxiliar do Escotismo, 1932 a 1934.

O ESCOTEIRO. Porto Alegre: Federação Riograndense dos Escoteiros da Terra, 1939.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Diretoria da Instrução de Minas Gerais, 1924 a 1945.

Jornais diários

O ESTADO DE MINAS

MINAS GERAIS

CORREIO DA MANHÃ

Documentos diversos

Discursos diversos de Afonso Pena Júnior enquanto Presidente da União dos Escoteiros do Brasil.

ANAIS DO VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ABE, 1935.

Acervo Gustavo Capanema pertencente a Fundação Getúlio Vargas.

Série Ministério da Educação e Saúde – Assuntos Administrativos

Verbete GC f 1936.05.26

Documentos sobre a I Conferência Nacional de Educação e Saúde (1941), destacando-se: as medidas preparatórias; subsídios; transcrição das sessões; discursos de Gustavo Capanema; projetos de resoluções e moções. O dossiê inclui as tentativas de realização da I Conferência em 1936 e os preparativos para a organização da II Conferência em 1945. 58 documentos de 26/05/1936 a 04/10/1944.

Série Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura

Verbete GC g 1934.09.07/2

Documentos sobre organizações escoteiras do Brasil envolvendo realização de censo, comemorações, orçamento, legislação, relação com a Juventude Brasileira, congressos e assembleias. 54 documentos de 07/09/1934 a 31/05/1945.

Verbete GC g 1938.08.09

Documentos sobre a Juventude Brasileira, abrangendo: sua criação e estruturação em centros cívicos; regimentos; seus símbolos (como a bandeira e cântico); a formulação do calendário cívico; seus eventos de formatura. Em anexo, estudo de Baldur Von Shirach sobre a organização da Juventude Hitlerista. 606 documentos de 09/08/1938 até 23/08/1945.

Coleção de documentos diversos relacionados ao escotismo mineiro e brasileiro no período de 1927 a 1940. Fotografias de solenidades e acampamentos, recortes de jornais, bilhetes e correspondências expedidas e recebidas pela Federação Mineira de Escoteiros (FME) e por pessoas atuantes no movimento no período, relatórios diversos

de atividades desenvolvidas pela FME e por grupos escoteiros de Minas Gerais, panfletos produzidos por grupos escoteiros. Volume pertencente ao acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

Documentos da Federação Mineira de Escoteiros

Correspondências recebidas e expedidas entre a Federação Mineira de Escoteiros e a União dos Escoteiros Brasil (1924-1945).

Livro de atas de reuniões da Diretoria e do Conselho Técnico da Federação Mineira de Escoteiros (1936-1945).

Legislação

BRASIL. Decreto nº 3.297, de 11 de julho de 1917. Considera de utilidade pública as associações brasileiras de escoteiros com sede no país, e de imprensa, com sede na Capital Federal.

BRASIL. Decreto nº 5.497, de 23 de julho de 1928. Assegura à União dos Escoteiros do Brasil o direito ao uso de uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e lemas que forem adotados pelos seus regulamentos.

BRASIL. Lei nº 342, de 12 de dezembro de 1936. Institui o escotismo nas escolas primárias e secundárias do país.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.735, de 03 de novembro de 1939. *Regula o Ensino Militar no Exército.*

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.310, de 14 de junho de 1940. Incorpora à Juventude Brasileira a União dos Escoteiros do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.536, de 27 de agosto de 1940. Dispõe sobre a formatura geral Juventude Brasileira para a comemoração da independência no ano de 1940.

BRASIL. Decreto nº 6.788, de 30 de janeiro de 1941. Convoca a 1ª Conferência Nacional de Educação e a 1ª Conferência Nacional de Saúde e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.546, de 22 de agosto de 1941. Dispõe sobre a formatura geral da Juventude Brasileira para a comemoração da independência no ano de 1941.

BRASIL. Decreto nº 7.807, de 05 de setembro de 1941. Dispõe sobre o estandarte e o vexilo da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.101, de 09 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.550, de 04 de agosto de 1942. Concede auxílio federal para a ereção do monumento simbólico da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.045, de 05 de dezembro de 1942. Fixa a organização da Direção Nacional da Juventude Brasileira e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.302, de 04 de março de 1943. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de CR\$ 280.956,00 para despesa da Direção Nacional da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto nº 12.100, de 25 de março de 1943. Aprova o regimento da Direção Nacional da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto nº 12.431, de 18 de maio de 1943. Cria a tabela numérica do pessoal extranumerário mensalista da Direção Nacional da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto nº 17.889, de 26 de fevereiro de 1945. Dispõe sobre as tabelas numéricas ordinárias de extranumerário mensalista de repartição do Ministério da Educação e Saúde

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.173, de 14 de novembro de 1945. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de CR\$ 125.000,00 para pagamento de subvenção extraordinária à União dos Escoteiros do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.194, de 20 de novembro de 1945. Revoga os Decretos-leis nº 2.072, de 8 de março de 1940, nº 2.310, de 14 de junho de 1940, nº 4.101, de 9 de fevereiro de 1942, e nº 5.045, de 5 de dezembro de 1942.

BRASIL. Decreto nº 19.975, 20 de novembro de 1945. Revoga os Decretos nº 7.807, de 5 de setembro de 1941, e nº 12.100, de 25 de março de 1943.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.828, de 24 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o reconhecimento da União dos Escoteiros do Brasil como instituição destinada a educação extra-escolar.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.931, de 26 de janeiro de 1946. Concede subvenção anual a União dos Escoteiros do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.040, de 06 de março de 1946. Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 8.931, de 26 de janeiro de 1946, que concede subvenção anual a União dos Escoteiros do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.341, de 10 de junho de 1946. Revoga os Decretos-Leis 8.931, de 26 de janeiro de 1946, e 9.040, de 06 de março de 1946, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.420, de 28 de junho de 1946. Derroga o Decreto-Lei nº 9.341, de 10 de junho de 1946.

BRASIL. Lei nº 2.717, de 24 de janeiro de 1956. Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do escotismo feminino.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 10.072, de 31 de março de 1930. Dispõe sobre o Escotismo Escolar e dá outras providências.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 10.217, de 17 de junho de 1930. Regulamenta o Curso para Instructores de Escotismo.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 15.113, de 13 de novembro de 1943. Reconhece a Delegação Estadual Espírito Santense da União dos Escoteiros do Brasil, como órgão coordenador de todo o movimento escoteiro no Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Decreto 7.101 de 30 de janeiro de 1926. Approva o regulamento do *Gymnasio Mineiro*.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.003, de 21 de setembro de 1927. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927. Approva o regulamento do ensino primário.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.094, de 22 de dezembro de 1927. Approva os programas do ensino primário.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.362, de 31 de maio de 1932. Approva modificações aos regulamentos que baixaram com os decretos ns. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, e 9.450, de 18 de fevereiro de 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 11.501, de 31 de agosto de 1934. Approva modificações feitas no Decreto 10.362, de 31 de maio de 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.007, de 22 de outubro de 1937. Nomeia uma comissão para formular sugestões no sentido de maior eficiência do ensino cívico e do combate ao comunismo em todas as escolas do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.008, de 22 de outubro de 1937. Nomeia uma comissão para orientar a propaganda anti-comunista, por meio de jornais, revistas e rádio-difusão, e fazer a censura a todas as obras de caráter didático, técnico, político, social ou simplesmente literário, que tenham por finalidade, direta ou indireta, propagar idéias comunistas.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.690, de 28 de julho de 2000. Cria o programa de incentivo à instrução e educação escoteira - Projeto Escotismo Escola - nas escolas públicas estaduais.

PERNAMBUCO. Decreto nº 399, de 03 de novembro de 1939. Dispõe sobre o Escotismo Escolar e dá outras providências.

SÃO PAULO. Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do Estado.

SÃO PAULO. Decreto nº 2.944 de 08 de agosto de 1918. Aprova o regulamento para execução da lei nº 1.579.

SÃO PAULO. Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920. Reforma a Instrução Pública do Estado.

SÃO PAULO. Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921. Regulamenta a Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920, que reforma a Instrução Pública.

SÃO PAULO. Decreto nº 3.531, de 22 de novembro de 1922. Expede o Regulamento para a boa execução do ensino do escotismo em São Paulo.

SÃO PAULO. Decreto nº 4.927-A de 11 de março de 1931. Providencia sobre o desenvolvimento do escotismo nas escolas públicas.

SÃO PAULO. Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui o código de Educação do Estado de São Paulo.